

**MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO
RURAL E DAS PESCAS
E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Portaria n.º 5/2011

de 5 de Janeiro

Cumpridos os preceitos legais e com fundamento no disposto na alínea *a*) do artigo 40.º e no n.º 1 do artigo 118.º, ambos do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, e com a alteração do Decreto-Lei n.º 9/2009, de 9 de Janeiro, consultado o Conselho Cinegético Municipal de Castelo Branco, de acordo com a alínea *d*) do artigo 158.º do mesmo diploma, e no uso das competências delegadas pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas pelo despacho n.º 78/2010, de 5 de Janeiro, e delegadas pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território pelo despacho n.º 932/2010, de 14 de Janeiro, manda o Governo, pelos Secretários de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural e do Ambiente, o seguinte:

Artigo 1.º

Concessão

É concessionada a zona de caça turística do Ponsul (processo n.º 5659-AFN), por um período de 12 anos, à Lazer e Floresta — Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S. A., com o número de identificação fiscal 504529319 e sede na Rua de Laura Alves, 4, 10.º, 1050-138 Lisboa, constituída por vários prédios rústicos sítos na freguesia de Castelo Branco, município de Castelo Branco, com a área de 734 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Terrenos em área classificada

A concessão de alguns dos terrenos incluídos em áreas classificadas poderá terminar, ou ser condicionada sem direito a indemnização, sempre que sejam introduzidas novas condicionantes por planos especiais de ordenamento do território ou obtidos dados que determinem, por razões de conservação da natureza, a necessidade de condicionamento, total ou parcial, da actividade cinegética, até um máximo de 10% da área total da zona de caça.

Artigo 3.º

Efeitos da sinalização

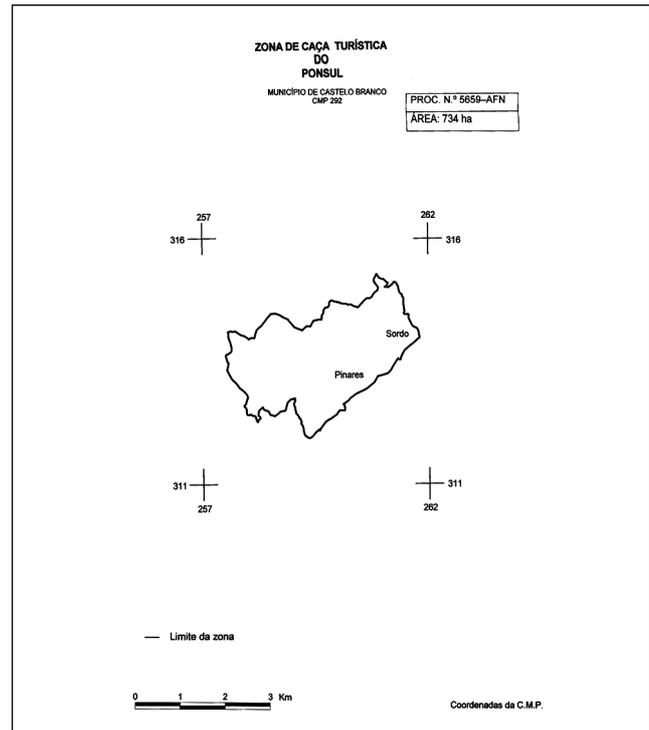
A concessão referida no artigo 1.º só produz efeitos relativamente a terceiros com a instalação da respectiva sinalização.

Artigo 4.º

Produção de efeitos

Esta portaria produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*, em 27 de Dezembro de 2010. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, em 20 de Dezembro de 2010.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2011/A

Plano Regional Anual para 2011

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea *p*) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição, e da alínea *b*) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Plano Regional Anual para 2011.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Regional Anual para 2011.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 25 de Novembro de 2010.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Lisboa em 20 de Dezembro de 2010.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2011

Introdução

Com o Plano Regional para 2011 inicia-se o terceiro e penúltimo ano do ciclo de programação traçado para o quadriénio 2009-2012.

As propostas incluídas neste documento integram-se de forma articulada e coerente com a estratégia de desenvolvimento definida para o quadriénio, sem prejuízo de recolher algumas medidas adaptadas à actual envolvente externa.

Conforme a legislação aplicável, o Plano de 2011 compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a envolvente socioeconómica internacional, do país e da Região à execução deste plano, um segundo capítulo com as principais prioridades de ordem geral e as linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada

por programa, projecto e acção, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e iniciativas com participação comunitária em vigor na Região.

I — Caracterização e Enquadramento**1 — Economia Mundial**

No ano de 2009, registaram-se quebras nas actividades produtivas em termos internacionais, mas situando-se a um nível global menos grave do que o inicialmente previsto.

Efectivamente, naquele ano, a evolução do agregado do Produto Interno Bruto a nível mundial traduziu-se na taxa média anual negativa de $-0,6\%$, mas não atingindo a intensidade perspectivada há cerca de um ano atrás, quando se admitia a projecção de uma quebra de produção na ordem de $-1,4\%$.

Evolução da Economia Mundial**Taxa de Variação, em percentagem**

	2007	2008	2009	2010*
PIB Economia mundial	5,2	2,8	-0,6	4,8
Economias avançadas	2,7	0,2	-3,2	2,7
EUA	2,0	0,0	-2,6	2,6
Japão	2,3	-1,2	-5,2	2,8
Área do euro	2,6	0,5	-4,1	1,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	8,3	6,0	2,5	7,1
Rússia	8,1	5,2	-7,9	4,0
China	13,0	9,6	9,1	10,5
Índia	9,3	6,4	5,7	9,7
Médio Oriente e Norte de África	6,3	5,0	2,0	4,1
Brasil	5,7	5,1	-0,2	7,5
Volume de comércio mundial de bens e serviços	7,2	2,9	-11,0	11,4
Economias avançadas				
Importações	4,7	0,4	-12,7	10,1
Exportações	6,2	1,9	-11,4	11,0
Economias emergentes e em desenvolvimento				
Importações	13,8	9,0	-8,2	14,3
Exportações	9,5	4,6	-7,8	11,9
Preços no consumidor				
Economias avançadas	2,2	3,4	0,1	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,4	9,2	5,2	6,2
Preços internacionais de matérias-primas (dólares dos EUA)				
Petróleo (<i>brent</i>)	10,7	36,4	-36,3	23,3
Matérias-primas não energéticas	14,1	7,5	-18,7	16,8

* Projecções.

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Outubro 2010.

A queda absoluta de produção foi significativamente condicionada pela redução no volume de comércio internacional de bens e serviços, na sequência da desaceleração iniciada em fase anterior nas economias avançadas. Já em 2007 o ritmo de crescimento das importações das economias avançadas não acompanhou o ritmo da produção económica mundial, situando-se, respectivamente, às taxas médias anuais de $4,7\%$ e $5,2\%$.

De então para cá, à medida que o processo se foi difundindo e agravando através da acumulação da turbulência financeira com o colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008, o crescimento real da economia mundial foi ficando mais dependente dos factores internos às economias emergentes em desenvolvimento.

Entretanto, e depois do agravamento do ritmo recessivo no ano de 2009, os dados sobre a evolução intra-

-anual apontam no sentido da recuperação do comércio internacional e na produção da maior parte dos países, perspectivando-se já em 2010 indícios de retoma, com o comércio internacional a reocupar a condição de factor dinamizador da economia mundial.

As previsões apontam no sentido de que a retoma tem vindo a recuperar mais do que as estimativas projectadas, beneficiando da implementação de medidas de relançamento das economias e, por outro lado, favorecendo a inversão nas perdas de confiança.

A evolução dos preços integra-se nas dinâmicas das economias a nível internacional, confirmando aspectos de diferenças estruturais entre as economias avançadas e as emergentes em desenvolvimento e, também, aspectos de ritmo cíclico e conjuntural. Em 2009 a inflação média desceu, reflectindo a subutilização de capacidade produtiva, assim como a correcção descendente dos preços em matérias-primas. Todavia a evolução intra-anual dos preços voltou a registar índices crescentes, o que é compaginável com pressões decorrentes de retoma económica.

Margens reduzidas de intervenção e de regulação económica tradicionais, a par de certos desequilíbrios em mercados financeiros, apontam para a necessidade de assegurar condições de confiança nos mercados, com políticas de estabilização e consolidação de índole fiscal e financeira, a um nível de coordenação internacional de políticas com efeitos globais.

2 — Economia Portuguesa

Depois da estagnação económica em 2008, traduzida numa taxa de variação média anual nula, a economia portuguesa entrou em recessão durante o ano de 2009, registando uma taxa média anual de $-2,6\%$.

Esta evolução integra-se no quadro de deterioração da actividade económica a nível mundial e de crise nos mercados financeiros internacionais. Todavia, sendo certo que a recessão atingiu aquela taxa de $-2,6\%$, é verdade que, por outro lado, a quebra de produção não assumiu a gravidade admitida dos cenários traçados pelas diversas instituições, cujas taxas ultrapassavam decréscimos de $-3,0\%$.

Evolução da Economia Portuguesa

Cenário Macroeconómico

	2007	2008	2009	2010 (p)			
				MFAP	CE	BdP	OCDE
1 — Despesa e PIB (variação em volume, em%)							
Consumo Privado	1,6	1,8	-1,0	2,0	1,0	1,8	1,5
Consumo Público	0,0	0,6	3,0	1,9	-0,3	1,5	-0,9
Investimento (FBCF)	3,1	-1,8	-11,9	-2,0	-4,2	-4,2	-5,4
Exportações	7,5	-0,3	-11,8	8,6	3,8	7,9	5,3
Importações	5,6	2,8	-10,8	6,7	1,1	4,2	1,9
PIB	1,9	0,0	-2,6	1,3	0,5	1,2	1,0
2 — Preços (taxas de variação, em%)							
Deflator do PIB	3,0	2,0	1,2				
Taxa de Inflação (a)	2,5	2,6	-0,8	1,3	1,0	1,4	0,9
3 — Emprego e desemprego							
Emprego Total (taxa de variação,%)	0,0	0,4	-2,4	-1,4			
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	9,5	10,6	9,9	—	10,6
4 — Administrações Públicas (% do PIB)							
Saldo das Administrações	-2,8	-2,8	-9,3	-7,3	-8,5	—	-7,4
Dívida Pública	62,7	65,4	76,1	82,4	85,8	—	—

Notas: (a)Variação média anual;
(p) previsões e estimativas;

MFAP — Ministério das Finanças e Administração Pública.
CE — Comissão Europeia, Previsões da Primavera.
BdP — Banco de Portugal, Boletim Económico.
OCDE — Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, Março 2010, Previsões Macroeconómicas actualizadas em 7 de Outubro de 2010 e Proposta de Orçamento de Estado para 2011.

Para este tipo de moderação geral contribuíram as diversas componentes da procura, exceptuando apenas a de exportações, particularmente para os mercados externos actualmente mais representativos. Mesmo a componente de investimento (FBCF), que se caracteriza por volatilidades maiores, registou uma quebra efectiva menor que a inicialmente projectada. A componente de consumo público assumiu a sua função própria de incentivo a condições estabilizadoras, tendo registado um acréscimo à taxa média anual de $3,0\%$.

Em termos da oferta, a recessão económica difundiu-se entre indústrias e serviços, mas atingiu de forma mais intensa as actividades produtivas de bens materiais e transaccionáveis, como é revelado por uma queda abrupta no índice de produção da indústria transformadora. Já no sector da construção observou-se uma redução mais moderada e a análise intra-anual permite mesmo observar um certo comportamento contra-cíclico, na lógica de efeitos da implementação de medidas de estímulo à economia.

O tipo e a intensidade de variação nas actividades económicas geraram e acentuaram efeitos em relação à capacidade produtiva instalada, implicando subutilização de recursos e favorecendo a redução de preços. Por exemplo, o volume de população activa empregue decresceu à taxa média anual de -2,4% e a desempregada atingiu a taxa média anual de 9,5%. Já a inflação, medida pelo IPC — Índice de preços no Consumidor, registou uma redução no índice médio de bens e serviços.

Nestes termos, verificou-se um aumento de nível vida médio da população activa empregue, cujo volume, todavia, diminuiu, engrossando o desemprego e, por esta via, o valor do agregado de rendimento disponível das famílias.

Tendo o consumo público crescido de forma significativa, como foi visto atrás, e, por outro lado, as receitas fiscais sido penalizadas por via da quebra nas actividades económicas, o Saldo das Administrações Públicas traduziu-se num défice de -9,3% do PIB e numa acumulação de Dívida Pública que atingiu 76,3% do mesmo PIB.

Em síntese, há dados que apontam no sentido de retoma económica, mas com forte grau de incerteza quanto à sua trajectória, sendo necessário gerir equilíbrios entre medidas de consolidação e de reorientação económica, com a finalidade de minimizar efeitos demasiado adversos ao próprio crescimento económico.

II — Análise da Situação Económica e Social da Região

1 — Recursos Humanos

No ano de 2009, e segundo estimativas oficiais, a população residente nos Açores somava um total de 245 374 habitantes. Este número integra um acréscimo de 594 habitantes em relação ao ano anterior, correspondendo a uma taxa média de variação anual de 0,24%.

A variação global combina variações positivas, quer da componente natural (saldo fisiológico), quer da componente migratória, traduzindo-se cada uma em 353 e 241 habitantes, respectivamente.

Decomposição da Evolução Demográfica

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
População	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006	244 780	245 374
Saldo natural	445	550	579	471	597	562	353
Saldo migratório	812	632	458	306	391	212	241

* Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA.

A distribuição da população segundo os grandes grupos etários situa-se no âmbito de tendências de anos anteriores.

De facto, as estimativas apontam no sentido de uma concentração na pirâmide etária dos escalões de residentes com idade activa, não só pela progressão natural de elementos jovens, como também da agregação de novos elementos por via da atractividade revelada pelo saldo migratório. Todavia, esta componente estará sujeita a maior variabilidade por efeitos decorrentes de ciclos de evolução socioeconómica.

Já no grupo etário dos 0-14 anos evidencia-se a redução mais regular e progressiva de representatividade.

Estrutura Etária da População

	%				
	1991	2001	2007	2008	2009
0-14 anos	26,4	21,4	19,0	18,8	18,5

	%				
	1991	2001	2007	2008	2009
15-64 anos	61,1	65,6	68,6	68,8	69,0
65 e + anos	12,5	13,0	12,4	12,4	12,5

Fonte: INE.

2 — Aspectos Macroeconómicos

O Crescimento Económico

O valor preliminar de 3 395 milhões de euros do Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores em 2008 representa um crescimento à taxa média anual de 2,3% em termos reais.

A esta evolução correspondeu uma quota de participação no âmbito da economia portuguesa de 2,04 e um rendimento per capita de 13,9 mil euros, que representou 89% da média registada no conjunto do país.

Produto Interno Bruto — a Preços de Mercado

Unid.: Milhões de Euros

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
1 — Açores	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343	3 395
2 — País	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 119	166 437
% (1/2)	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05	2,04
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7	13,9

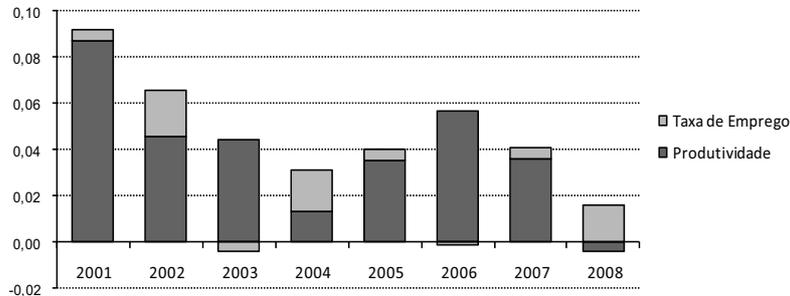
* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Analisando a evolução da riqueza através de componentes de crescimento, verifica-se que os dados apontam para uma alteração significativa durante o ano de 2008.

De facto, a desaceleração da produção face ao volume de população activa empregue reflectiu-se nos níveis médios de produtividade, ficando os acréscimos de produção global mais dependentes do volume de emprego.

Crescimento do PIB/Hab. e Componentes



A desaceleração económica ter-se-á repercutido de forma mais intensa em actividades produtoras de bens mercantis e transaccionáveis do que em serviços.

Efectivamente, e observando o quadro sobre o Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade, verifica-se que os serviços registam as maiores variações positivas.

VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)

Unid.: Milhões de Euros

Actividades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Primárias	295	311	313	323	321	316	318	276
Industriais e energia	193	216	232	248	265	289	313	317
Construção	166	172	161	173	162	164	174	173
Comerciais	484	517	544	569	594	628	653	679
Financeiras	325	332	371	373	406	424	445	494
Outros serviços	707	769	798	824	849	916	962	997
<i>Total</i>	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 865	2 936

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Mercado de Emprego

No ano de 2009, a população activa na ordem de 120 mil indivíduos representa um crescimento de 2,3 % em relação ao ano anterior. Sendo este ritmo de crescimento superior ao da população total, observou-se um maior grau de utilização dos recursos humanos, atingindo-se uma taxa de actividade de 49,1 %, enquanto no ano anterior fora de 48,2 %.

A participação da mulher no mercado de trabalho traduziu-se numa taxa de actividades de 39,7 %, repre-

sentando um acréscimo líquido significativo em relação à evolução média global.

Apesar da evolução positiva na capacidade de oferta líquida de emprego registou-se um acréscimo de desemprego: de facto, observou-se uma oferta efectiva de emprego maior, que se estima ter atingido 112 171 indivíduos; todavia o ritmo ainda mais intenso da procura implicou um maior desequilíbrio no mercado de trabalho, traduzindo-se numa taxa de desemprego de 6,7 %, enquanto no ano anterior fora de 5,5 %.

Condição da População Perante o Trabalho

N.º Indivíduos

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População Activa	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582	120 290
Empregada	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168	112 171
Desempregada	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414	8 118
População Inactiva	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540	124 904
Tx. de Actividade (%)	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2	49,1
Tx. de Act. Feminina (%)	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4	39,7
Tx. de Desemprego (%)	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5	6,7

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Em termos da população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores, particularmente através da redução na componente classificada como doméstica e do aumento na de reformados.

Na componente residual e classificada de “Outra” encontra-se como parte representativa a população estudantil.

População Inactiva — %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Domésticos	27,3	27,3	26,6	25,2	24,8	23,1	21,6
Reformados	16,4	15,8	16,0	17,4	17,6	19,8	20,2
Outros	56,3	56,9	57,4	57,5	57,6	57,1	58,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O sector terciário tem revelado capacidade de gerar oferta de emprego líquida, não só como efeito significativo de serviços públicos, mas também através de diversos serviços comerciais.

No sector secundário registaram-se reduções líquidas de postos de trabalho, destacando-se de forma mais expressiva em actividades de construção.

O sector primário registou um decréscimo no último ano, mas integrando-se num patamar de relativa estabilidade, cuja grandeza se situa à volta de 12%.

População Activa Empregada por Sectores de Actividade — %

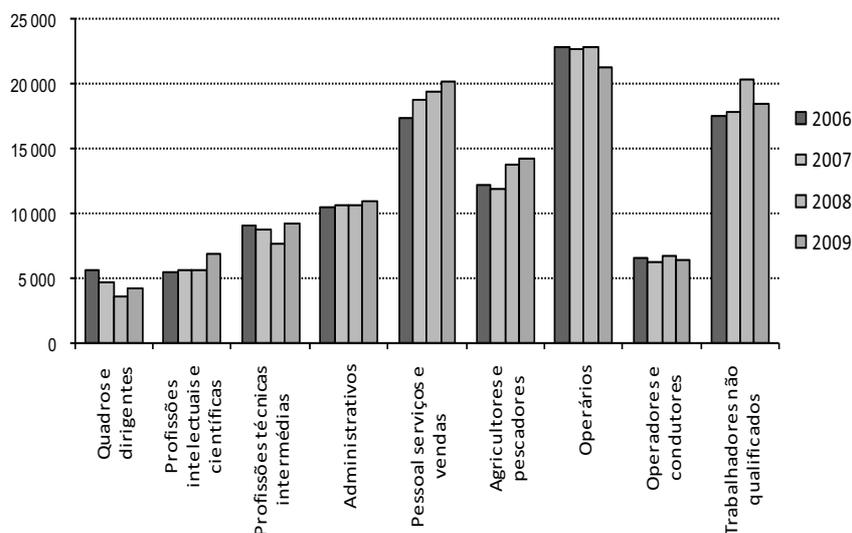
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sector Primário	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0	13,1	12,7
Sector Secundário	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8	26,7	24,4
Sector Terciário	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2	60,2	62,9
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O alargamento da população activa no sector terciário incorpora um processo de envolvimento de empregos em profissões mais exigentes em competências e habilitações.

Complementarmente, profissões de trabalhadores não qualificados, de operadores ou condutores e de operários registaram decréscimos em 2009. Aliás, o seu nível de emprego é mais condicionável pelos ciclos de actividade económica.

População Activa Empregada, por Profissão



Observando a distribuição da população activa empregada segundo a situação na profissão, evidencia-se o predomínio e uma certa tendência ao reforço na categoria por conta de outrem.

Já dentro desta categoria sobressai a subcategoria de trabalhadores sem termo.

População Activa Empregada, por Situação na Profissão — %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Conta de Outrem	75,6	78,0	78,1	78,4	78,5	78,6	79,1
Sem termo	57,7	60,3	62,2	63,1	62,5	62,1	62,2
Com termo	14,3	13,9	12,8	12,6	13,8	13,5	13,3
Outros	3,6	3,8	3,2	2,7	2,2	3,0	3,6
Conta Própria	21,8	19,9	19,9	19,4	19,1	19,9	19,4
Familiar e Outras	2,6	2,1	2,0	2,2	2,4	1,5	1,5
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

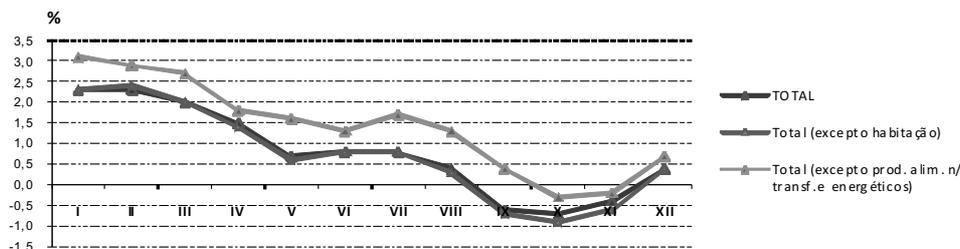
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Preços no Consumidor

Em 2009, a evolução média dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa de 0,8%, situando-se a um nível significativamente inferior ao de 3,5% do ano anterior. Esta evolução média correspondeu a um processo de desaceleração de preços que se acentuou por via da componente de produtos Alimentares não transformados e de Energéticos.

Efectivamente observando a evolução intra-anual, através das taxas de variações homólogas, verifica-se que as variações de preços seriam mais elevadas se se excluíssem do cabaz de produtos de referência os produtos Alimentares não transformados e os Energéticos. Neste caso a evolução média dos preços no consumidor atingiria 1,4%, em vez dos 0,8% referidos inicialmente.

Evolução de Preços no Consumidor



De qualquer forma, a evolução geral ao longo do ano de 2009 foi reveladora de uma tendência integrável num processo de desaceleração de preços.

Apenas os dados dos últimos meses parecem mostrar alteração naquela tendência, mostrando mesmo indícios no sentido da própria inversão.

3 — Indicadores de Actividade — Evolução Recente

Observando os indicadores simples de conjuntura, verifica-se que o ano de 2009 regista a maior frequência em quebras de actividade e com maiores graus de inten-

sidade, enquanto os dados trimestrais mais recentes de 2010 revelam sinais de estabilização ou mesmo de retoma e aceleração de crescimento.

Efectivamente, os dados mais recentes já registam taxas de variação positivas ou, então, aparentam integrar-se em trajectórias com esse sentido.

Por exemplo, a evolução do número de licenças de obras atingiu o crescimento de 3,1% no 2.º trimestre de 2010, como que confirmando uma inversão de ciclo ocorrida em 2009 e antecipando uma certa correlação com a oferta de cimento que, por definição, será mais coincidente com evolução efectiva das actividades económicas.

Indicadores Simples de Conjuntura

	2007 Δ%	2008 Δ%	2009 Δ%	1.º Trim 2010 Δ%	2.º Trim 2010 Δ%
Leite Entregue nas Fábricas (litros)	0,1	1,9	4,7	0,7	0,5
Pesca Descarregada nos Portos (mil toneladas)	33,9	-27,4	-18,1	-16,7	-23,8
Licenças de Obras (n.º)	-11,2	-17,4	-35,2	-8,7	3,1
Oferta de Cimento (toneladas)	6,7	-9,1	-14,6	-2,8	-2,0
Consumo de Electricidade (GWh)	4,0	3,5	0,4	3,0	3,7
Dormidas na hotelaria (n.º)	0,4	-4,8	-10,9	-8,3	-3,3
Venda de Automóveis Ligeiros Novos (n.º)	-11,2	12,9	-26,1	61,2	35,0

Fonte: SREA, Boletim Trimestral de Estatística.

III — Prioridades e Políticas Sectoriais

1 — Prioridades

No passado ainda recente, de uma “bolha” no mercado imobiliário americano, evolui-se para uma crise financeira

internacional, que se transformou em crise e estagnação agora ao nível económico, a que se juntou uma crise orçamental e de gestão de dívida pública a nível mundial.

É com uma envolvente externa com grande grau de incerteza que se enquadra o Plano Regional para 2011.

Na actual conjuntura e a com a antecipação do próximo período anual, as políticas públicas a prosseguir na Região têm uma função insubstituível de regulação e equilíbrio entre as propostas e objectivos de médio prazo, consagrados nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012:

Melhorar as qualificações e as competências dos açorianos

Promover o crescimento sustentado da economia

Reforçar a solidariedade e a coesão social

Gerir com eficiência o território promovendo a qualidade ambiental

Qualificar a gestão pública e a cooperação

A concepção e a execução do Plano para 2011 procura dar resposta ao momento actual no ciclo de desenvolvimento dos Açores e a um enquadramento externo incerto e ainda com algum grau de adversidade.

As políticas sectoriais terão por base prioridades claras no processo de afectação dos recursos disponíveis, com sinergias que ultrapassem a mera execução do investimento público e dos seus efeitos imediatos.

O equilíbrio das Finanças Públicas continuará a constituir-se como o suporte incontornável da acção governativa, incluindo, naturalmente, o investimento público.

Continuar-se-á a proporcionar níveis de confiança e estabilidade na acção dos diversos agentes económicos e sociais, sustentados numa intervenção pública estruturada e firme, minorando-se assim o ambiente e as dificuldades externas potencialmente indutoras de perturbação e instabilidade.

O reforço da competitividade das empresas açorianas será aposta renovada, em que a racionalização dos custos de produção, aliada a estratégias empresariais inovadoras, com a facilitação de ambientes logísticos proporcionadores de economias externas, alancará a actividade económica e a penetração das produções regionais nos mercados externos.

A diversificação da base económica regional é aposta segura, abrindo-se novas oportunidades, designadamente ao nível da economia do mar, mas também no apoio selectivo ao sector agrícola, com prioridade à exportação de produtos, no desenvolvimento de novos produtos, na inovação e desenvolvimento tecnológico, mantendo-se firme a aposta no desenvolvimento das energias renováveis, não só na produção de electricidade, mas também na sua penetração nos sectores da actividade económica.

Não só no mundo empresarial, mas também no que se relaciona com as famílias açorianas, será dedicada especial atenção à evolução do acesso ao crédito. No caso particular do impacto de algumas medidas nacionais restritivas e de contenção verificar-se-á um esforço de alguma compensação desses efeitos através de prestações sociais.

Estas prioridades sustentam as grandes linhas de força da intervenção do Governo em matéria de objectivos operacionais e sintetizam-se em:

Manter o nível de ocupação da população activa, assegurando que as taxas de desemprego se mantenham dentro de parâmetros aceitáveis, inferiores ao que se vem observando no contexto nacional.

Aprofundar o nível de selectividade, de rigor e de eficiência na afectação material dos recursos públicos, conjugando efeitos directos da sua aplicação com estratégias e resultados integrados em objectivos de desenvolvimento de médio prazo.

Reforçar os instrumentos de apoio e de fomento de criação de valor e de emprego na Região por parte das empresas regionais, não só as dos sectores tradicionais, mas também as que se inserem em novas áreas e actividades, consolidando as estratégias do sector privado sustentadas na aceitação do risco, na competitividade das respectivas produções e na exportação para os mercados externos.

Proceder já a partir de 2011, de forma mais consistente, ao reforço da coordenação entre as acções de promoção externa da região e dos seus produtos, acentuando também a sua interligação com as empresas açorianas, assegurando-se um esforço integrado de promoção dos produtos regionais e da gestão das dotações orçamentais previstas nas acções 7.3.5, 11.1.3, 9.4.2 entre outras.

Consolidar elementos de discriminação positiva em políticas públicas, em parcelas do território regional com menor potencial, fomentando a coesão regional.

Monitorizar a evolução da conjuntura social e económica e dos efeitos da envolvente externa, fomentando em paralelo acções de parceria estratégica entre os níveis da governação e os parceiros e actores sociais, em ordem a despistar situações de bloqueio ou efeitos perversos, sociais e económicos, originados pela conjuntura e a evolução da envolvente ao território regional.

Pese embora ser possível, neste Plano, dar continuidade ao investimento público, com níveis muito próximos dos anteriores, face às opções do Orçamento de Estado, que influenciam negativamente a economia e o rendimento das famílias, serão privilegiadas as dotações financeiras em determinadas áreas, como as que detêm maior valor reprodutivo e efeitos na sustentabilidade económica e na competitividade das empresas açorianas e na criação de mais emprego, bem como reforçar as provisões para assegurar a protecção e a solidariedade social. Deste modo, face aos efeitos negativos de uma envolvente financeira desfavorável no quadro do OE, constitui-se como prioritário o apoio às empresas regionais, introduzindo, paralelamente, medidas compensatórias no Plano e no Orçamento da Região destinadas a apoiar as famílias. Serão, igualmente, reforçadas dotações para satisfazer compromissos presentes e futuros com instituições prestadoras de serviços na área social e outras destinadas a apoios eventuais a situações sociais e pessoais de emergência.

2 — Políticas Sectoriais

Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Educação

As políticas educativas consubstanciam-se no Plano de Investimentos para 2011 através de uma contínua melhoria das infra-estruturas e equipamentos escolares, na formação profissional, no apoio social aos alunos, no desenvolvimento do ensino profissional, na consolidação do currículo regional da educação básica, na implementação de projectos pedagógicos e na avaliação do sistema educativo regional.

A qualidade do parque escolar continuará a merecer uma atenção especial do Governo Regional, destacando-se a construção, ampliação e requalificação de várias escolas em diferentes ilhas dos Açores. No que se refere às escolas do 1.º ciclo do ensino básico, alguns destes investimentos serão realizados em colaboração com as autarquias.

O parque escolar continuará a ser dotado de novos equipamentos e materiais potenciadores de um processo de ensino e aprendizagem mais eficaz.

Mantendo uma clara aposta no desenvolvimento profissional dos recursos humanos, estabelecem-se prioridades no âmbito da formação dos professores, com destaque para os Novos Programas de Matemática, para as Orientações Curriculares das Línguas Estrangeiras, para a área curricular não disciplinar de Cidadania e para as tecnologias da informação e comunicação.

O apoio social aos alunos, importante estratégia para assegurar melhores condições educativas e de coesão social, continua a merecer especial atenção do Governo Regional.

No âmbito do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, salienta-se a aposta no ensino profissional, como uma via importante para a motivação dos alunos para a formação e qualificação profissional.

Simultaneamente, procura-se criar condições para uma maior qualidade na educação básica através da implementação do Currículo Regional e de projectos pedagógicos importantes para todo o sistema educativo, como a Educação para o Empreendedorismo, a Educação para a Saúde, o projecto-piloto no âmbito do apoio educativo na educação pré-escolar e no primeiro ciclo — Intervir para Vencer e o Plano Regional de Leitura.

Destaca-se, ainda, o investimento em projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial na implementação de um sistema centralizado de gestão, que será um instrumento fundamental para a agilização da comunicação entre a tutela e os serviços dependentes.

A avaliação externa das escolas, após a experiência piloto em 2010, arrancará em pleno para, em articulação com a avaliação interna, se constituírem como instrumentos potenciadores da qualidade do sistema educativo regional.

Cultura

Em 2011, o Plano da Região Autónoma dos Açores no que respeita à Cultura prossegue a estratégia de qualificação da actividade e do património culturais como factores basilares de valorização da sociedade açoriana.

A gestão, preservação e valorização do património cultural nas suas várias expressões (quer material ou imaterial) e a renovação e a produção de novos bens culturais são parte estrutural das acções do Plano, bem como a formação de novos públicos e a interacção de iniciativas culturais com a Educação, o Turismo e o Ambiente.

São também prioridades o aumento da visibilidade das actividades culturais açorianas no País, na Europa e na Diáspora, o fomento da criação artística contemporânea, a dinamização da actividade cultural ligada ao sector audiovisual e às novas tecnologias e a introdução na Região de um maior contacto com as novas correntes estéticas internacionais nas suas várias expressões.

Dar-se-á continuidade à inventariação dos acervos culturais e artísticos da Região e à consolidação da rede de equipamentos para a prática cultural, cujo relevante investimento, em termos orçamentais, constitui um sinal inequívoco da importância da aposta na requalificação estrutural dos equipamentos para a cultura enquanto factores de dinamização da actividade e dos consumos culturais.

Neste domínio, concluir-se-á a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e dar-se-á início à construção do Arquipélago — Centro de Arte Contemporânea. A par destas obras prosseguir-se-á ao restauro e conservação ou reabilitação dos equipamentos culturais públicos, como o núcleo de Santo André, o antigo Hospital da Boa Nova em Angra do Heroísmo, a ampliação do Museu dos Baleiros, em simultâneo com as intervenções museográficas e de manutenção em todos os Museus da Região.

A requalificação do Museu de Santa Maria, com a criação de um pólo em Vila do Porto, as novas instalações do Museu Francisco Lacerda, na ilha de São Jorge, e a criação de um Museu da Autonomia no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, dão continuidade a este desígnio regional de preservação da memória e de aposta no futuro.

Em 2011 continuará o período de Comemorações do Centenário da República, com um vasto programa comemorativo em todas as ilhas, com especial relevância a reabilitação da Casa Manuel de Arriaga na ilha do Faial.

Juventude

Um dos objectivos estratégicos que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo dos Açores, através de diversos departamentos, passa pela criação de mais e melhores oportunidades para os jovens açorianos, de modo a poderem ter a oportunidade de realizarem os seus projectos nos Açores. Se, por um lado, esta dimensão é determinante para a definição das políticas públicas, em áreas como o emprego, a qualificação profissional, a educação, o empreendedorismo, também é certo que não se pode descurar a vertente da educação para a cidadania.

Os jovens açorianos são cidadãos do mundo e, como tal, devem estar devidamente conscientes que, quer o seu projecto de vida, quer a sua participação cívica não têm fronteiras. Deste modo, dar mais mundo aos jovens Açorianos é um dos vectores de desenvolvimento que reforçaremos no ano de 2011, devidamente conjugado com o investimento no aumento da participação cívica e com a promoção da açorianidade.

Contudo, os paradigmas actuais da nossa sociedade têm vindo a alterar-se com uma cadência cada vez maior. E, se a inovação deve ser, cada vez mais, algo muito presente na definição dos objectivos estratégicos das políticas públicas, duas áreas de intervenção devem ser reforçadas, não só por uma questão de cidadania, mas também por razões estratégicas: o voluntariado e o empreendedorismo.

Na base de intervenção dessas duas áreas está um conceito: iniciativa. O fomento da livre iniciativa, da criatividade e do empowerment junto da juventude açoriana é um passo que queremos aprofundar no ano que se avizinha.

Deste modo, destacamos a implementação do programa de educação para o empreendedorismo, que abrange jovens desde o 2.º ciclo do ensino básico até ao ensino profissional; o programa de voluntariado, com uma componente internacional e a reformulação do programa de mobilidade Bento de Góis, que assumirá maior abrangência.

Por outro lado, continuar-se-á a desenvolver o esforço de renovar e reforçar os programas já existentes, em áreas importantes para os jovens, perante necessidades identificadas no actual contexto económico-social, procurando respostas conjuntas a toda a sociedade juvenil açoriana, residente, ou não, nos Açores.

Emprego e Qualificação Profissional

O Plano para 2011 encontra-se em plena sintonia e numa lógica de viabilização das medidas descritas no Plano Regional de Emprego para os Açores para 2010-2015.

Pretende aquele Plano Regional de Emprego para os Açores ter uma intervenção central junto dos jovens em qualificação profissional inicial, insistindo em estratégias de preparação para a vida activa, factor essencial para a empregabilidade. Também, junto dos jovens, visa este Plano promover estratégias de transição para a vida activa, sobretudo junto daqueles que apresentam um percurso escolar menos próximo do tecido empresarial, com um objectivo claro: fazer com que os jovens cheguem ao mundo do trabalho com o máximo de possibilidades de emprego — nomeadamente com capacidades próprias de encontrar emprego, ou seja, ainda com maior empregabilidade, potenciando um melhor conhecimento do tecido empresarial.

Pretende aquele Plano, ainda, agir junto dos activos trabalhadores fazendo com que, através de uma qualificação mais adequada e mais próxima de novas competências, possam acompanhar a evolução dos processos e das organizações que hoje nos Açores vão exigindo um maior reconhecimento do profissionalismo.

É assim colocada, com ênfase, a questão da valorização e da validação e reconhecimento de competências que milhares de trabalhadores açorianos necessitam, assim como um leque de medidas que visam uma maior empregabilidade no sentido de criar uma maior capacidade própria em manter o seu emprego ou em mudar de emprego.

Também é pretensão deste Plano, especialmente:

Agir junto dos desempregados no acompanhamento para um emprego, na elaboração de Planos Pessoais de Emprego através de uma qualificação para uma maior empregabilidade, nomeadamente através do programa Reactivar, ou na colocação em programas de minimização dos efeitos sociais do desemprego;

Estabelecer condições para que os Serviços Públicos de Emprego possam caminhar para dar resposta em 100 dias aos desempregados inscritos;

Criar as condições de implementação de uma vigilância estratégica nas questões ligadas ao emprego e à qualificação profissional, em particular nas informações necessárias a ter em conta para o controlo do trabalho ilegal e trabalho precário, e do combate à precariedade;

Agir junto de uma franja importante de inactivos através da sua qualificação e da implantação de um certo número de iniciativas que visam uma maior atractividade do mundo do trabalho.

Não sendo a conjuntura actual no contexto nacional e internacional das mais favoráveis à actividade económica, desenha-se assim um pacote de medidas de carácter temporário e excepcional de modo a reforçar a capacitação das organizações e das pessoas para responder à sua maior fragilização face a este contexto, de modo a evitar algumas perturbações na Economia Açoriana — trata-se sobretudo, no contexto actual, de transformar fragilidades dos desempregados em oportunidades de qualificação.

Decorre ainda da intervenção programada em matéria de emprego, quer a introdução, quer a continuidade de medidas de política de emprego que estimulem a procura de qualificações por parte do tecido empresarial, nomeadamente por via do reconhecimento do retorno económico empresarial em consequência da mobilização de certas competências para o seio das organizações.

Desporto

Para o ano de 2011 será dada continuidade à concretização dos objectivos de política de desenvolvimento desportivo da Região, expressos no Programa de Governo para a presente legislatura, salientando-se como principais linhas de orientação:

A consolidação da democratização do acesso à prática de actividades físicas e desportivas, numa perspectiva associada à promoção da saúde e bem-estar dos cidadãos.

O reforço dos níveis de investimento na requalificação e construção de instalações desportivas.

A manutenção do apoio à expressão competitiva formal visando também a obtenção de resultados de excelência e procurando afirmar cada vez mais o desporto açoriano no contexto nacional e internacional.

Continuaremos a apoiar a formação dos agentes desportivos não praticantes e em particular o reforço da formação e qualificação desportiva dos nossos jovens, nomeadamente através das “Escolinhas do Desporto”, “Actividades de Promoção (sem enquadramento competitivo) formal”, “Desporto Escolar”, “Treino e Competição dos escalões de formação”, “Coordenadores da formação dos clubes”, “Desporto Adaptado”, “Açores Activos”, “Formação de Dirigentes Desportivos”, “Açores — Desporto Jovem”, “Prémio de excelência desportiva”.

No âmbito da vertente das infra-estruturas, e ao nível das que integram os Parques Desportivos de Ilha, destaca-se a 1.ª fase da cobertura e requalificação do Estádio de S. Miguel. Serão também disponibilizados apoios ao movimento associativo desportivo ao nível da construção ou beneficiação de instalações, designadamente as cobertas, num contexto de oferta de espaços de prática, com qualidade.

De igual modo e sempre num ideal de melhoria serão concedidos apoios para a modernização e informatização, equipamentos e materiais desportivos, bem como aquisição de viaturas para transporte de atletas, a clubes e associações.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento das actividades desportivas nas suas mais variadas vertentes merecerão destaque a continuação do desenvolvimento dos projectos nas áreas:

Do apoio a clubes para a participação em quadros competitivos nacionais e internacionais, utilização de atletas formados nos Açores e prémios de classificação e contratação de técnicos;

Do apoio às associações desportivas para o desenvolvimento das suas actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional e ainda no suporte dos projectos específicos de alto rendimento, estrutura técnica associativa e formação dos diferentes agentes desportivos.

Informação e Comunicação

Continuar a contribuir para o aperfeiçoamento tecnológico e melhoria de infra-estruturas dos Órgãos de Comunicação Social da Região e para a formação dos seus profissionais bem como para a difusão da realidade açoriana no exterior, em particular junto das comunidades.

Apoiar o desenvolvimento e melhoria do Serviço Público Regional de Rádio e Televisão.

Fomentar a realização de encontros, seminários e workshops auto-organizados por OCS da Região que in-

cidam sobre temas como a modernização, publicitação, projecção no contexto regional e ou nacional, financiamento, ou outros.

Promover o aprofundamento das relações político institucionais entre a Região e outras realidades regionais na Europa ou nos EUA, com incidência para a cooperação económica — comercial e com particular ênfase para os locais onde se encontrem comunidades açorianas.

Renovar as formas de comunicação entre a Administração Pública e o cidadão com base no Portal do Governo dos Açores.

Promover o Crescimento Sustentado da Economia

Agricultura e Florestas

Convicto de que a actividade agrícola e pecuária nos Açores é determinante para o rendimento e bem-estar da população Açoriana, o Governo Regional dos Açores continuará a promover intervenções específicas para garantir a competitividade do sector agro-pecuário e a valorização do Mundo Rural, considerando estes dois aspectos como as duas grandes dimensões, que se complementam.

Em 2011 será dada continuidade às principais linhas estratégicas seguidas, tendo como grande objectivo transversal a todas as intervenções, a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.

Com esse fim pretende-se:

Continuar o reforço da modernização infra-estrutural e organizacional das fileiras do leite e da carne, assumindo-se estes como sectores essenciais da actividade agro-pecuária regional.

Assegurar a melhoria constante das infra-estruturas de base, com destaque para os laboratórios regionais de veterinária, de enologia e de sanidade vegetal, os parques de exposições agro-comerciais, a renovação e construção de matadouros, caminhos agrícolas e rurais, sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica às explorações.

Manter uma estratégia de apoio ao investimento privado, ao rendimento e às organizações do mundo rural, com clara aposta na qualidade e na diversificação da economia rural.

Continuar a implementar medidas que garantam o melhoramento e a sanidade animal e vegetal, consubstanciadas em planos globais integrados de vigilância e controlo.

Assegurar a valorização e qualificação de conhecimentos de base, ao nível da formação, experimentação, divulgação e extensão rural.

Promover os produtos agro-pecuários, criando condições para a sua valorização e promovendo-os nos mercados externos à Região.

Assegurar a produção e o fornecimento de plantio para manutenção das áreas florestais e acções de florestação, no âmbito do Programa de Melhoramento Florestal dos Açores e dos Planos de Ordenamento da Floresta Açoriana, valorizando o uso múltiplo da floresta Açoriana.

Assuntos do Mar

O Mar dos Açores, com cerca de um milhão de quilómetros quadrados, possui uma área centenas de vezes maior que o território terrestre. Num contexto de ampliação da plataforma continental, tal como submetido pelo Governo da República à Organização das Nações Unidas,

este rácio será ainda mais enfático e necessitando de uma gestão orientada e específica. Por outro lado, está consensualmente definido a nível internacional que o alto mar, progressivamente, terá de possuir normas de utilização e responsáveis pela sua implementação e gestão. Foi neste contexto que o Governo dos Açores propôs a classificação de diversas áreas do ambiente marinho em contexto do mar territorial, zona económica exclusiva e, com grande originalidade e ampla aceitação, já na zona de extensão da plataforma continental, ou seja, em águas internacionais. Todas estas áreas serão, a breve trecho, integradas no Parque Marinho dos Açores.

Em termos europeus, a publicação da Directiva Quadro sobre a Estratégia Marinha, com a definição do Bom Estado Ambiental do ambiente marinho e a introdução de acções para a sua monitorização e, nos casos necessários, a sua correcção, elevam os desafios para a uma gestão adequada desta enorme área a uma dimensão extraordinária. Cumulativamente, a obrigação de efectuar um Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, que segue o espírito definido pelas normas internacionais, também justificam a existência de uma direcção regional autónoma e dinâmica. Acresce ao já referido que a Estratégia Nacional para o Mar, com os seus objectivos e metas implicam um acompanhamento permanente e uma dinâmica adaptação ao contexto regional.

É por esta razão que foram aglutinadas num novo Projecto do Plano de Investimentos todos os assuntos relacionados com a gestão marinha, incluindo assim também a gestão das zonas costeiras, incluindo a qualidade das águas balneares e as acções de educação ambiental, como o SOS Cagarro e o Festival Entre Mares.

Competirá a este serviço a execução de importantes infra-estruturas de protecção costeira, como a que se desenrola na Baía de São Lourenço da Ilha de Santa Maria. A definição e priorização da estratégia relacionada com o risco e consequente protecção da orla das ilhas dos Açores será uma responsabilidade deste novo serviço e que se reflectirá no Projecto 14.

Toda a acção planeada num ambiente de desenvolvimento sustentável, tal como sufragado pelos açorianos, implica haver um investimento acentuado em conhecimento. Assim, para além das actividades previstas no espírito do departamento do Governo Regional com competência para a Ciência e Tecnologia, dar-se-á sequência a programas de monitorização ambiental como o que diz respeito ao censo das aves marinhas. Alguns destes projectos, para além das componentes relacionadas com o conhecimento puro e a monitorização, contêm outras no âmbito da própria intervenção ambiental, como é o caso do projecto co-financiado pela União Europeia através do Programa LIFE+ “Ilhas Santuário”. Será integrado neste Projecto que será executada a participação regional no âmbito destas acções.

Pescas

Executar acções de fiscalização e sensibilização dos pescadores em todas as ilhas dos Açores; acompanhar e intervir, no âmbito das instituições europeias, com vista à restauração do limite das 200 milhas para reserva da frota dos Açores; intensificar a investigação científica na ZEE dos Açores, através da celebração de protocolos de cooperação com o Centro do IMAR da UA para a gestão e exploração N/I “Arquipélago” e da L/I “Águas

Vivas”, para além da promoção de projectos no âmbito do Programa Nacional de Recolha de Dados, Programa de Observação das Pescas dos Açores (POPA), avaliação dos mananciais de espécies demersais, de profundidade e de lapas, estudos da interacção dos cetáceos na pesca e estudos de viabilidade de aquicultura de cracas, ouriços e de lapas;

Manter o programa de investimentos nos portos de pesca demais infra-estruturas e equipamentos de apoio ao sector; designadamente o incremento das condições de armazenamento e conservação do pescado. Apoiar financeiramente renovação da frota de pesca, através da construção e modernização de novas embarcações, de forma a garantir melhores condições de segurança, habitabilidade e autonomia às embarcações de pesca dos Açores;

Atribuir uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca local, registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cujos equipamentos propulsores sejam exclusivamente por motores fora de borda a gasolina; atribuir uma ajuda regional ao escoamento dos produtos da pesca capturados pelas embarcações das ilhas da Coesão (Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo);

Promover a coesão social no âmbito da actividade da pesca por via da atribuição de apoios aos pescadores através do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores;

Reforçar a capacidade de intervenção das associações e organizações de produtores na gestão e no desenvolvimento sustentável do sector das pescas; promover o desenvolvimento da aquicultura; modernizar as unidades conserveiras e harmonizar os seus impactos no ambiente; realização de acções de formação profissional destinadas a profissionais da pesca em todas as ilhas do arquipélago.

Comércio, Indústria e Serviços

Será prestada uma particular atenção à política de incentivos financeiros ao investimento privado, como instrumento privilegiado para fomentar um desenvolvimento económico sustentável a médio e longo prazo. Neste domínio, assume especial importância o SIDER — Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, que envolve um vasto conjunto de medidas de apoio ao investimento nos sectores do comércio, indústria, turismo e serviços, proporcionando aos agentes económicos a obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade, e acelerando o processo de ajustamento da economia regional em direcção a novos perfis de especialização.

O desenvolvimento de diversas iniciativas de natureza legislativa, relacionadas com a regulação dos sectores do comércio e indústria, designadamente a revisão do regime de licenciamento da actividade industrial, a reformulação do regime de autorização prévia do licenciamento comercial, a introdução do regime de declaração prévia para a instalação dos estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como a alteração do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais, para além de outras medidas, vai favorecer um ambiente estimulante da eficiência empresarial. Aquelas alterações, que permitirão simplificar procedimentos, encurtar prazos de resposta e reduzir custos de contexto, enquadram-se num objectivo mais amplo e transversal relacionado com a desmaterialização de processos e desburocratização administrativa, traduzindo-se em ganhos de competitividade para os sectores de actividades abrangidos.

Prosseguir-se-á com o objectivo de fomentar a competitividade externa da economia regional, atribuindo incentivos financeiros aos operadores económicos para a colocação dos produtos regionais nos mercados de destino, apoiando a constituição de parcerias comuns de distribuição, comercialização e promoção de produtos açorianos, ou promovendo a participação das empresas em feiras e outros eventos promocionais.

Pretende-se dar continuidade a iniciativas que contribuam para a promoção da qualidade dos produtos açorianos e a sua valorização junto do consumidor, nomeadamente através de programas que visam a segurança e a qualidade alimentar junto das empresas, com a colaboração das associações empresariais. Por outro lado, serão desenvolvidas acções de sensibilização dos agentes económicos para as vantagens decorrentes do Sistema Português da Qualidade, nos domínios da certificação, normalização e metrologia.

Dar-se-á seguimento aos processos de avaliação, caracterização e qualificação das águas minerais e termais, bem como dos recursos minerais não metálicos, tendo em vista maximizar a utilização desses recursos e contribuir para uma correcta integração dos mesmos nos instrumentos de ordenamento do território e protecção e recuperação ambiental.

No sector do artesanato, as principais prioridades serão o apoio financeiro no âmbito dos sistemas de incentivo em vigor, o desenvolvimento das empresas artesanais, a valorização das técnicas artesanais através da transmissão de saberes, a certificação da qualidade da produção e a divulgação e promoção do artesanato dos Açores.

Ao longo de 2011, serão também dinamizadas diversas iniciativas de fomento do empreendedorismo, particularmente junto dos mais jovens, com o objectivo de incrementar uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação. O Empreende Jovem — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, recentemente reformulado, vai seguramente contribuir para a renovação do tecido produtivo e para a concretização de iniciativas empresariais de carácter inovador.

Será mantida a concessão de apoios no âmbito do micro crédito, promovendo-se a integração no sistema económico de pessoas em situações particulares de desfavorecimento social, contribuindo-se deste modo para uma maior coesão económica e social.

De destacar, ainda, a actividade da APIA — Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E. P. E., que tem por missão promover activamente a captação de projectos de investimento de capitais externos à Região, nacionais ou estrangeiros, apoiar a realização desses projectos e contribuir, junto de potenciais investidores, para a identificação e divulgação das oportunidades de investimento nos Açores, bem como a implementação de um fundo de capital de risco, enquanto instrumento de financiamento empresarial, especialmente vocacionado para apoio às pequenas e médias empresas nas fases iniciais do ciclo de vida e aos projectos de investimento com forte cariz inovador.

Turismo

Prosseguir-se-á a sustentabilidade do sector do turismo apostando na qualificação da oferta e na ampliação da procura turística externa, em estreita concertação da acção das entidades públicas e privadas., tendo em vista um envolvimento harmonizado em diferentes domínios

(ambiente, ordenamento do território, transportes, festividades, segurança, qualificações, entre outras), uma efectiva aproximação às comunidades locais e a sua adequação às conjunturas internacionais, nacionais e regionais, assim como às novas tendências da procura.

Continuar-se-á a apoiar, quer no mercado nacional quer nos mercados internacionais considerados prioritários, a realização de acções que permitem dar maior visibilidade ao destino, nomeadamente a realização de campanhas publicitárias multimédia, a participação em feiras e noutros eventos de promoção turística que atraem grande número de participantes, a organização de viagens de familiarização e a realização de visitas educacionais para jornalistas, fotógrafos, equipas de televisão, escritores de guias.

Tendo em vista o aumento dos fluxos turísticos, bem como a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros, pugnar-se-á pelo desenvolvimento das acessibilidades aéreas e marítimas e continuar-se-á a realizar acções de prospecção em diversos mercados no sentido de atrair para os Açores novas operações. Simultaneamente, será feito um acompanhamento quer do mercado nacional, quer dos mercados com os quais os Açores têm já relações, nomeadamente o Continente, a Escandinávia, a Alemanha, Reino Unido, a Holanda, a França, Itália, os EUA e o Canadá.

Nesse âmbito, avaliar-se-ão as possibilidades de crescimento face à oferta específica da Região e, com o intuito de diversificar e aumentar a procura turística, continuar-se-á a estudar novos mercados que demonstram já algum interesse pelos Açores, nomeadamente a Polónia e a República Checa.

Com vista a aumentar a notoriedade do Destino Açores, a reduzir a sazonalidade, a revelar os Açores mais activos, dinâmicos e experienciais, através da diferenciação e da diversificação da oferta, a captar targets em cada mercado com maior potencial spending, será desenvolvida uma campanha de publicidade de grande dimensão, envolvendo cinco mercados num total de oito países, nomeadamente: Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá e Portugal Continental. Esta campanha será desenvolvida em parceria com a ATA — Associação de Turismo dos Açores. Promover-se-á, também, a progressiva profissionalização das entidades com responsabilidades na promoção externa.

Tendo em vista a consolidação dos produtos turísticos elencados no Plano de Marketing serão desenvolvidas acções visando essencialmente os mercados emissores com forte apetência para os produtos de mergulho, observação de cetáceos, vulcanismo, percursos pedestres, golfe e meeting industry.

Será estimulada a hospitalidade e a identidade turística regional mediante a prestação de serviços de informação turística, a produção de materiais de promoção e informação turística, nomeadamente folhetos genéricos em diferentes idiomas, livros promocionais, DVD, cartazes, enquanto suportes fundamentais para a realização de acções promocionais nos mercados externos.

Continuar-se-á a apoiar o investimento no sector com condições mais favoráveis para o investimento privado, através do SIDER — Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional, e apoiar-se-á o desenvolvimento de acções e eventos de animação e promoção turísticas por parte dos agentes económicos do sector, através dos incentivos financeiros concedidos ao abrigo do Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo, assim como a con-

cessão de incentivos financeiros a associações e entidades afins para o desenvolvimento de planos de promoção e animação.

Assegurar-se-á o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de investimentos estratégicos no sector do turismo, celebrando-se contratos-programa com interesse para o desenvolvimento do turismo nos Açores, como forma de estruturar a colaboração entre a Região e as entidades privadas que com ela pretendam cooperar na prossecução daquele objectivo, com planos de acção que promovam o Destino Açores ou os diferentes produtos turísticos nos mercados nacional ou internacional de forma coerente e integrada, desenvolvam a formação de activos em áreas relevantes para a actividade turística nos Açores ou visem o estudo, a monitorização e o acompanhamento do desenvolvimento da actividade turística dos Açores ou concorram para a criação de uma oferta estruturada da animação ou oferta turística.

Incentivar-se-á a competitividade do sector, valorizando-se os serviços, a inovação e a criatividade e apoiando-se iniciativas formativas de forma a dotar os profissionais do turismo de melhores e mais adaptados conhecimentos.

Divulgar-se-á junto dos agentes económicos, legislação específica do sector e promover-se-á a sua aplicação na Região, como por exemplo o diploma que estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos e o novo Regime Jurídico dos Estabelecimentos Turísticos, dando-se continuidade ao programa de auditorias para reclassificação de todos os empreendimentos existentes.

Investigação e Desenvolvimento e Inovação

A melhor estratégia de desenvolvimento sustentável para os Açores está ligada ao reforço das capacidades regionais nos domínios do conhecimento.

O desenvolvimento científico e tecnológico ocupa, assim, um lugar central nas organizações e na construção de modelos organizacionais e operativos da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Na Região Autónoma dos Açores, a tarefa da dinamização estratégica das orientações governamentais, nesta matéria, é cometida à Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações que, em sintonia com todas as outras linhas de acção governativa, tem a competência de apoiar o desenvolvimento do potencial científico e tecnológico regional, em termos de recursos materiais, humanos e intelectuais, através da promoção da investigação aplicada e do desenvolvimento experimental em áreas de manifesto interesse da Região.

O Programa Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações integra um conjunto de Projectos, Acções e Medidas articuladas e direccionadas para questões correlacionadas com o potencial científico e tecnológico regional que promovem e estimulam a criação e manutenção de instituições e instrumentos, destinados a atender à procura na área das tecnologias, numa tentativa de associar o desenvolvimento no campo científico e tecnológico; garantem a formação de especialistas e a internacionalização de investigadores nas áreas estratégicas para o desenvolvimento da Região; promovem medidas de incentivo para a cooperação entre unidades de investigação e empresas, conducentes à modernização de processos, à optimização de recursos e ao aumento da produtividade com controlo

de qualidade; fomentam a divulgação da cultura científica e o ensino experimental das ciências; promovem o desenvolvimento e a dinamização de plataformas integradas de serviços e a divulgação de informação de utilidade pública, com recurso a ferramentas de personalização e comunicação directa; garantem a consolidação e a continuidade da reforma administrativa apoiada em políticas de desenvolvimento do sector dos sistemas de informação; garantem a continuidade e o apoio às estratégias de desenvolvimento tecnológico educacional, ao nível da qualificação humana, social, cultural e económica, numa perspectiva de optimização e de rentabilização dos recursos disponíveis.

Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social

Saúde

Assegurar o desenvolvimento das infra-estruturas e sistemas de saúde, nomeadamente dar início à construção dos novos Centros de Saúde da Madalena e Ponta Delgada, continuação da Empreitada do Novo Centro de Saúde da Graciosa e do Bloco C do Hospital da Horta;

Continuação da construção do Novo Hospital da Ilha Terceira e início da construção do Centro de Radioterapia dos Açores;

Continuar a aperfeiçoar as políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente através da prossecução do Plano Regional da Saúde e respectivos Programas Regionais já aprovados, da participação em eventos e da promoção de campanhas.

Prosseguir com projectos de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidades ao Serviço Regional de Saúde consolidando o projecto do “Enfermeiro de Família” e melhorando o funcionamento da Linha de Saúde Açores.

Dar continuidade ao Plano Regional de Vacinação.

Continuar com o projecto do vale saúde.

Prosseguir com as políticas de Saúde Materna, Planeamento Familiar e Incentivo à Natalidade, designadamente através da procriação médica assistida.

Continuar, sempre que possível, e em colaboração com as Autarquias Locais, a implementação de Casas Mortuárias junto às populações;

Equipar os actuais e novos serviços com os equipamentos e tecnologia necessários a uma integração harmoniosa compatível com o SIS-ARD, procedendo à substituição de equipamentos obsoletos e promovendo as aquisições essenciais para colmatar carências de modo a que a evolução de cada serviço possa ser a mais adequada e eficaz na resposta às necessidades dos utentes;

Completar a informatização base do Sector na Região — Sistema de Informação da Saúde — SIS-ARD), com vista à evolução da qualidade do Serviço Regional de Saúde, colocando em funcionamento e em rede todas as Unidades de Saúde garantindo a evolução simultânea e os níveis de eficiência operacional das diversas unidades que o compõem;

Apoiar instituições do Serviço Regional de Saúde e pessoas colectivas, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de projectos no domínio da saúde.

Aprofundar as parcerias com as regiões ultraperiféricas através de fundos comunitários e reforçar a capacidade de intervenção em sede de emergência médica, nomeadamente dando continuidade à implementação do Programa Regional para a Utilização de DAE por Não Médicos e de Acesso Público à Desfibrilhação.

Prosseguir com a implementação de programas de qualidade, certificação e acreditação dos serviços de saúde com vista a introduzir melhorias de qualidade na prestação de cuidados de saúde, assim como proporcionar o aumento da qualificação dos profissionais que desempenham funções na área.

Atribuir bolsas de estudo, executar o programa de formação para profissionais de saúde e apoiar a realização de encontros, seminários e jornadas de saúde e outras formas de actualização profissional.

Iniciar a construção de uma unidade juvenil de tratamento e reabilitação em S. Miguel.

Continuar a execução do Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências, fomentando as Estratégias Locais de Inserção, em que os recursos existentes ao nível local são mobilizados num esforço organizado entre os vários parceiros locais, para a implementação de respostas integradas com os vectores ou áreas da Redução de Procura, Prevenção, Dissuasão, Tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

Consolidar a descentralização do tratamento de substituição opiácea, e melhorar a qualidade do tratamento e aproximá-lo do cidadão e da sua comunidade, facilitando também o processo de integração e reinserção;

Dar continuidade à prevenção, realizada pelas Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência;

Reforçar os acordos de cooperação com as Instituições que desenvolvem acções e projectos no âmbito da Prevenção, Dissuasão, Tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção;

Prosseguir e difundir os programas de prevenção em meio escolar e extra-escolar, e de intervenção específica em zonas de risco;

Implementar padrões de procedimentos e aperfeiçoar a estrutura de monitorização das dependências;

Continuar com o projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos;

Promover parcerias, com IPSS, ONG e Outras, através do estabelecimento de protocolos, de investigação e desenvolvimento, com Universidades, hospitais e institutos públicos, no sentido de articular e racionalizar os recursos e meios existentes.

Segurança Social

As acções preconizadas no Plano de 2011 mantêm a forte aposta no desenvolvimento de estruturas basilares ao suporte e prevenção do risco social, na dinamização de medidas de apoio e combate ao isolamento e nas respostas integradas de apoio à família e comunidade.

Estas acções, que estão agrupadas em quatro grandes áreas: idosos, infância e juventude, públicos com necessidades especiais e família, comunidade e serviços, visam principalmente:

Idosos:

Alargar e qualificar a rede de equipamentos e serviços de apoio social para idosos, criando novos lares e remodelando os existentes, e dotando-os de condições técnicas e de conforto que garantam a adequabilidade às diferentes necessidades gerontológicas;

Reforçar as respostas de apoio alternativo à institucionalização, promovendo e apoiando a permanência de idosos em sua casa com o auxílio dos serviços de apoio domiciliário, centros de dia e centros de noite;

Atribuir apoio directo aos pensionistas, melhorando o seu bem-estar social, através da comparticipação à aquisição de medicamentos (COMPAMID) e do aumento da capacidade de resposta ao nível da Rede Regional de Cuidados Continuados integrados.

Infância e Juventude:

Alargar e qualificar a rede de equipamentos e serviços de apoio social na área da Infância e Juventude, com especial relevo para respostas dirigidas à primeira infância, destacando-se a construção de novas creches em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura ao nível dos equipamentos, providenciando-se paralelamente melhorias num conjunto de serviços sociais, com intervenção no âmbito da prevenção dos factores de risco, na promoção e protecção das crianças e contribuindo para a facilitação e estabilidade das famílias jovens.

Públicos com Necessidades Especiais:

Continuar o alargamento da rede de centros de actividades ocupacionais aos núcleos concelhios de maior densidade populacional e que possibilitam a gestão e rentabilização de outros serviços já concentrados na comunidade;

Constituir novas residências para apoio à pessoa com deficiência, garantindo-se as condições básicas de suporte aos próprios e aos familiares cuidadores.

Família, Comunidade e Serviços:

Promover uma política de acção social descentralizada e territorializada no âmbito das respostas às pessoas às famílias e aos recursos locais;

Intensificar a qualidade do atendimento ao cidadão através da continuação da modernização dos serviços da segurança social.

Igualdade de Oportunidades

Um dos pilares fundamentais para a coesão social e o desenvolvimento sustentável é a promoção de todos os aspectos da Igualdade de Oportunidades.

Fomentar e apoiar estratégias que promovam a Igualdade de Direitos, de Representação, de Reconhecimento e de Respeito, que ofereçam a todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, oportunidades iguais, é o caminho certo para a construção de uma Região mais justa, mais solidária, mais rica em valores humanos.

Nesta medida, e assegurando a continuidade das acções iniciadas em 2009, o Plano de 2011 contempla, no âmbito do Projecto Igualdade de Oportunidades:

Promoção da Transversalidade do princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos:

Prosseguir a implementação e disseminação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades;

Implementar o Programa Família, Escola e Comunidade — Berços da Cidadania e Igualdade de Oportunidades;

Implementar o Conselho Regional para a Igualdade de Oportunidades;

Apoiar instituições para a manutenção dos Centros de Informação e Acompanhamento das Políticas de Igualdade;

Promover e apoiar acções de sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de boas práticas no combate à discriminação e promoção da Igualdade de Oportunidades;

Realizar ou apoiar estudos, projectos, conferências, acções de cooperação e intervenção tecnológica no âmbito da transversalidade do princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos.

Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional:

Desenvolver, certificar e apoiar entidades privadas na promoção de medidas e acções facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a vida profissional;

Promover e apoiar acções de sensibilização, formação e informação potenciadoras do mainstreaming da perspectiva de género;

Realizar ou apoiar estudos, projectos, conferências e acções de cooperação e intervenção tecnológica com o objectivo de implementar os Planos da Igualdade na Administração Regional, Local e nas entidades privadas;

Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias:

Implementar e acompanhar o Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica;

Promover e apoiar acções de sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de Boas Práticas;

Apoiar e alargar as estruturas de apoio, prevenção e acolhimento para vítimas de violência (mulheres, crianças e idosos) e serviços de proximidade de atendimento às vítimas;

Implementar o Serviço de Teleassistência a vítimas de violência;

Criar o Programa de Reabilitação de Agressores Sexuais;

Realizar ou apoiar estudos, projectos, conferências e acções de cooperação e intervenção tecnológica na área do combate e prevenção da violência e atitudes discriminatórias;

Apoiar acções na área da Formação e do Emprego Protegido e promover competências para a empregabilidade para vítimas de violência e mulheres em situação de risco;

Alargar e potenciar o Programa de Suporte Socioeconómico a vítimas de violência;

Alargar e potenciar o Programa de Reabilitação de Agressores Conjugais — Contigo;

Asseverar e potenciar a Linha de Informação contra a discriminação e violência.

Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência:

Implementar ou apoiar acções de sensibilização, formação, informação para os direitos e certificação de boas práticas;

Realizar estudos, projectos, conferências, acções de cooperação e intervenção tecnológica na área da Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência;

Apoiar a implementação de melhorias nas edificações para promover as acessibilidades;

Desenvolver e apoiar acções na área da formação e emprego protegido e promoção de competências para a

empregabilidade; Implementar ou apoiar acções, estruturas e equipamentos facilitadoras da promoção da Igualdade de Oportunidades e prevenção e combate à discriminação para pessoas com deficiência;

Desenvolver e apoiar acções promotoras do acesso à cultura, desporto e lazer;

Desenvolver e acompanhar o Programa Casa para Todos;

Desenvolver e acompanhar o Plano Regional de Acessibilidades.

Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis à exclusão

Desenvolver e acompanhar o Programa de Suporte Psicossocial e Socioeconómico a pessoas em grave situação de exclusão;

Apoiar acções na área da Formação e promoção de competências para a empregabilidade;

Apoiar a criação ou melhoria de estruturas e acções facilitadoras do atendimento aos públicos mais vulneráveis.

Habitação

É preocupação do Plano para 2011 continuar a melhorar as condições habitacionais das famílias açorianas no contexto da política social de habitação do Governo Regional dos Açores e de salvaguarda e valorização patrimonial, assegurando a memória do edificado e a sua evolução, dentro de uma visão que é tornar os Açores uma Região de referência em matéria de Habitação Social.

Em termos estratégicos, assumem-se com a maior importância para o desenvolvimento e consolidação das orientações políticas regionais da área da habitação, os seguintes pontos:

Reforçar a melhoria de condições de vida dos agregados familiares, promovendo a coesão social da Região Autónoma dos Açores (reforço dos apoios à aquisição de habitação, à recuperação do parque habitacional existente);

Dinamizar o mercado de arrendamento através da operacionalização do programa “Famílias com Futuro” com o objectivo da resolução de situações de carência habitacional através do incentivo ao arrendamento de prédios ou de fracções autónomas e do subarrendamento de imóveis em regime de renda apoiada;

Incentivar a recuperação do edificado quer público quer privado, tendo em vista reabilitar os núcleos urbanos e promover a sua sustentabilidade social e ambiental, bem como implementar o novo regime de apoios financeiros dirigido aos imóveis infestados pela praga das térmitas;

Contribuir para o ordenamento harmonioso e sustentável do território da Região, promovendo a requalificação urbana dos loteamentos promovidos pela Região e aplicando as orientações ambientais e de eficiência energética;

Promover o princípio da discriminação positiva dirigido aos territórios e às populações mais desfavorecidos que lhes permita atingir um nível de desenvolvimento integrado; e

Actualizar e desenvolver os indicadores de recenseamento habitacional e social dos agregados familiares com necessidades especiais através do Observatório Regional da Habitação.

Todas estas estratégias de intervenção têm subjacente uma resposta social integrada, que se reflecte na melhoria das condições de vida e nos hábitos e competências das populações mais desfavorecidas, jovens e famílias monoparentais.

Para 2011, pretende-se dar continuidade às políticas em curso, dando-se especial ênfase à:

Promoção empresarial de habitação em regime de custos controlados através dos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH's);

Reforço dos apoios à aquisição, construção e recuperação de habitação própria permanente;

Dinamização do incentivo ao arrendamento destinado a responder a novas necessidades habitacionais e a dinamizar o mercado urbano;

Estímulo do arrendamento e subarrendamento, em regime de renda apoiada, como alternativa de resposta ao realojamento das famílias em situação de grave carência habitacional, pela via da aquisição ou construção;

Requalificação do património erigido e reforço, em articulação com os restantes organismos do Governo, dos apoios no combate à infestação das térmitas e no controlo da praga;

Promoção da gestão do património da Região afecto à habitação, bem como implementação de acções de formação que contribuam para o cumprimento dos contratos estabelecidos e para a salutar convivência em regime de condomínio;

Desenvolvimento de estudos e intercâmbio de experiências com vista a propor medidas de melhoria nas áreas de habitação e reabilitação urbana; e

Melhoria da proximidade e da resposta ao cidadão através da utilização das TIC's e da descentralização da rede de atendimento.

Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental

Ambiente

Ambiente, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos

Os grandes problemas ambientais do mundo estão relacionados com a sobre-exploração de recursos, com a erosão do solo, com a poluição atmosférica, com a falta de água potável, com a perda de biodiversidade, com a proliferação de organismos invasores e com as alterações climáticas globais. Junto da opinião pública, a visibilidade que este último tema tem merecido acaba por ofuscar os restantes, sendo que, alguns destes, no caso particular do arquipélago dos Açores, têm resultados mais intensos, mais profundos e perenes. Assim, assiste-se nos Açores a uma enorme necessidade de actuar na área da gestão de resíduos, no combate à flora invasora e na restauração da eficiência ecológica dos sistemas naturais. Para que haja compreensão e solidariedade dos cidadãos e contribuintes na generalidade, é necessário mantê-los informados e proporcionar um contexto participativo.

O X Governo dos Açores, através do seu Plano de Acção, definiu como áreas fundamentais para o Ambiente a Gestão de Resíduos, o Combate aos Organismos Invasores e a Recuperação dos Mananciais de Água.

Em termos estratégicos, nas áreas de competência da Direcção Regional do Ambiente, apenas se podem debelar os temas referidos anteriormente se existir uma actuação simultânea em temas relacionados com o Ordenamento do Território, a Conservação da Natureza, os Recursos Hídricos, incluindo a respectiva monitorização, a Avaliação Ambiental em termos gerais, os Resíduos e com a Promoção Ambiental.

Neste momento, para neutralizar a carência de gestão efectiva e adequada dos resíduos e responder aos desígnios comunitários, é necessário efectuar investimentos de várias dezenas de milhões de euros.

Por outro lado, séculos de uso abusivo dos terrenos agrícolas e de recreio no arquipélago, conduziram à existência de cerca de 370 espécies de plantas naturais e mais de mil exóticas. Esta pressão, sob pena de se perder património insubstituível, carece de acções vigorosas de combate às piores espécies exóticas (invasoras) e recuperação dos habitats naturais. Para além dos efeitos perversos directos (perda de biodiversidade), existem consequências indirectas ao nível da redução da eficiência do funcionamento dos ecossistemas o que, por sua vez, tem implicações a diversos níveis, como seja a falta de mananciais de água potável e a promoção da erosão das arribas costeiras.

No âmbito dos instrumentos de Gestão Territorial serão desenvolvidas as seguintes acções prioritárias: implementação do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores; conclusão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas do Pico e do Faial; acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; elaboração dos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas das Flores e de S. Miguel (Lagoas do Fogo, Congro, São Brás, Empadadas e Canário); elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Actividades Extractivas na Região Autónoma dos Açores.

Para a avaliação e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, terão continuidade os trabalhos conducentes à elaboração dos Relatórios de Avaliação da Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas em vigor; do Relatório do Estado do Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores.

Sob o ponto de vista instrumental, prevê-se a conclusão do Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar, para a divulgação pública de todos os planos de ordenamento dos Açores.

Para a elaboração da Reserva Ecológica Regional, serão avaliados os perigos naturais em termos das condicionantes de risco a considerar para efeitos do desenvolvimento da política de ordenamento do território e serão dinamizadas as acções conducentes à realização da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas. Neste contexto terá continuidade a preparação de projectos e a execução de empreitadas dirigidas para a protecção e a requalificação da orla costeira. Por via da aplicação de diversa legislação na área da gestão territorial, salienta-se, ainda, o exercício de competências de forma continuada ao nível da emissão de pareceres no âmbito do licenciamento das actividades turísticas, da exploração de massas minerais, da localização de aterros, do licenciamento municipal de loteamentos urbanos, nos concelhos que não possuem Plano Director Municipal em vigor, entre outras áreas temáticas.

No que concerne à gestão e planeamento dos recursos hídricos regionais, destaca-se a implementação e adequação do modelo e quadro normativo e institucional, a optimização do modelo e estrutura de gestão da água para abastecimento e saneamento das águas residuais e a implementação de uma rede de monitorização adequada às novas exigências comunitárias. Nestes domínios sublinham-se a preparação dos planos de gestão de recursos hídricos, a monitorização das águas balneares e das massas de água

costeiras de transição e interiores, assim como a monitorização do estado de eutrofização das lagoas.

Terá continuidade a implementação da rede de monitorização automática para a avaliação e estudo do ciclo hidrológico nas diferentes ilhas e serão avaliados os perigos naturais associados à ocorrência de cheias e deslizamentos. Merecerá ainda destaque a questão da protecção e valorização dos recursos hídricos, designadamente, através da limpeza de ribeiras e da protecção de nascentes.

O cidadão comum apenas alterará o seu comportamento e contribuirá para o real valor dos serviços ecológicos, se for sensibilizado para a temática ambiental. Assim, o Governo Regional através do departamento especialmente vocacionado para esta temática, pretende estimular, de forma significativa, a participação pública activa e informada. Consequentemente e a este nível, o Plano de Investimentos deverá reflectir um acentuado esforço ao nível do investimento associado às infra-estruturas e acções de promoção ambiental.

Energia

Uma elevada dependência do petróleo e seus derivados, um recurso não renovável e limitado, acarreta, por um lado, fortes impactos ambientais e, por outro lado, grande instabilidade dos preços devido ao risco associado ao actual sistema de abastecimento, muito dependente de regiões politicamente instáveis, à especulação e a um aumento da procura mundial resultante do crescimento económico dos países emergentes.

A sustentabilidade dos sistemas energéticos exige uma aposta significativa e continuada nas energias renováveis e na eficiência energética, facto que é suportado pelas orientações políticas a nível internacional.

O acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências no domínio dos Sistemas Sustentáveis de Energia, normalmente assentes na introdução de pequenas inovações, está ao alcance de regiões pequenas e abundantes em recursos energéticos endógenos.

A conjugação destes factores traduz-se numa oportunidade de exploração dos recursos energéticos endógenos da Região, contribuindo para promover a criação de emprego qualificado, a dinamização do tecido científico e empresarial regional, nacional e internacional e para atrair investimento na área das energias renováveis.

Importa assim criar condições para a promoção de um sistema sustentável de energia, alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico, que aproveite o potencial de recursos endógenos e transforme os Açores num laboratório e numa região de referência nos domínios da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

Neste contexto, o Plano Anual 2010 contempla, no domínio energético, um conjunto diversificado de acções destinadas à promoção da eficiência energética e a uma maior produção e utilização de energias renováveis na economia açoriana. Acresce a isto o pagamento da iluminação das vias públicas regionais, assim como o processo de electrificação das fajãs de S. João, Saramagueira, Cubres e Caldeira de Santo Cristo.

As principais orientações de política a seguir são:

Implementação do sistema de certificação energética dos edifícios e da qualidade do ar interior (SCE), resultante da transposição para a Região da Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

Promover medidas de utilização racional de energia e eficiência energética, quer através do Programa ProEnergia, devidamente articulado com o SCE, quer através das actividades da ARENA — Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores.

Fomentar a investigação e desenvolvimento no âmbito das energias alternativas e renováveis, incorporando níveis mais elevados de conhecimento científico e técnico, com envolvimento do tecido científico internacional, nacional e regional e a sua compatibilização com as formas de energia tradicional, nomeadamente através do desenvolvimento e da operacionalização de soluções técnicas que permitam um maior encaixe de energias renováveis em sistemas eléctricos pequenos e isolados como os dos Açores. A este nível, é de destacar o apoio ao desenvolvimento e à implementação do projecto Green Islands, da responsabilidade do MIT — Portugal.

Prevenção de Riscos e Protecção Civil

Continuar a dotar as corporações de Bombeiros de recursos humanos e equipamentos necessários para que possam garantir à população um socorro mais rápido e eficaz através de apoio financeiro para a aquisição de viaturas de combate a incêndio, ambulâncias de socorro — sendo algumas medicalizáveis — e ambulâncias de transporte;

Prosseguir com a estratégia de investimento no âmbito da modernização, beneficiação, recuperação e construção de infra-estruturas;

Reforçar o papel dos bombeiros através do reforço qualitativo de acções de formação;

Reforçar a dinâmica do Programa Regional de Desfibrilhação Automática Externa (PR-DAE), através da expansão do programa piloto, em colaboração com o Sistema Regional de Saúde;

Prosseguir e aprofundar o desenvolvimento da política de formação, privilegiando o envolvimento de toda a população, através do incremento das acções de formação e sensibilização à população, dos cursos básicos de protecção civil e de suporte básico de vida, dos projectos “O Idoso em Segurança” e “Aprender a Socorrer” bem como dos “Clubes de Protecção Civil” nas escolas;

Estabelecer ferramentas de coordenação e controle, através do envolvimento dos diferentes agentes de protecção civil, em operações de protecção e socorro e exercícios;

Promover a integração de sistemas tendentes à melhoria qualitativa do atendimento do 112 na Região, através do apetrechamento do Centro de Operações de Emergência, em recursos humanos, equipamento e ferramentas de apoio à decisão.

Acessibilidades

Transportes Terrestres

A política a desenvolver para esse domínio de intervenção passa pela melhoria das acessibilidades, através da reabilitação, requalificação e conservação das vias existentes, bem como proceder à execução de projectos de variantes a alguns aglomerados urbanos e garantir condições de segurança nas Estradas Regionais, mediante a colocação de sinalização adequada e equipamentos de protecção.

Em paralelo continuar-se-á com o processo de reformulação da prestação do serviço público de transportes colectivos de passageiros, com a reestruturação de carreira, horários e tarifários, bem como, com o apoio à modernização da frota de autocarros.

Como áreas de intervenção salienta-se ainda a construção, reabilitação, requalificação de Estradas Regionais e a manutenção de equipamentos do parque de máquinas da SRCTE, garantindo assim, mais e melhores acessibilidades e mobilidade intra-regional.

No âmbito dos transportes colectivos de passageiros, destaca-se as medidas de actuação visando um crescimento na procura do transporte colectivo e consequentemente uma diminuição do número de viaturas ligeiras nos principais centros urbanos.

Transportes Aéreos e Marítimos

Dando seguimento ao definido pelas Orientações de Médio Prazo 2009-2012, nomeadamente no que concerne à promoção da coesão social, económica e territorial da Região, pugnar-se-á pela melhoria do sistema de transportes de pessoas e bens, aéreos e marítimos, intra e inter-regionais, pela racionalização das frequências e tarifários e pela igualização das condições de aquisição de bens independentemente da dimensão dos mercados.

Continuar-se-á a desenvolver o modelo de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, quer por via das obrigações de serviço público impostas no interior do Arquipélago e no Grupo Central e contratualizadas com a Atlanticoline, SA e Transmaçor, L.^{da}, quer por via da intervenção na frota, quer, ainda, pela aposta numa operação mais simples, mais rápida e mais confortável, onde o objectivo primordial é a mobilidade dos açorianos.

De igual modo, assegurar-se-á o cumprimento das obrigações de serviço público no transporte aéreo inter-ilhas e acompanhar-se-á as implicações da nova frota de aviões no complexo sistema de combinações de percursos, frequências e capacidades, imprescindível pela circunstância da mobilidade dos açorianos entre as várias ilhas e para o exterior apenas ser possível durante todo o ano por recurso ao transporte aéreo.

Fomentar-se-á de forma coordenada e integrada o reforço da oferta de transportes aéreos e da capacidade hoteleira da Região, tendo em vista o desenvolvimento de uma estratégia de continuidade que garanta fluxos de turistas inter-ilhas.

Manter-se-á o esforço de melhoria da gestão dos aeródromos regionais com o objectivo de obviar a quaisquer transtornos ou inconvenientes que possam ser causados aos passageiros.

Persistir-se-á na garantia de um sistema marítimo-portuário que permita o abastecimento e escoamento de mercadorias em condições de preço e de regularidade, essenciais para o desenvolvimento económico dos Açores e para o apoio à produção e à população de cada ilha.

Colaborar-se-á na gestão dos portos comerciais, dos portos de recreio e as infra-estruturas de apoio às actividades marítimo-turísticas, como forma de fazer face às crescentes exigências que se lhes colocam em função dos actuais movimentos que neles se registam no que concerne ao número de navios, mercadorias, passageiros, iates, navios de cruzeiro ou actividades náuticas.

Desenvolver-se-á a eficiência das estruturas reguladoras e administrativas dos portos regionais, promovendo a sua integração, fundamental para o desenvolvimento económico dos Açores e para o apoio à população de cada ilha.

Apoiar-se-á a reorganização do sistema portuário regional tendo sempre em vista a obtenção de ganhos de racionalidade organizativa e financeira, no respeito pelo

actual modelo institucional e pelas prerrogativas de autoridade e de serviço público inerentes ao mesmo.

Implementar-se-á um sistema de monitorização das infra-estruturas portuárias regionais, com o intuito de se consolidar uma política integrada e coerente de realização de investimentos que permita a coordenação das diferentes valências dos portos regionais numa lógica de complementaridade que será desenvolvida e encorajada junto de toda a comunidade portuária.

Em termos das medidas de política de investimento público, com o objectivo de incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes, insistir-se-á com a política de desenvolvimento e consolidação das infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários, de entre os quais se destaca as intervenções no Porto da Horta, no Porto da Madalena, no Porto das Lajes das Flores, no Aeroporto de São Jorge e no Aeroporto do Corvo.

Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação

Modernização Administrativa

No domínio da Administração Pública, estão previstas como principais medidas de política a Gestão integrada dos Recursos Humanos da administração regional dos Açores, a Administração pública moderna e inclusiva, a promoção de projectos locais de interesse comum, no âmbito da cooperação com as autarquias locais, o fomento da acessibilidade aos serviços e organismos públicos e o fomento da cooperação técnica e financeira com a administração local e a melhoria da informação estatística a disponibilizar sobre diversas actividades económicas e sociais da Região.

Na prossecução das principais medidas de política, destacam-se as seguintes iniciativas:

Conclusão do desenvolvimento da Fase 2 do SIGRHARA, relativo à Gestão da ADSE

Desenvolvimento de novas funcionalidades para a Fase 1 do SIGRHARA, em resultado da experiência do primeiro ano de implementação.

Desenvolvimento do SI-SIADAPRA, aplicação informática para gestão do processo de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores.

Promoção de encontros e workshops com os interlocutores departamentais ProSiMA, Núcleos para a Promoção da Qualidade e representantes dos Serviços de Planeamento, Estratégia e Avaliação. 2.ª Edição do Prémio “A minha medida”.

Auditorias externas ao Sistema de Gestão da Qualidade da DROAP, no âmbito da sua certificação segundo a NP EN ISSO 9001:2008 e da obtenção do 1.º nível de excelência da EFQM.

Apoio financeiro às duas associações de funcionários públicos da Região (AFARIT E COOPDELGA).

Apoio socioeconómico aos trabalhadores em situações socialmente gravosas e urgentes, que exercem funções públicas na Administração Regional dos Açores.

Bonificação dos juros dos empréstimos contratados pelos municípios para execução de projectos de investimento co-financiados por fundos comunitários.

Apoio financeiro às freguesias, a fim de garantir o normal funcionamento dos seus órgãos autárquicos.

Implementação do Sistema de Informação Geográfica integrando com o IDEIA (Infra-estrutura de Dados Espaciais Interactiva dos Açores).

Programação e Financiamentos Públicos

Aos mais diversos níveis e sectores de actividade, e na presença de uma verdadeira política de coesão regional, é de primordial importância continuar a incentivar o desenvolvimento e acompanhar o progresso das Ilhas em geral, com particular ênfase para execução dos mais variados projectos dinamizadores das economias locais.

Os objectivos estratégicos definidos continuam a ser perseguidos e assumidos para consolidar a trajectória de desenvolvimento da Região, assegurando maiores níveis de produção e de rendimento e estimulando a competitividade externa das Ilhas em geral, aumentando a capacidade de exportação e reduzindo as necessidades de importação, promovendo a incorporação de maior valor na actividade produtiva açoriana.

Nesse contexto, com vista a anular o impacto dos efeitos adversos da conjuntura económica e financeira internacional na Região Autónoma dos Açores o Governo Regional tem implementado um conjunto de medidas dirigidas, entre outras, às empresas açorianas, pelo que, é imperativo manter e comportar os encargos resultantes dos instrumentos financeiros criados com vista a apoiar as empresas regionais.

A valorização do património regional deve continuar a ser impulsionada, promovendo uma efectiva rentabilização e racionalização dos activos imobiliários.

Ao nível da execução dos financiamentos comunitários disponíveis na Região será dada continuidade à política de simplificação dos procedimentos bem como na manutenção da dinâmica nos pagamentos dos reembolsos devidos aos promotores de intervenções participadas por fundos comunitários. Paralelamente será implementada a avaliação intercalar 2007-2010 do PROCONVERGENCIA, dada continuidade às acções de verificação e acompanhamento, bem como, de publicidade e de informação dirigidas ao público em geral e aos potenciais beneficiários.

Cooperação Externa

No que diz respeito à sua actuação externa, o Governo dos Açores, continuará, durante o ano de 2011, a reforçar a intensidade e relevância das acções desenvolvidas na área da cooperação inter-regional e dos assuntos europeus, conforme previsto nas Orientações de Médio Prazo.

Se 2010 foi marcado pelo forte impacto, interno e externo, da programação do galardão “Açores — Região Europeia do Ano”, no ano de 2011, o Governo Regional prosseguirá activamente no reforço da presença e destaque externo da Região, aproveitando as sinergias decorrentes do papel de liderança que assume, desde a eleição de Maio de 2010, na presidência da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa e que tomará a cargo, a partir do quarto trimestre de 2011, na presidência rotativa da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da Europa.

Dar-se-á, assim, continuidade à forte dinâmica de actuação, presença e visibilidade externa da Região Autónoma dos Açores, através da organização e participação em eventos, grupos de trabalho, consultas públicas, projectos, acções e parcerias, na Região e no seu exterior, sobre assuntos e temáticas prioritárias no âmbito dos assuntos da União Europeia e cooperação externa.

Por outro lado, prosseguir-se-á com implementação das medidas previstas no Programa do X Governo Regional

dos Açores, designadamente, durante 2011, no incentivo à especialização e aprofundamento de conhecimentos e formação nas áreas dos assuntos europeus, bem como, em geral, na continuidade da acção de liderança e visibilidade da Região nos diversos organismos de cooperação inter-regional e na diversificação e aprofundamento de relações de cooperação bilaterais, quer com regiões europeias, quer com territórios estratégicos externos à União.

A cooperação com as RUP, em particular, bem como, no seu contexto, as relações com os arquipélagos da Macaronésia, serão alvo de especial atenção no âmbito da preparação e execução da Presidência da Conferência das RUP, cabendo também um reforço da proximidade e do trabalho em conjunto com as instituições europeias, em particular com a Comissão Europeia, através da Unidade RUP da Comissão Europeia.

Também a aproximação entre a Europa e os Açores merecerá uma especial atenção, em particular, no âmbito da organização de eventos na Região de relevância ou temas europeus e internacionais, como a comemoração do Dia da Europa, bem como divulgação de questões europeias juntos das escolas e jovens da Região.

Comunidades

Tendo em conta as principais linhas de orientação, pretende-se, em 2011, garantir o apoio às comunidades açorianas no mundo, assim como à integração de imigrantes nos Açores e aprofundar o relacionamento institucional com as Comunidades e/imigradas e seus representantes.

As principais realizações a concretizar em 2011 abrangem:

Acções culturais dirigidas a jovens; apresentações públicas de trabalhos culturais diversos; acompanhamento da execução de projectos candidatos a apoios; realização e participação em Congressos/Conferências; realização e participação em encontros temáticos e reuniões; exposições e similares; formação para emigrantes, regressados e imigrantes; publicações de estudos; publicações diversas e divulgação nas Comunidades; protocolos de cooperação; Revista Andarilhagem e newsletter; visitas de estudo; realização da Conferência Metropolis.

IV — INVESTIMENTO PÚBLICO

Dotação do Plano

O Plano Anual 2011 corresponde ao terceiro e penúltimo ano do ciclo de programação traçado para o quadriénio 2009-2012, contemplando as acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimento

estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2011 ascendem a 801,3 milhões de euros, dos quais 506,7 milhões são da responsabilidade directa do Governo Regional.

A dotação financeira afecta ao objectivo “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos”, que inclui a programação para o domínio da Educação, Formação e da Qualificação Profissional, da Juventude, da Cultura, do Desporto e da informação e Comunicação Institucional, ascende a 188,7 milhões de euros, absorvendo 23,6% do valor global do Investimento Público.

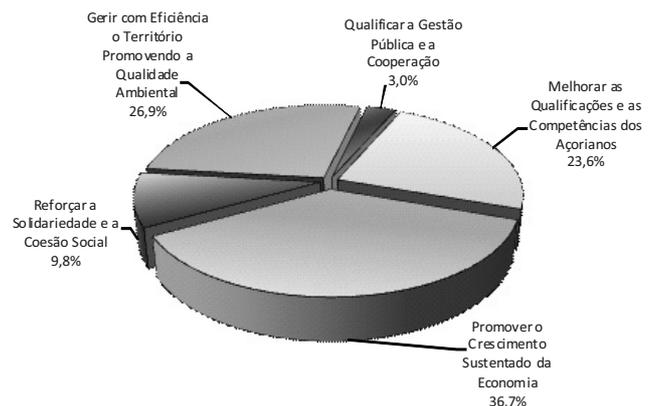
As áreas de intervenção que integram o objectivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, Agricultura e Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado, representam 36,7%, a que corresponde uma despesa prevista de 294,2 milhões de euros.

O objectivo “Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social” que integra os sectores da saúde, da solidariedade social e da habitação, dotado com 78,8 milhões de euros, representa 9,8% do valor global do Investimento Público.

Aos domínios do Ordenamento, Sistemas de Informação Geográfica, Ambiente e Energia, da Prevenção de Riscos e Protecção Civil e Acessibilidades, que promovem o objectivo “Gerir com Eficiência o Território promovendo a Qualidade Ambiental”, será afectada uma verba de 215,2 milhões de euros, a que corresponde 26,9% do valor global do Plano de Investimentos.

Para Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação, englobando as áreas da Administração Pública, Planeamento e Finanças, incluindo a Cooperação Externa e Comunidades, está consagrada uma dotação de 24,4 milhões de euros, representando 3,0% do valor global.

Repartição do Investimento Público por Grandes Objectivos de Desenvolvimento



Investimento Público 2011

Desagregação por Objectivo

Euros

Objectivo/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	801 321 424	506 675 107	294 646 317
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	188 722 886	101 159 386	87 563 500
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
2 Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500

Euros

Objectivo/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
3 Juventude	5 419 457	5 419 457	
4 Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
5 Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
6 Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
Promover o Crescimento Sustentado da Economia	294 198 089	182 061 430	112 136 659
7 Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
8 Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
9 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
10 Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
11 Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
12 Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	78 830 957	76 830 957	2 000 000
13 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
14 Habitação	23 377 230	23 377 230	
15 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	215 169 417	127 923 259	87 246 158
16 Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	
17 Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
18 Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
19 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
20 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	24 400 075	18 700 075	5 700 000
21 Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
22 Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	

Desagregação por Entidade Proponente

Euros

Entidade/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	801 321 424	506 675 107	294 646 317
Presidência do Governo	31 883 655	31 783 655	100 000
3 Juventude	5 419 457	5 419 457	
4 Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
6 Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
22 Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	
Vice-presidência do Governo	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21 Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
Secretaria Regional da Educação e Formação	68 617 111	67 475 111	1 142 000
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
5 Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	55 061 059	52 041 059	3 020 000
12 Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
17 Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
18 Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
Secretaria Regional da Economia	214 356 091	120 504 933	93 851 158
10 Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
11 Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
19 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
20 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social	139 334 468	51 012 968	88 321 500
2 Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
13 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
14 Habitação	23 377 230	23 377 230	
Secretaria Regional da Saúde	29 875 209	29 875 209	
15 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	

Euros

Entidade/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	167 169 455	73 657 796	93 511 659
7 Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
8 Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
Secretaria Regional do Ambiente e Mar	72 780 901	63 780 901	9 000 000
9 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
16 Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	

Quadro Global de Financiamento da Administração Pública Regional

O valor de investimento público no ano 2011 ascenderá a 801,3 milhões de euros.

Apresenta-se de seguida o quadro de financiamento global para o ano de 2011.

	Unidade: milhões de euros	
	2011	
	Valor	%
Origem de Fundos	1 411,9	100,00
(1) Receitas Próprias	563,3	39,90
(2) Transferências do OE	352,6	24,97
(3) Fundos Comunitários	169,4	11,99
(4) Outros Fundos	294,6	20,87
Sub-Total	1 379,9	97,73
(5) Nec. de Financiamento	32,0	2,27
Aplicação de Fundos	1 411,9	100,00
(6) Despesas de Funcionamento	610,6	43,25
Juros da dívida	10,5	0,74
(7) Investimento Público na RAA	801,3	56,75
Plano	506,7	35,89
Rácio (1)/(6)		92,25

Este elevado nível de investimento público, que se projecta para o ano de 2011, será efectuado num quadro de consolidação orçamental.

Esta política orçamental, está enquadrada no âmbito de financiamento global previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, baseando-se na prossecução do seu integral cumprimento por parte do Governo da República e no pressuposto de uma correcta afectação ao orçamento regional de todas as receitas fiscais efectivamente geradas na Região.

É de salientar que, para o ano de 2011, as despesas de funcionamento da administração pública regional são financiadas em 92,25% por receitas próprias da Região, como se pode verificar pelo rácio apresentado no quadro anterior, mais 2,2 pontos percentuais do que em 2010.

O investimento global previsto para o ano em análise permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite encarar positivamente os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social, convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

Investimentos da EDA, S. A.

A proposta de investimento para 2011 ronda os 90 milhões de Euros, com 64,8% afecto à Produção, 2,4% ao Transporte AT, 17,0% ao Transporte e Distribuição MT, 8,5% à Distribuição BT, 0,1% ao Comercial MT, 0,7% ao Comercial BT e os restantes 6,6% a Outras Imobilizações.

Os principais empreendimentos do aproveitamento dos Recursos Endógenos são os seguintes:

Ilha de Santa Maria

Está prevista a ampliação do actual parque eólico, com a instalação de mais dois aerogeradores de potência unitária igual a 300 kW, que irá permitir um acréscimo de capacidade de produção anual na ordem dos 1,6 GWh.

Ilha de S. Miguel

No que respeita a investimentos em geotermia, dar-se-á continuidade ao processo de optimização do aproveitamento dos recursos da actual Central Geotérmica da Ribeira Grande, através da beneficiação dos poços geotérmicos CL2 e CL4 e possível execução de dois novos poços, o que permitirá manter uma produção média anual de cerca de 83 GWh.

Encontra-se ainda em fase de estudo a possibilidade de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho e a construção de um novo centro produtor na zona das Caldeiras da Ribeira Grande.

Ao nível da energia eólica, está prevista para o ano de 2011 a entrada em serviço de um parque eólico nos Graminhais que será dotada, numa primeira fase, com 10 aerogeradores com 900 kW de potência unitária.

Ilha Terceira

Ao nível da produção geotérmica, os resultados dos trabalhos já efectuados permitem fazer uma previsão de uma potência geotérmica disponível, numa fase inicial (Fase — A), não superior a 3 MW. Estima-se para esta fase uma produção média anual de energia eléctrica da ordem dos 24 GWh. No entanto, prevê-se ainda a continuação dos trabalhos de prospecção no sentido de se aferir da possibilidade em se obter um potencial geotérmico com capacidade para uma potência de pelo menos mais 7 MW (Fase B), de modo a que no conjunto se consiga uma potência total disponível de cerca de 10 MW, que permita atingir uma produção média anual de energia eléctrica de origem geotérmica de cerca de 79 GWh.

Por outro lado, e como forma de compensar o atraso do projecto geotérmico, o Grupo EDA prevê concretizar no ano de 2011 a ampliação do actual Parque Eólico da Serra do Cume, com a montagem de mais 5 aerogeradores com potência unitária de 900 kW. Com a conclusão desta acção, o parque eólico ficará com uma potência total instalada de 9 MW, o dobro da actual.

Ilha Graciosa

Está prevista a instalação de mais dois aerogeradores de potência unitária igual a 300 kW, bem como a desmontagem dos dois aerogeradores em fim de vida útil de

potência unitária igual a 100 kW. O Parque Eólico da Serra Branca passará a contar com uma potência total instalada de 1.200 kW, mais 50% do que a actual.

Ilha de São Jorge

Está prevista a instalação de três novos aerogeradores com 330 kW de potência unitária. A par desta intervenção, está também prevista a desclassificação de uma potência de 550 kW, correspondente a cinco aerogeradores em fim de vida útil. O Parque Eólico do Pico da Urze terá assim uma potência total instalada de 1.590 kW, mais 38% do que o presente.

Nesta ilha, está também prevista a construção de um aproveitamento hidroeléctrico, utilizando o potencial hídrico da Ribeira do Salto. Para o efeito, será edificada uma central hídrica na Fajã de São João.

Ilha do Pico

Está prevista a ampliação do actual parque eólico, com a instalação de dois aerogeradores de 300 kW. Com a concretização desta ampliação, prevista para o ano de 2011, o Parque Eólico Terras do Canto passará a contar com uma potência total instalada de 2.400 kW, mais 33% do que a actual.

Ilha do Faial

Está prevista a construção de um novo parque eólico. Nesta nova infra-estrutura serão instalados cinco aerogeradores com potência unitária igual a 850 kW. Com a entrada em serviço desta infra-estrutura, prevista para o ano de 2011, a Ilha do Faial passará a contar com uma potência eólica total instalada de 4.250 kW.

Ilha das Flores

Estão previstos dois investimentos em aproveitamentos hidroeléctricos. O primeiro corresponde à remodelação da Central Hidroeléctrica de Além-Fazenda, cuja conclusão está prevista para ano de 2012. A central passará a dispor de uma potência total instalada de cerca de 1.600 kW, e a sua produção anual será incrementada para um valor de cerca de 5,2 GWh.

O segundo investimento deste género nesta ilha compreende a construção de uma nova central hídrica, para aproveitamento do potencial hidroeléctrico da Ribeira Grande, cuja entrada em serviço está prevista para o ano de 2013. A produção média anual estimada para esta nova central é de cerca de 5 GWh.

Ao nível dos Centros Produtores de Energia Térmica destacam-se os investimentos em novos grupos para fazer face ao aumento da procura e obras de melhoramento das condições de exploração, sendo de realçar:

Monitorização e remodelação da rede de afluentes líquidos da central térmica do Aeroporto; Continuação da beneficiação dos afluentes oleosos da central térmica do Caldeirão e remodelação do sistema de combate a incêndio; Continuação da ampliação da central térmica de Belo Jardim, com a instalação do grupo XI, e instalação do sistema de desnitrificação dos grupos 5 a 10; Na central térmica do Pico, a conclusão da monitorização contínua das emissões gasosas; Instalação na central térmica de Santa Bárbara do grupo de emergência de 400kVA e a conclusão da monitorização contínua, das respectivas,

emissões gasosas; Conclusão da construção de uma nova Central termoeléctrica nas Flores.

Ao nível do Transporte AT destacam-se os seguintes investimentos:

Ilha de S. Miguel

Conclusão da construção das linhas de transporte 60 kV 30 Reis I — subestação da Lagoa do Congro (SELC) e parque eólico dos Graminhais — subestação da Lagoa do Congro (SELC).

Ilha Terceira

Continuação da construção da linha de transporte entre as subestações da Geoterceira (SECT) e da Vinha Brava (SEVB).

Dos investimentos no Transporte e Distribuição MT e na Distribuição BT, destacam-se os seguintes empreendimentos, por ilha e segmento de actividade:

Ilha de Santa Maria

Subestações — Conclusão da remodelação da subestação do Aeroporto (SEAR).

Centros de Controlo e telemedida — Conclusão das montagens de teleinterruptores na rede MT 10 kV e dos sistemas de teleacção na rede MT de Vila do Porto.

Linhas de Distribuição — Conclusão da construção da linha MT 10 kV entre a subestação do Aeroporto (SEAR) e o teleinterruptor da Almagreira (TI da Almagreira) e remodelação da rede MT subterrânea de 6 kV (zona do Aeroporto), para que esta seja explorada a 10 kV.

Postos de Transformação — Conclusão da remodelação dos PTD da rede MT subterrânea de 6 kV (zona do Aeroporto) para que esta seja explorada a 10 kV.

Redes Rurais — Conclusão da remodelação da rede BT São Lourenço — PT 8 e a conclusão da ampliação da rede BT.

Ilha de São Miguel

Continuação da construção da nova subestação da Lagoa de Congro (SELC) 60/30 kV, com uma potência aparente inicial de 12,5 MVA, conclusão do fornecimento e montagem do 2.º transformador de 10 MVA — 60/10 kV na subestação dos Foros (SEFO) e do 2.º transformador com 12,5 MVA — 60/10 kV na subestação do Caldeirão (SECL).

Centros de Controlo e Telemedida — Conclusão da 1.ª e da 2.ª fase da instalação de teleinterruptores na rede de 30 kV.

Linhas de Distribuição — Continuação da remodelação da rede MT 10 kV da Cidade de Ponta Delgada (3.ª Fase) e da construção da saída 30 kV da linha das Capelas (SECL-CALH), a conclusão da remodelação da linha 10/30 kV do Cabouco, e da rede subterrânea MT 10 kV da Ribeira Grande, bem como diversas obras de ampliação de redes MT.

Postos de Transformação — A continuação da remodelação de diversos PT e diversas electrificações e alterações de potência em PT.

Redes Urbanas Continuação da remodelação da rede de baixa tensão da Cidade de Ponta Delgada (3.ª fase).

Redes Rurais — A continuação da ampliação de redes BT.

Ilha Terceira

Subestações — Conclusão da 2.ª Fase da ampliação da capacidade de transformação da subestação de Vinha Brava, e a continuação da construção da subestação da Praia da Vitória (SEPV) e ampliação da subestação das Lajes (SELJ).

Centros de Controlo e teledividida — Continuação da instalação de teleinterruptores na rede de 15 kV.

Linhas de Distribuição — Continuação da remodelação das linhas e ramais 15 kV do circuito entre o PT30 e a Serreta e a conclusão da remodelação das linhas e ramais do troço entre o PT71-PT79-Boaventura, e o início da reconfiguração da rede MT para a inserção da subestação da Praia da Vitória. (SEPV).

Postos de Transformação — A electrificação e alteração de potências em PT's.

Redes Urbanas — A conclusão da remodelação BT da Estrada 25 de Abril (Praia da Vitória).

Redes Rurais — remodelação da rede BT de São Mateus e a ampliação da rede BT.

Ilha Graciosa

Centros de Controlo e teledividida — Instalação de teleinterruptores na rede MT de 15 kV;

Postos de Transformação — A electrificação e alteração de potências em diversos PT.

Ilha de São Jorge

Centros de Controlo e teledividida — Instalação de teleinterruptores na rede de 15 kV;

Linhas de Distribuição — A construção da linha MT da central térmica de Caminho Novo ao Posto de seccionamento da Relvinha.

Postos de Transformação — A electrificação e alteração de potências em diversos PT.

Redes Rurais — A amplificação de redes BT e a remodelação da rede BT do Topo.

Ilha do Pico

Subestações — A construção do centro de distribuição de São Roque.

Centros de Controlo e teledividida — Instalação de teleinterruptores na rede MT de 15 kV;

Linhas de Distribuição — A remodelação das linhas 15/30 kV Madalena — Bandeiras — Santo António e Madalena — São Mateus 2.

Postos de Transformação — A remodelação dos PT das linhas 15/30 kV Madalena — Bandeiras — Santo António e Madalena — São Mateus.

Redes Urbanas — Remodelação da rede BT das Lajes do Pico.

Redes Rurais — Remodelação de diversas redes BT, onde se destacam as de São Mateus e Silveira, bem como outras ampliações de redes BT.

Ilha do Faial

Centros de Controlo e teledividida — Instalação de teleinterruptores na rede MT de 15 kV e montagem do sistema de teleacção entre o posto de seccionamento da Angustias e do Marcelino Lima e o PT 27 Major Ávila;

Linhas de Distribuição — A remodelação das linhas MT 15 kV Horta — Cedros — PT 8 — PT 20, Horta — Cedros (PTD 20 — PTD14) e Horta — Varadouro (PTD5-SESB) e respectivos ramais.

Postos de Transformação — — A construção dos PTD Rua Dr. Neves, Rua José Aica (Cedros) e por razões de qualidade de serviço, e a electrificação e alteração de potências em PT.

Redes Rurais — Diversas ampliações e construções de rede BT.

Ilha das Flores

Postos de Seccionamento — Construção do posto de seccionamento de Santa Cruz.

Linhas de Distribuição — A remodelação das linhas e dos ramais MT 15 kV de Ponta Delgada.

Postos de Transformação — A electrificação e alteração de potências em diversos PT.

Redes Rurais — Ampliação de rede BT.

V — Desenvolvimento da Programação

O Plano Regional Anual para 2011 estrutura-se em 22 Programas, que por sua vez integram 106 projectos e 504 acções.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das acções previstas, o respectivo enquadramento em programa e projecto e as respectivas dotações financeiras.

Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 1 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
1 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
1.1 — Construções Escolares	36 903 517	36 903 517	
1.2 — Equipamentos Escolares	778 600	778 600	
1.3 — Formação Profissional	11 393 150	11 393 150	
1.4 — Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	5 129 045	5 129 045	
1.5 — Tecnologias da Informação e Comunicação	656 937	656 937	
1.7 — Projectos Pedagógicos	364 962	364 962	

Programação Material

1.1 — Construções Escolares

1.1.1 — Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.

Transferências para os Fundos Escolares das Escolas para fins de obras de reabilitação e para intervenções específicas conforme Carta Escolar.

1.1.2 — Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1.º Ciclo (DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto)

Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto.

1.1.3 — Reparação e Adaptação do Ensino Secundário da EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha

Conclusão do projecto para a empreitada de grande reparação e adaptação ao Ensino Secundário e aquisição de terrenos.

1.1.5 — Construção da Nova EB2,3/S das Lajes do Pico Instrução e lançamento do procedimento prevendo-se o início da empreitada no final de 2011.

1.1.7 — Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau

Construção de um novo edifício escolar para cumprir a Carta Escolar e melhorar o sucesso escolar e combater o abandono precoce. Continuação da execução da empreitada iniciada em 2010, com conclusão prevista para o ano de 2012.

1.1.8 — Construção da EB I Francisco F. Drumond — São Sebastião

Construção de uma EBI a fim de permitir o desgestionamento da EB2,3 de Angra do Heroísmo e evitar a deslocação para Angra dos alunos daquela freguesia e das freguesias de Feteira e Porto Judeu melhorando as condições de frequência e, consequentemente, o sucesso escolar.

1.1.9 — Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas

Empreitada de substituição dos edifícios existentes e construção de novos necessários ao ensino Secundário.

1.1.10 — Assistência técnica e fecho financeiro

Custos com a assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir.

1.1.12 — Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso

Aquisição de terrenos e início da empreitada de construção da nova EBI.

1.1.13 — Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico

Fecho financeiro desta acção.

1.1.14 — Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas

Fecho financeiro desta acção.

1.1.17 — Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha — Pico

Construção das instalações para a Escola Básica da Ponta da Ilha — Pico. Conclusão da empreitada no final de 2011.

1.1.18 — Requalificação das instalações para os 2.º e 3.º Ciclos da EB 1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho — conjunto II Início das obras.

1.1.19 — Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto

Requalificação do ginásio e construção do auditório na EBS de Santa Maria

1.1.20 — Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia

Conclusão do projecto de requalificação da EBI Canto da Maia.

1.1.21 — Grande reparação da EBI da Horta

Empreitada de requalificação das instalações da EBI da Horta. Início da empreitada no início de 2011.

1.1.22 — Requalificação do bloco sul da ES Domingos Rebelo

Construção do auditório, laboratório de matemática e de línguas, salas de informática e gabinetes de departamento, substituição das oficinas já desactivadas e recuperação do bloco sul.

1.1.23 — Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo

Construção de laboratórios, auditório e ligação entre edifícios.

1.1.24 — Grande Reparação da EBI de Arrifes

Empreitada de requalificação das instalações da EBI de Arrifes. Início da empreitada no final de 2011.

1.1.25 — Requalificação da Escola Profissional das Capelas Início no 2.º semestre de 2011 da empreitada de requalificação da Escola Profissional das Capelas.

1.2 — Equipamentos Escolares

1.2.1 — Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e para os Ensino Básico e Secundário

Aquisição de equipamento escolar para as Escolas. Verbas a transferir para os Fundos Escolares.

1.2.2 — Empréstimo de Manuais Escolares

Empréstimo de Manuais Escolares.

1.3 — Formação Profissional

1.3.1 — Formação do Pessoal Docente e não Docente Despesas com a formação do pessoal em serviço nas Escolas através de transferências para o Fundo Escolar.

1.3.2 — Apoio Social

Verba a transferir para os Fundos Escolares para garantir os normativos da acção social escolar em vigor, bem como para as Juntas de Freguesia para participação na aquisição de viaturas de transporte de alunos.

1.4 — Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado

1.4.1 — Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado

Comparticipação regional nos custos do ensino profissional e apoios às instituições de ensino privado nos termos do D.L.R. n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro.

1.4.2 — Escola Profissional das Capelas

Apoiar o ensino profissional na Escola Profissional de Capelas nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de Março.

1.5 — Tecnologias da Informação e Comunicação

1.5.1 — Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação

Continuar a desenvolver os projectos inerentes à implementação das TIC no âmbito do sector da educação, alargando a rede às escolas do 1.º ciclo, bem como assegurar o licenciamento das aplicações informáticas nas escolas, através do acordo Microsoft School Agreement.

1.7 — Projectos Pedagógicos

1.7.1 — Avaliação do Sistema Educativo Regional

Pagamento de auditoria externa com vista à avaliação do sistema educativo regional.

1.7.3 — Projectos de Inovação Pedagógica

Aquisição de manuais escolares para o 1.º ciclo e elaboração de material de apoio para o currículo regional.

Programa 2 — Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
2 — Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
2.1 — Emprego e Formação Profissional	90 378 720	4 057 220	86 321 500

Programação Material

2.1 — Emprego e Formação Profissional

2.1.1 — Formação Profissional

Ações de formação profissional para activos (trabalhadores, funcionários públicos, desempregados) e formação profissional inicial.

2.1.3 — Programas de Estágios Profissionais

Programas de Estágios profissionais nos Açores (Estagiar L, T, U), na Europa (Eurodisseia e Leonardo da Vinci) e EUA.

2.1.4 — Programas de Emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Apoio ao emprego dirigido a público fragilizado.

2.1.5 — Adequação Tecnológica dos Serviços

Reequipamento em diferentes instalações da DRTQPDC.

2.1.6 — Defesa do Consumidor

Ações de promoção da defesa do consumidor.

2.1.7 — Estudos, Projectos e Cooperação

Estudos e projectos nas áreas de actuação da DRTQPDC, em parceria, em particular, com entidades externas: Campeonato e Fórum das Profissões.

2.1.8 — Inspeção Regional do Trabalho

Actividades da IRT, em particular na área da Saúde e Segurança no Trabalho.

2.1.10 — Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário

Pretende-se agir, de uma forma pro-activa e transversal, em particular com a Inspeção Regional do Trabalho, nos diferentes aspectos inerentes à precariedade, Sub-Emprego e trabalho ilegal, em particular agindo sobre os diferentes factores que possam ter uma influência na redução da Precariedade Laboral, do Sub-Emprego e do Trabalho Ilegal.

Programa 3 — Juventude

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
3 — Juventude	5 419 457	5 419 457	
3.1 — Juventude	5 419 457	5 419 457	

Programação Material

3.1 — Juventude

3.1.1 — Ocupação do Tempo Livre dos Jovens

Programas e iniciativas destinados à ocupação dos tempos livres dos jovens (OTLJ, Campos de Férias, Espaços Juventude e semana da juventude), nomeadamente, durante os períodos de interrupção lectiva, bem como programas de sensibilização pré-profissional.

3.1.2 — Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens

Concepção de programas e ou instrumentos, nomeadamente, programa Bento de Gois e cartão Interjovem, que permitem aos jovens uma maior mobilidade entre as ilhas dos Açores, com o Continente Português e Madeira, com a Europa, com as comunidades açorianas na diáspora e com o resto do Mundo.

3.1.3 — Pousadas de Juventude dos Açores

Apoio às Pousadas de Juventude dos Açores. Obras de modernização da pousada de juventude de Ponta Delgada.

3.1.4 — Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens
Programa de Incentivo e Apoio às actividades das Associações de Jovens, bem como o desenvolvimento do SIAJ.

3.1.5 — Sistema de Informação ao Jovem dos Açores
Apoio ao desenvolvimento do Sistema de Informação aos Jovens dos Açores.

3.1.6 — Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens
Apoio e incentivo às iniciativas individuais dos jovens bem como a grupos informais de jovens.

3.1.7 — Pousada de Juventude do Pico
Requalificação da Zona envolvente do Convento S. Pedro de Alcântara de S. Roque do Pico.

3.1.8 — Pousada de Juventude de Santa Maria
Construção de uma Pousada de Juventude em Vila do Porto.

3.1.9 — Cidadania e Incentivo ao Voluntariado
Proporcionar meios que permitem a realização pessoal dos jovens, promovendo a existência de actividades que

garantam o exercício da cidadania activa e do voluntariado, nomeadamente, o programa Parlamento dos Jovens, programa Voluntariado Jovem e actividades similares.

3.1.10 — Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens

Proporcionar meios que permitam o desenvolvimento de competências tecnológicas nos jovens, bem como o desenvolvimento de mecanismos que visem a promoção de spin-off e de start-ups de jovens empreendedores, promovendo o programa férias com as TIC, o projecto da Júnior Empresa e respectiva incubadora.

3.1.11 — Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação

Proporcionar aos jovens os meios que lhes permitam desenvolver as suas capacidades nas áreas do empreendedorismo cultural e tecnológico, através de projectos como o Labjovem, AzoresCombo e similares. Desenvolvimento da rede de oficinas de criação.

3.1.12 — Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação

Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação para o Plano da Juventude. Implementação do Observatório de Juventude, co-financiamento de projectos conjuntos com outros departamentos do Governo dos Açores nas áreas da cooperação externa e comunidades açorianas.

3.1.13 — Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis

Desenvolvimento de projectos e programas que promovam hábitos de vida saudáveis junto das camadas mais jovens da sociedade. Projectos a serem desenvolvidos em parceria com outros departamentos do governo.

3.1.14 — Academias de Juventude

Instalação da Academia de Juventude e dinamização de infra-estruturas.

3.1.16 — Centro de Formação do Belo Jardim

Empreitada de construção do centro de formação esportista de Belo Jardim.

Programa 4 — Património e Actividades Culturais

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
4 — Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
4.1 — Dinamização de Actividades Culturais	2 669 330	2 569 330	100 000
4.2 — Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	20 099 901	20 099 901	

Programação Material

4.1 — Dinamização de Actividades Culturais

4.1.1 — Escolas de Formação

Apoio aos cursos de educação extra-escolar no âmbito da Portaria n.º 40/2002, de 16 de Maio.

4.1.2 — Edição de Obras de Cariz Cultural

Edição de Obras de Cariz Cultural em diversos suportes e sua divulgação; actualização da enciclopédia açoriana on-line.

4.1.3 — Rede de Leitura Pública

Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais, incluindo a formação dos respectivos técnicos e aquisição de fundos bibliográficos. Realização de actividades de promoção do livro e da leitura.

4.1.4 — Bolsas para Formação e Criação Artística

Concessão de bolsas para a formação e criação artística na área cultural ao abrigo do D.L.R. n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto e da Portaria n.º 83/2006 de 23 de Novembro.

4.1.5 — Orquestra Regional dos Açores (Lira Açoriana)

Financiamento da Orquestra Regional dos Açores.

4.1.6 — Eventos de Iniciativa Governamental

Promoção de espectáculos na Região em diversas áreas culturais.

4.1.7 — Arte Contemporânea dos Açores — ArTea

Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objectivo de favorecer a sua criação, difusão e aquisição.

4.1.8 — Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural

Apoios a conceder a actividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do D.L.R. n.º 29/2006/A de 8 de Agosto.

4.1.11 — Centro Cultural e de Congresso — Miramar
Dinamização da Actividade Cultural do Teatro Micaelense, Centro Cultural e de Congressos e Cine-teatro Miramar.

4.1.12 — Apoio à Criação do Audiovisual

Concessão de bolsas para formação e criação artística na área do audiovisual.

4.2 — Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural

4.2.1 — Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural
Aquisição e restauro de bens móveis de valor cultural. Apoio a intervenções em edifícios classificados ao abrigo do Dec. Reg. Reg. 16/2000/A, de 30 de Maio.

4.2.2 — Inventário do Património Artístico e Cultural
Inventário, tratamento e estudo do património arquitectónico e artístico da Região.

4.2.3 — Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos

Apoios à consolidação e restauro dos imóveis ao abrigo do DLR n.º 14/2000/A, de 23 de Maio.

4.2.4 — Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações

Empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra. Fiscalização da empreitada. Aquisição de equipamentos.

4.2.5 — Investigação Arqueológica

Intervenções de protecção, investigação, referenciação e estudo do património arqueológico regional. Projecto CASA (2010-2015).

4.2.6 — Museus, Bibliotecas e Arquivos

Elaboração e execução de projectos Museográficos. Aquisição de equipamentos para os diversos serviços periféricos (Museus e Bibliotecas).

- 4.2.7 — Museu do Pico — Museu dos Baleeiros
Empreitada de ampliação do Museu dos Baleeiros.
- 4.2.8 — Salvaguarda do Património Baleeiro
Recuperação do património baleeiro.
- 4.2.9 — Divulgação e Sensibilização do Património Cultural
Acções de promoção, divulgação e sensibilização para o património cultural da Região.
- 4.2.10 — Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos
Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas e Arquivos Regionais. Aquisição de espólio fotográfico para o Centro do Conhecimento.
- 4.2.12 — Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais
Apoios à aquisição, beneficiação, ou construção de sedes e instalações de colectividades que prestam serviços na área da cultura, ao abrigo do DLR n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto.
- 4.2.13 — Recolhimento de Santa Bárbara — Museu Carlos Machado
Reconstrução e adaptação a novas funções do antigo edifício do Recolhimento de Santa Bárbara.
- 4.2.14 — Espaço Cultural Multiusos da ilha do Corvo
Construção do Espaço Cultural Multiusos da ilha do Corvo.
- 4.2.15 — Arquipélago — Centro de Arte Contemporânea
Conclusão do projecto e início da empreitada de construção do Centro de Arte Contemporânea. Fiscalização da obra.

- 4.2.17 — Valorização e Restauro do Palácio de Santana
Aquisições e pequenas obras de restauro do Palácio de Santana.
- 4.2.19 — Casa-Museu Manuel de Arriaga
Projecto de consolidação e reconstrução do imóvel. Projecto museográfico.
- 4.2.20 — Antigo Hospital da Boa Nova
Projecto de consolidação, restauro e adaptação do imóvel às novas funções.
- 4.2.21 — Execução de Protocolo com a Diocese de Angra
Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais, das ilhas do Faial e Pico, afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998.
- 4.2.23 — Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta
Recuperação e adaptação das Igrejas do Carmo e São Francisco para utilização em funções culturais.
- 4.2.24 — Museu Francisco Lacerda
Projecto de execução do edifício do Museu Francisco Lacerda.
- 4.2.25 — Museu de Santa Maria
Execução do projecto do novo edifício do Museu de Santa Maria.
- 4.2.26 — Restauro de Bens Arquivísticos Públicos
Acções para protecção e conservação de bens arquivísticos públicos.
- 4.2.27 — Programa Museológico do Palácio da Conceição — Casa da Autonomia
Instalação Museológica do Palácio da Conceição, dedicada à história da Autonomia.
- 4.2.28 — Convento de Santo André
Projecto de consolidação e reabilitação do Convento de Santo André. Projecto museográfico.

Programa 5 — Desenvolvimento Desportivo

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5 — Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
5.1 — Instalações e Equipamentos	1 953 615	1 813 615	140 000
5.2 — Actividades Desportivas	6 865 800	6 689 800	176 000
5.3 — Promoção e Formação.	4 571 485	3 745 485	826 000

Programação Material

- 5.1 — Instalações e Equipamentos
- 5.1.1 — Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas
Apoio a construção e beneficiação de instalações desportivas.
- 5.1.2 — Parque Desportivo de São Miguel
Construção e beneficiação de instalações do Parque Desportivo de S. Miguel.
- 5.1.3 — Parque Desportivo da Ilha Terceira
Construção e beneficiação de instalações do Parque Desportivo da Terceira.
- 5.1.4 — Parque Desportivo do Faial
Construção e beneficiação de instalações do Parque Desportivo do Faial.
- 5.1.5 — Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações
Apoio à informatização, aquisição de material e equipamento do movimento associativo. Informatiza-

ção e beneficiações dos Serviços Centrais e Externos da DRD.

5.1.6 — Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas

Apoio à construção, beneficiação ou aquisição de pavilhões desportivos e sedes sociais de clubes e associações desportivas incluindo a aquisição de equipamentos.

5.1.7 — Requalificação do Estádio de S. Miguel
Início dos procedimentos da empreitada e fiscalização da 1.ª fase da requalificação do Estádio de S. Miguel.

5.1.8 — Requalificação do Polidesportivo do Corvo
Requalificação do Polidesportivo do Corvo.

5.2 — Actividades Desportivas

5.2.1 — Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores

Apoio pela utilização de atletas formados nos Açores ou no Clube.

5.2.2 — Desporto Escolar

Promoção, desenvolvimento e apoio às actividades do desporto escolar.

5.2.3 — Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão

Pagamento de prémios de classificação, manutenção, subida de divisão e apoios a alto rendimento.

5.2.4 — Actividade Física e Desportiva Adaptada

Promoção, desenvolvimento e apoio a projectos de actividade física e desportiva adaptada.

5.2.5 — Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores

Concessão de apoios financeiros à participação em quadros competitivos nacionais, internacionais e Série Açores.

5.2.6 — Apoio às actividades das Associações Desportivas

Apoio às actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional, arbitragem e outras do plano anual das Associações Desportivas.

5.3 — Promoção e Formação

5.3.1 — Congressos e Seminários, Estudos e Investigação

Organização, realização e participação em congressos ou actividades similares, promoção e desenvolvimento de estudos e projectos de apoios técnicos na área da actividade física e do desporto.

5.3.2 — Estrutura Técnica Associativa

Apoio financeiro às associações desportivas e clubes para suportar encargos com técnicos.

5.3.3 — Eventos Desportivos, promoção e formação na área do desporto

Encargos com a promoção, formação, organização e participação em eventos desportivos.

5.3.4 — Jogos das Ilhas

Apoio a projectos de preparação das selecções regionais e participação nos jogos das ilhas.

5.3.5 — Escolinhas do Desporto

Apoio à promoção e desenvolvimento do projecto “Escolinhas do desporto”.

5.3.6 — Actividades de Treino e Competição

Apoio ao desenvolvimento das actividades de treino e competição dos escalões de formação. Encargos com a utilização de instalações desportivas.

5.3.7 — Actividade Física e Desportiva dos Adultos

Apoio à promoção, organização e desenvolvimento de actividades físicas e desportivas da população adulta.

Programa 6 — Informação e Comunicação

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
6 — Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
6.1 — Apoio aos Media	1 395 827	1 395 827	
6.2 — Jornal Oficial	142 540	142 540	

Programação Material

6.1 — Apoio aos Media

6.1.1 — Promedia

Apoios aos órgãos de comunicação social privada e aos profissionais de comunicação pública ou privada.

6.1.2 — Promoção mediática dos Açores no Exterior

Apoio a entidades, pessoas, organizações ou eventos relevantes para a promoção da RAA no exterior.

6.1.3 — Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão

Apoio a actividades desenvolvidas pelo Serviço Público de Rádio e Televisão

6.1.4 — Portal do Governo

Lançamento novo Portal do Governo. Manutenção e gestão do actual portal do governo.

6.1.5 — Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa

Promoção de encontros, seminários e workshops auto-organizados por OCS da RAA.

6.2 — Jornal Oficial

6.2.2 — Acesso à Base de Dados Jurídica

Apoio jurídico bibliográfico especializado.

Promover o Crescimento Sustentado da Economia

Programa 7 — Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
7 — Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
7.1 — Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	55 531 730	28 731 730	26 800 000
7.2 — Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	36 722 067	19 827 454	16 894 613
7.3 — Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	39 827 187	17 160 520	22 666 667

Programação Material

7.1 — Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas

7.1.1 — Reestruturação Fundiária

Estudos e Intervenções de Ordenamento Agrário e Fundiário, tendo em vista políticas de reestruturação e de ordenamento agrário, designadamente, pela criação de Perímetros de Ordenamento Agrário. Apoios da medida do eixo 3 do PRORURAL para promoção de actividades não agrícolas de valorização do património cultural. Melhoria de infra-estruturas locais de apoio à actividade económica e desenvolvimento local.

7.1.2 — Abastecimento de Água

Projectos, construção, requalificação e manutenção de sistemas de abastecimento de água destacando-se as empreitadas de construção e reconversão da Lagoa do Carvão — POA da Bacia Leiteira de Ponta Delgada e S.J.A.A. No POA da Zona Central da ilha de São Miguel.

7.1.3 — Caminhos Agrícolas

Projectos, construção e requalificação de caminhos agrícolas destacando-se: na ilha de São Miguel, beneficiação de caminhos agrícolas no POA Zona Central; na ilha Terceira, beneficiação de caminhos agrícolas no POA de Serra do Cume/Aqualva e na ilha de São Jorge beneficiação de caminhos agrícolas no POA Santo Antão/Topo.

7.1.4 — Electrificação Agrícola

Projectos e construção de sistemas eléctricos de apoio à actividade agrícola, designadamente, redes MT, PT's e redes BT.

7.1.5 — Caminhos Rurais

Construção e beneficiação (revestimento betuminoso e melhoria da rede de drenagem) de cerca de 45 km de caminhos rurais; Recuperação e conservação de cerca de 600 km de caminhos rurais; Renovação gradual do parque de máquinas e viaturas dos Serviços Operativos da DRRF.

7.1.6 — Infra-estruturas Florestais

Recuperação e beneficiação de cerca de 20 km de caminhos florestais; Conservação e recuperação das diversas infra-estruturas afectas aos Serviços Operativos da DRRF (sedes de serviços, casas de guarda, armazéns, oficinas, outras infra-estruturas).

7.1.7 — Infra-estruturas dos Serviços

Infra-estruturas dos serviços.

7.1.8 — Infra-estruturas Fitossanitárias

Conclusão dos trabalhos de empreitada da construção do Laboratório Regional de Enologia do Pico, aquisição dos seus equipamentos tecnológicos, bem como do melhoramento das instalações do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal. Operacionalização das infra-estruturas fitossanitárias da Região, segurança e limpeza do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal.

7.1.9 — Infra-estruturas Veterinárias

Conclusão dos trabalhos de empreitada da construção do Laboratório Regional de Veterinária e aquisição do respectivo equipamento tecnológico, melhoramentos e investimentos em infra-estruturas de sanidade de bem-estar animal e de higiene público veterinária na Região de acordo com o Reg. CE n.º 1/2005 de 22 de Dez.

7.1.10 — Infra-estruturas de Abate

Requalificação dos matadouros e aquisição de equipamentos.

7.1.11 — Parques de Exposições Agro-Comerciais

Continuação dos trabalhos relativos à construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira e do Parque de

Exposições Agro-Comerciais de São Miguel. Continuação dos trabalhos de melhoramentos do Parque de Exposições do Faial; conclusão dos projectos e construção do Parque de Exposições Agro-Comerciais de S. Jorge; conclusão da aquisição dos terrenos e elaboração do projecto do Parque de Exposições Agro-Comerciais da Graciosa e requalificação do Parque de Exposições Agrícola do Pico.

7.1.12 — Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação

Realização de estudos no âmbito do sector agrícola e do desenvolvimento rural. Financiamento de sistemas e infra-estruturas de informação e comunicação de apoio aos sistemas de informação existentes na SRAF. Financiamento de sistemas e infra-estruturas de informação e comunicação de apoio aos sistemas de informação existentes na SRAF. Comporta os contratos pendentes relativos às aplicações de recolha de candidaturas e apuramento de ajudas directas, pagamentos ambientais e manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas.

7.1.13 — Sistema de Informação Geográfica da Agricultura

Projecto de produção de fotografia aérea e cartografia de base da RAA.

7.1.14 — Melhoramento das Infra-estruturas de Abate

Em 2011 prevêem-se os seguintes investimentos por ilha: Flores — Conclusão da remodelação do matadouro: sala de desmancha, incineradora e ETAR; São Jorge — Remodelação do matadouro: aumento da capacidade de frio, sala de desmancha, incineradora e ETAR; Faial — Projecto do novo matadouro.

7.2 — Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais

7.2.1 — Sanidade Animal

Assegurar os trabalhos conducentes à erradicação da brucelose e da leucose na RAA. Implementação dos planos de vigilância do foro veterinário aplicados na Região, com destaque para a Vigilância à BSE e à Tuberculose, do Plano de Resíduos, do reforço obrigatório do Plano de Controlo Plurianual Integrado e Plano de Controlo Oficial à Produção de Leite Cru. Garantir a operacionalização do Laboratório Regional de Veterinária e das Divisões de Veterinária em todas as ilhas no âmbito das obrigações oficiais da Sanidade Animal e da Higiene Pública Veterinária, bem como reforçar a implementação do Plano Global de Sanidade Animal, cumprindo as exigências da inspecção higio-sanitária, a gestão de todos os sistemas de identificação animal na Região, bem como a garantia do bem-estar animal e segurança alimentar no âmbito da legislação em vigor.

7.2.2 — Sanidade Vegetal

Garantir a protecção fitossanitária. Evitar a introdução, dispersão e a instalação de organismos de quarentena. Assegurar a certificação de sementes. Aprovar o registo de variedades de diferentes espécies vegetais nos Catálogos Nacionais de Variedades. Divulgar as boas práticas de utilização de fitofármacos no âmbito do Decreto-Lei n.º 173/2005 de 21. Out. Promover a divulgação em matéria de protecção agrícola e reforçar a prospecção e combate aos organismos inimigos das culturas; assegurar o programa de vigilância e controlo de resíduos de pesticidas em produtos vegetais na RAA.

7.2.3 — Melhoramento Animal

Garantir a inscrição dos bovinos da Raça Frísia e de Raças especializadas de Carne na Região nos respectivos

Livros Genealógicos Nacionais; Gerir o contraste leiteiro e a sua supervisão. Preservar a Raça Bovina Autóctone Ramo Grande e promover a Raça Brava. Continuar os programas de melhoramento genético das espécies de interesse zootécnico (bovinos, equídeos, suínos e ovinos), bem como o reforço do Programa de bovinos cruzados de carne. Assegurar a gestão informática dos registos zootécnicos e certificação genética em bovinos; Garantir o licenciamento e fiscalização dos sub-centros de Inseminação Artificial.

7.2.4 — Experimentação e Divulgação Agrária

Assegurar a execução de Projectos de Experimentação Agrícola e Pecuária. Garantir a difusão da informação agrária com base na edição de folhetos, publicações, sessões técnicas de esclarecimento e emissão do programa de Divulgação Agrária na TV. Promover e dinamizar a participação dos Açores em eventos — Feiras, Salões e Congressos de âmbito Agrícola e Pecuário; assegurar as feiras agrícolas regionais e de ilha, bem como visitas técnicas da especialidade a nível regional, nacional e internacional a agricultores e técnicos.

7.2.5 — Valorização e Qualificação Profissional Agrária

Fomentar e realizar acções de formação qualificando profissionalmente os Jovens Agricultores enquanto empresários agrícolas. Aperfeiçoar e melhorar a informação e os conhecimentos dos agricultores em matérias específicas para o desenvolvimento da actividade de empresário agrícola, dotando-os de mais capacidade para a gestão e modernização das suas explorações, bem como dos técnicos que lhes prestam apoio, contribuindo para o melhor desempenho e qualificação profissional em toda a fileira agrícola e pecuária, bem como em toda a vertente da Agricultura, Florestas e Industrias Agro-Alimentares.

7.2.6 — Vulgarização e Extensão Rural

Reforçar a vulgarização agrária e a extensão rural de modo a contribuir para o fortalecimento da orientação das actividades agrárias, promovendo mais dinâmica empresarial agrícola e pecuária, com eficiência e competitividade às explorações, dando-se destaque para as vertentes da prevenção, da redução de custos de produção e produção de qualidade.

7.2.7 — Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola

Contrapartida da Região no âmbito do PRORURAL para apoios aos projectos da Medida 1.4. — Criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola. Acompanhamento das contabilidades da RICA e apuramento de resultados. Apoio técnico aos agricultores que colaboram com a RICA.

7.2.8 — Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas

Atribuição de apoios ao abrigo do PROAMA. Comparticipação regional de 15 % relativo às medidas Instalação de Jovens Agricultores e Modernização das Explorações Agrícolas do PRORURAL no domínio da pecuária. Atribuição de apoios no âmbito da Linha de Compensação Financeira SAFIAGRI, da Linha de Crédito ao Fundo de Maneio e de uma nova Linha de Crédito para reforço da capacidade orgânica e funcional das Cooperativas Agrícolas junto do agricultor. Assegurar a reposição do aparelho e potencial produtivo agrário danificado por intempéries.

7.2.9 — Diversificação Agrícola

Incentivos complementares ao investimento nas explorações agrícolas que estimulem as produções diversifiquem a produção agrícola regional, bem como a especia-

lização e alternativas de mercado, em particular, na área das culturas da beterraba sacarina e do tabaco. Gestão do Programa Apícola Nacional e apoio à reestruturação e reconversão da Vinha.

7.2.10 — Acompanhamento das Intervenções Comunitárias

Acompanhamento das intervenções comunitárias, nomeadamente a contrapartida da Região no Eixo 5 do PRORURAL — Assistência Técnica que contempla as actividades de coordenação, informação, gestão, controlo, acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

7.2.11 — Resgate da Quantidade de Referência

Pagamento de 50% do resgate de quota leiteira levada a cabo na RAA na campanha leiteira 2009/2010 (pagamento da 2.ª anuidade até 15 Junho 2011).

7.2.12 — Reforma Antecipada

Promoção de acções com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada do PRORURAL (Pagamento aos agricultores que cessam a sua actividade agrícola).

7.2.13 — Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SI-CATE/RICTA)

Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensionamento e emparcelamento das explorações através do SI-CATE — Sistema de Incentivo à compra de Terras (DLR n.º 23/99/A, de 31 de Julho) e RICTA — Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (DLR n.º 28/2008/A de 24 de Julho).

7.2.14 — Apoio às Organizações de Produtores

Apoio a acções desenvolvidas por organizações de produtores.

7.3 — Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais

7.3.1 — Apoio à Indústria Agro-Alimentar

Comparticipação do ORAA nos projectos em execução ao abrigo do Programa — PRORURAL — Medida 1.7.

7.3.2 — Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar

Ajudas destinadas ao escoamento dos excedentes de lacticínios produzidos na RAA (no valor de 6,235 € por mil litros de leite) referente ao ano de 2010.

7.3.3 — Regularização de Mercados

Regularização dos mercados agrícolas (contingente cereais, mercado de gado); Pagamento de ajuda aos adubos (com reforço para adubos de dispersão controlada); Pagamento dos juros dos Protocolos celebrados entre a SRAF e organizações de produtores da Região Autónoma dos Açores.

7.3.4 — Qualidade e Certificação

Acções de controlo das ajudas comunitárias; Gestão das Quotas Leiteiras; Desenvolvimento das acções relativas aos Prémios e Ajudas; Desenvolvimento das acções de classificação de leite e de carcaças (realização de análises). Certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia — DOP, IGP e ETG.

7.3.5 — Promoção de Produtos Açorianos

Promoção de produtos regionais no mercado externo que compreende, nomeadamente, campanhas publicitárias aos lacticínios e à carne dos AÇORES, participação em feiras e outros eventos, etc.

Programa 8 — Valorização do Mundo Rural

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
8 — Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
8.1 — Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	9 392 749	2 242 370	7 150 379
8.2 — Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	25 695 722	5 695 722	20 000 000

Programação Material

8.1 — Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia rural

8.1.1 — Diversificação da Economia Rural

Contrapartida financeira da Região no decorrer do Programa de Desenvolvimento Rural no âmbito do FEADER — Eixos 3 e 4 para promover o apoio a projectos que visem a diversificação para actividades não agrícolas, criação de microempresas, o incentivo a actividades turísticas, criação de serviços básicos para a economia das populações, valorização do património natural, a promoção e a informação de agentes económicos que exerçam a sua actividade no âmbito da aplicação das medidas deste eixo, o apoio a projectos destinados a aquisição de competências com vista a executar as Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), acções de promoção e formação de animadores e pessoal envolvido na execução das ELD.

8.1.2 — Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural

Pagamento de compromissos já assumidos com projectos de arborização que transitam do PRODESA e PDRu e assunção de novos compromissos com projectos no âmbito do PRORURAL.

8.1.3 — Fomento e Gestão dos Recursos Florestais

Gestão e beneficiação anual de cerca de 5.400 ha de pastagens baldias; Produção de plantas florestais (folhosas, resinosas e endémicas) para projectos de arborização; Continuação dos trabalhos no âmbito do “Programa de Melhoramento Florestal dos Açores”; Implementação do “Plano de Ordenamento da Floresta Açoriana” e do “Projecto-Piloto de Gestão Florestal Sustentável”; Início da construção de um “Centro de Multiplicação de Plantas”.

8.2 — Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural

8.2.1 — Manutenção da Actividade Agrícola

Contrapartida financeira da Região no âmbito do FEADER — Eixo 2, medida 2.1. — Pagamentos aos agricultores para compensar desvantagens noutras zonas que não as de montanha.

8.2.2 — Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000

Comparticipação da Região de 15 % por forma a assegurar no âmbito da aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural ao abrigo do FEADER as candidaturas à medida 2.2. — Pagamentos agro-ambientais e natura 2000 do eixo 2. Estes pagamentos destinam-se a compensar os agricultores dos custos incorridos com as perdas de rendimento, resultantes destes explorarem parcelas situadas nas zonas da Rede Natura.

8.2.3 — Uso Múltiplo da Floresta

Gestão e manutenção das 30 Reservas Florestais de Recreio da Região; Valorização e requalificação de 7 Reservas Florestais de Recreio (criação de Centros de Divulgação Florestal e de outras infra-estruturas para utentes), no âmbito do PRORURAL (*); Produção em cativeiro de espécies cinegéticas (perdizes e codornizes) e piscícolas (truta arco-íris), para repovoamentos; Reforço da capacidade de fiscalização do Corpo Guardas Florestais da RAA; Implementação de um novo estudo de “Gestão de Espécies Cinegéticas dos Açores” e do projecto FORESMAC.

8.2.4 — Formação e Informação Florestal

Comemorações do “Dia Regional do Guarda Florestal” e do “Dia Mundial da Floresta”; Realização de acções de formação sobre “Gestão florestal sustentável” e de 3 programas televisivos sobre o “Dia Mundial da Floresta”, “Gestão Florestal Sustentável” e “Recreio florestal”; Elaboração de material de sensibilização e de divulgação formativa e informativa sobre a actividade da DRRF, na vertente do recreio florestal: oferta de serviços/potencialidades dos espaços florestais; Formação profissional dos funcionários.

Programa 9 — Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
9 — Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
9.1 — Inspeção e Gestão	1 032 230	1 032 230	
9.2 — Infra-Estruturas Portuárias	9 580 200	7 580 200	2 000 000
9.3 — Frota	8 008 090	8 008 090	
9.4 — Produtos da Pesca	2 460 140	2 460 140	
9.5 — Formação Profissional	435 150	435 150	
9.6 — Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	7 982 080	982 080	7 000 000

Programação Material

9.1 — Inspeção e Gestão

9.1.1 — Fiscalização e Inspeção

Execução de acções periódicas (semanais/mensais) de fiscalização em todas as ilhas da RAA. Melhoramento de equipamento e material inspectivo, condições de operacionalidade dos inspectores e juristas, nomeadamente acções de formação ao nível das tecnologias da pesca, legislação, elaboração de bases de dados e de manuseamento do MONICAP e SIFICAP na óptica do utilizador, e acções de sensibilização junto da comunidade piscatória.

9.1.2 — Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades

Protocolos de Cooperação celebrados com o IMAR, para a gestão e exploração do N/I “Arquipélago” e da L/I “Águas Vivas”. Grande reparação do N/I “Arquipélago” e execução do CEPROPESCA II — Certificação e Promoção de Pescarias e Produtos de Pesca Açorianos e do Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA). Celebração de protocolos com diversas entidades para a realização de estudos/projectos no âmbito das pescas. Encargos com o Centro do Mar.

9.1.3 — Congressos e Exposições

Realização da Expopescas, Feira do Mar, Semana do Pescador e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o sector das pescas. Participação da Região em congressos e exposições nacionais e internacionais.

9.1.5 — Sistema de Acompanhamento Electrónico

Continuação da implementação de um sistema para monitorização da actividade da pesca de embarcações inferiores a 15 metros cabinadas na Região Autónoma dos Açores. Desenvolvimento de equipamentos para embarcações não cabinadas e infra-estrutura para recolha automática de dados nos principais portos.

9.2 — Infra-Estruturas Portuárias

9.2.1 — Portos da Região

Pagamento dos encargos relativos à operacionalização dos portos de pesca e respectivas instalações em diversas ilhas. Realização de pequenas intervenções em infra-estruturas e equipamentos portuários.

9.2.2 — Programa de Apoio à Actividade Marítimo-Portuária no Sector das Pescas

Contrato programa celebrado com a LOTAÇOR para apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas.

9.2.3 — Protocolos com Associações do Sector

Celebração de protocolos para a gestão dos portos de pesca com associações de pescadores/armadores.

9.2.4 — Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais

Celebração de Acordos de Cooperação com Juntas de Freguesia para apoio dos portos de pesca. Celebração de Contratos ARAAL com Câmaras Municipais.

9.2.5 — Cooperação com a Direcção de Faróis

Pagamento das despesas decorrentes da celebração de um Protocolo entre a SRAM e a Autoridade Marítima Nacional com vista à prestação de serviços de manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo dos portos da Região.

9.2.6 — Programa Regional de Requalificação e Ampliação dos Portos de Pesca

Obras de construção e requalificação marítimas e terrestres de apoio ao sector das pescas.

9.2.7 — Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Rabo de Peixe e Zonas Envolventes

Início da obra de ampliação, reordenamento e beneficiação do porto de Rabo de Peixe.

9.3 — Frota

9.3.1 — Plano Regional de Renovação Frota de Pesca

Atribuição de apoios financeiros para a renovação e modernização da frota de pesca da RAA. Pagamento despesas relativas ao acesso ao Sistema de Informação das Pescas (Si2P) e à aquisição de serviços informáticos necessários à gestão da frota.

9.3.2 — FUNDOPESCA

Atribuição de subsídios aos pescadores quando as condições climáticas impeçam o normal exercício da actividade.

9.3.3 — Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local

Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca local, registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cuja propulsão seja exclusivamente por motores fora de borda a gasolina.

9.3.4 — Regime de Apoio à Redução de Custos da Actividade da Pesca

Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cuja propulsão seja motores a gásóleo.

9.3.5 — Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo da frota de pesca

Atribuição de um apoio financeiro aos armadores destinado a apoiar os encargos com os seguros das suas tripulações.

9.4 — Produtos da Pesca

9.4.1 — Cooperação Externa

Protocolos com associações para representação da Região em fóruns nacionais, comunitários e internacionais. Apoio à deslocação de embarcações para outras zonas de pesca.

9.4.2 — Mercados e Comercialização

Concessão de apoios às associações de armadores ou pescadores de todas as ilhas pelo serviço que prestam na gestão e no desenvolvimento do sector das pescas. Apoio à comercialização de pescado e à instalação de pescarias nas diversas ilhas.

9.4.3 — Transformação e Aquicultura

Apoio ao sector da transformação, comercialização e aquicultura.

9.4.4 — Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade

Apoiar a diversificação da actividade das embarcações registadas na RAA para a captura de espécies de grande profundidade ou outras espécies não tradicionais, com vista a introduzir no mercado novos tipos de produtos da pesca.

9.4.5 — Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Santa Maria, Pico, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo

Atribuição de uma ajuda regional ao escoamento dos produtos da pesca capturados pelas embarcações que se encontram registadas e que operam nas ilha de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo e também do Pico.

9.5 — Formação Profissional

9.5.1 — Divulgação

Acções de publicidade e de divulgação de eventos relacionados com o sector das pescas. Apoio a publicação de livros relacionados com a temática da pesca.

9.5.2 — Formação

Realização de acções de formação profissional destinadas a pescadores de todas as ilhas do arquipélago. Encargos com a embarcação FORMAR. Celebração de um protocolo com a LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR. Celebração de protocolo com outras entidades no âmbito da formação profissional.

9.5.3 — Estruturas e Equipamentos

Investimentos em estruturas e equipamentos de apoio administrativo ao sector das pescas.

9.6 — Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas

9.6.1 — Apoio ao Investimento no Âmbito dos Projectos FEP

Pagamento da comparticipação regional de projectos promovidos por entidades públicas e privadas no âmbito do Programa Operacional PROPESCAS. Pagamento de encargos das Estruturas de Apoio Técnico.

Programa 10 — Desenvolvimento do Turismo

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10 — Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
10.1 — Promoção Turística	22 144 564	22 144 564	
10.2 — Oferta e Animação Turística	486 617	486 617	
10.3 — Investimentos Estratégicos	9 167 130	9 167 130	

Programação Material

10.1 — Promoção Turística

10.1.1 — Estudos e Concertação da Política de Turismo

Desenvolvimento de diversos estudos que permitam melhor conhecer a problemática do turismo, bem como a tomada de decisões estratégicas. Participação em acções de formação relevantes para o conhecimento e desenvolvimento do sector. Acções de coordenação e de divulgação das linhas orientadoras das políticas do turismo junto dos diferentes públicos.

10.1.2 — Informação Turística

Melhoria da informação turística com o recurso às novas tecnologias. Requalificação dos espaços de prestação de serviços de informação turística ao visitante, uniformizando a sua imagem.

10.1.3 — Eventos Promocionais

Desenvolvimento de acções/eventos de âmbito promocional em coordenação com outras entidades reconhecidas para o efeito, tendo em vista o aumento da notoriedade da Região nos mercados externos. Esta acção terá como prioridade os seguintes mercados: Nacional, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Escandinávia, Holanda, Itália, EUA e Canadá.

10.1.4 — Viagens Educativas

Desenvolvimento de acções em coordenação e colaboração com os agentes do sector, que prosseguem objectivos comuns, no sentido de apoiar a organização de viagens promocionais à Região, tendo como objectivo dar maior notoriedade aos Açores nos mercados externos considerados prioritários, bem como incrementar e diversificar a comercialização com o destino. Acções desenvolvidas com diversos tipos de operadores turísticos ou órgãos de comunicação social.

10.1.5 — Materiais de Promoção

Edição e aquisição de materiais de promoção turística para suporte promocional às acções desenvolvidas pela

Direcção Regional do Turismo e aos empresários do sector turístico. Edição de material informativo para distribuição aos visitantes e aos empresários do sector.

10.1.6 — Campanhas Publicitárias

Celebração de contratos-programa com entidades desportivas para desenvolvimento de planos de acção que concorrem para o incremento da visibilidade dos Açores no mercado nacional. Celebração de um contrato-programa com uma entidade responsável pela promoção turística nos mercados externos. Celebração de um Protocolo com o Turismo de Portugal com vista a incrementar a promoção externa levada a cabo pelos operadores turísticos em mercados prioritários. Inserções publicitárias em meios considerados importantes para a divulgação do destino Açores. Desenvolvimento de campanha multinacional, de grande espectro para o aumento da notoriedade do destino Açores, nos mercados prioritários.

10.2 — Oferta e Animação Turística

10.2.1 — Estruturas Físicas de Apoio

Celebração de acordos com autarquias ao abrigo do DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto, para desenvolvimento de acções de requalificação da oferta turística local e intervenção em espaços geridos pela Secretaria Regional da Economia.

10.2.2 — Animação Turística

Desenvolvimento de acções de animação em todas as Ilhas dedicadas ao turista. Contratação de serviços de animação temática que promovam o aumento da estadia média do visitante e a requalificação da oferta turística.

10.2.3 — Qualificação dos Percursos Pedestres e de Outros Produtos Turísticos

Desenvolvimento de produtos para qualificação da oferta turística, em conformidade com as linhas orientadoras do Plano de Marketing. Produção e colocação de sinalética nos percursos pedestres, sua limpeza e manu-

tenção, nas diferentes ilhas. Acompanhamento técnico dos trabalhos pelo Gabinete de Apoio ao Turismo de Natureza e Espaço Rural.

10.3 — Investimentos Estratégicos

10.3.1 — Iniciativas Diversas

Regime de financiamento público de iniciativas com interesse para a promoção e animação turística dos Açores (DLR n.º 18/2005/A, de 20 de Julho). Contratos-programa de investimento com interesse para o desenvolvimento do turismo dos Açores (DLR n.º 30/2006/A, de 8 de Agosto).

10.3.2 — Centro Cultural e de Congressos

Desenvolvimento de um plano de acções de interesse económico geral de animação de cariz cultural e turístico ao abrigo do Contrato celebrado com o Teatro Micae-

lense — Centro Cultural e de Congressos, S. A. em 8 de Novembro de 2007.

10.3.3 — Desenvolvimento dos Recursos Termais

Acções de apoio ao desenvolvimento dos recursos termais com interesse para a exploração turística. Acções de manutenção da oferta nas Termas da Ferraria e do Carapacho.

10.3.5 — Termas do Varadouro

Recuperação das Termas do Varadouro e acções correlacionadas tendo em vista a sua requalificação.

10.3.6 — Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente

Realização de acções e parcerias tendo em vista o desenvolvimento do projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente.

10.3.7 — Requalificação da Baía João Câncio

Requalificação da Baía João Câncio.

Programa 11 — Fomento da Competitividade

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11 — Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
11.1 — Sistemas de Incentivos	30 855 675	30 855 675	
11.2 — Apoio ao Empreendedorismo	68 820	68 820	
11.3 — Qualidade e Inovação Tecnológica	270 340	270 340	
11.4 — Apoio à Actividade Empresarial	19 744 929	10 119 929	9 625 000
11.5 — Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	519 060	519 060	
11.6 — Micro Crédito	113 050	113 050	
11.7 — Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39 720	39 720	

Programação Material

11.1 — Sistemas de Incentivos

11.1.1 — Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores

Pagamento de incentivos relativos a projectos aprovados no âmbito do SIDER — Sistemas de Incentivo para o Desenvolvimento Regional dos Açores e encargos resultantes do funcionamento do programa. Apoio à execução de políticas específicas de desenvolvimento na área da economia.

11.1.2 — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo — Empreende Jovem

Pagamento de incentivos relativos a projectos aprovados no âmbito do Empreende Jovem e encargos resultantes do funcionamento do programa.

11.1.3 — Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos

Pagamento dos incentivos do Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos e encargos resultantes do funcionamento do sistema.

11.1.4 — Sistema de Incentivos ao Artesanato

Apoio financeiro a projectos de formação, de participação em feiras, de promoção e de investimento em unidades produtivas artesanais.

11.2 — Apoio ao Empreendedorismo

11.2.1 — Dinamização do Espírito Empreendedor

Fomento do espírito empreendedor junto dos jovens, mediante a realização de acções diversas, designadamente

através do Concurso Regional de Empreendedorismo, da realização da Gala do Empreendedor, de encargos decorrentes da conclusão do Projecto GEM Açores (estudo sobre empreendedorismo), de encargos relacionados com o processo conducente à criação nos Açores de um Business Innovation Centre em cooperação com a Direcção Regional de Ciência, Tecnologia e Comunicações.

11.3 — Qualidade e Inovação Tecnológica

11.3.1 — Dinamização do Sistema Tecnológico

Apoio à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia para as empresas e controlo metrológico.

11.3.2 — Promoção da Qualidade

Implementação das acções decorrentes da Estratégia Regional para a Qualidade e apoio à implementação de sistemas de gestão pela qualidade. Promoção de boas práticas no sector industrial e planos de formação para o tecido empresarial. Promoção de programas de segurança alimentar. Desenvolvimento do projecto para a certificação da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade pela Norma NP EN ISO 9001:2008.

11.4 — Apoio à Actividade Empresarial

11.4.1 — Valorização dos Recursos Geológicos

Desenvolvimento do projecto TERMAZ — Termalismo, Lamas Termais e Águas Engarrafadas dos Açores, em cooperação com o INOVA — Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores. Acções de fiscalização de recursos geológicos, sobretudo massas minerais, em colabora-

ção com as restantes entidades, nomeadamente, a Direcção Regional do Ambiente.

11.4.2 — Divulgação das Potencialidades Económicas
Participação em feiras e exposições e realização de acções promocionais de produtos açorianos. Desenvolvimento de acções promocionais e pagamento de rendas da “Loja Açores”.

11.4.3 — Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento

Promoção de parcerias com associações empresariais. Desenvolvimento de acções para incrementar a produtividade e competitividade do sector empresarial. Contrato-programa com a APIA — Agência de Promoção do Investimento dos Açores. Operacionalização de diversos programas e instrumentos nomeadamente, o Poseima, cadastro comercial e industrial, venda de estampilhas especiais para bebidas espirituosas, licenciamento do comércio externo e registo de declaração prévia dos estabelecimentos de restauração e bebidas.

11.4.4 — Informações ao Investidor

Acções de divulgação dos sistemas de incentivos junto dos empresários açorianos e de toda a informação relevante para o sector empresarial. Despesas com o funcionamento da rede de Gabinete do Empreendedor. Realização de seminários, colóquios e outros eventos.

11.4.5 — Apoio ao Cooperativismo

Prestação de apoio técnico às cooperativas e divulgação de informação relevante para o sector. Desenvolvimento da base de dados do sector cooperativo — SISCOOP — e sua adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística.

11.4.6 — Estudos e Projectos

Desenvolvimento do Projecto MAC-Welcome, que visa dotar as regiões comerciais da Macaronésia de serviços gratuitos de informação mais eficientes e abrangentes para o cidadão/visitante, ao nível das economias locais através da introdução de tecnologia avançada. Apoio à realização de estudos com importância para a actividade económica regional.

11.4.7 — Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica

Transferências para o FRACDE — Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para

a promoção da coesão económica, social e territorial dos Açores.

11.5 — Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais

11.5.1 — Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais

Formação profissional em artesanato e formação específica em actividades artesanais e transversais a esta área. Apoio à inovação, ao aperfeiçoamento e à transmissão de conhecimento.

11.5.2 — Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios

Apoio à realização e à participação do Centro Regional de Apoio ao Artesanato em feiras de artesanato regionais e nacionais. Divulgação do Artesanato dos Açores e produção de diverso material promocional. Arrendamento de espaços para a comercialização de artesanato. Estabelecimento de parcerias técnico-financeiras com entidades responsáveis pela dinamização de unidades produtivas artesanais.

11.5.3 — Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais

Acompanhamento técnico dos produtos já certificados e certificação de novas produções artesanais. Promoção de produtos certificados.

11.6 — Micro Crédito

11.6.1 — Regime de Apoio ao Micro Crédito Bancário
Pagamento dos encargos resultantes da execução do Regime de Apoio ao Micro Crédito Bancário. Realização de uma conferência versando a temática da micro finança.

11.7 — Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia

11.7.1 — Equipamentos da Secretaria Regional da Economia

Melhoria dos espaços e equipamentos de apoio ao atendimento ao público e às empresas. Intervenção nas instalações da Secretaria Regional da Economia.

Programa 12 — Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12 — Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
12.1 — Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	12 453 487	12 453 487	
12.2 — Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	788 320	788 320	
12.3 — Comunicações	353 010	353 010	
12.4 — Cartografia	526 022	526 022	

Programação Material

12.1 — Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores

12.1.1 — Apoio a Instituições de Investigação Científica

Manutenção e desenvolvimento de núcleos especializados de I&D. Pólos de redes de observação e monitorização.

Apoio ao funcionamento do IBBA e CIVISA. Apoio à criação de infra-estruturas do IBBA.

12.1.2 — Projectos de Investigação Científica com Interesse para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores

Projectos de investigação científica e tecnológica para implementação de políticas públicas. Projectos e redes de investigação em parceria com instituições científicas internacionais

12.1.3 — Apoio à Formação Avançada

Bolsas de investigação científica e tecnológica para a empregabilidade e formação, dirigidas para doutorados, licenciados e técnicos de investigação. Apoio à fixação de bolseiros na RAA. Apoio à organização de eventos, reuniões científicas e publicações.

12.1.4 — Apoio a Infra-Estruturas de Divulgação Científica e Tecnológica

Criação, manutenção e desenvolvimento de infra-estruturas de divulgação da C&T. Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental das ciências. Ateliers de ciência.

12.1.5 — Iniciativas de I&D de Contexto Empresarial

Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, designadamente no âmbito dos parques tecnológicos. Apoio a projectos de investigação.

12.1.6 — Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação

Necessidade de competências básicas em TIC; Melhoria das acessibilidades às TIC; Espaços TIC e Escolas Digitais. Modernização e eficiência administrativa.

12.1.7 — Apoio à Integração dos Cidadãos Portadores de Deficiência na Sociedade do Conhecimento

Apoio à aquisição de equipamentos na área das TIC para cidadãos portadores de deficiência. Reequipamento de infra-estruturas destinadas a cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais.

12.1.8 — Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores

Comparticipação financeira para o desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores.

12.1.9 — Construções Universitárias da Terceira e da Horta

Comparticipação financeira para as despesas da Universidade dos Açores com o equipamento dos edifícios interdepartamental de Angra e do DOP na Horta.

12.2 — Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE

12.2.1 — Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE

12.2.2 — Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE

Comunicações da SRCTE.

12.3 — Comunicações

12.3.1 — Promoção/Divulgação/Cooperação

Congresso de Telecomunicações e Formação em ITED

12.3.2 — Estação de Rastreamento de Satélites, Estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico

Estação de rastreamento de satélites de Santa Maria; Estações VLBI e Centros de Monitorização do Atlântico e Outras.

12.4 — Cartografia

12.4.1 — Geodesia e Cartografia

Alargamento da rede de estações permanentes da RAA (RPRAA). Contratação de novos voos. Contratação para ortofotocartografia. Renovação de alguns equipamentos topográficos.

12.4.2 — Cadastro Predial

Execução do cadastro predial. Informatização da informação cadastral.

12.4.3 — RAEGE

Arranque do projecto RAEGE em cooperação com o IGN Espanha

12.4.4 — Projectos Comunitários Transnacionais

Projectos: CARTOGRAF- voo ilha Terceira; GABI-TEC — Conversão de Informação cartográfica analógica para digital, GEOCID — criação de um portal para disponibilização de informação geográfica.

12.4.5 — Informação Geográfica

Projectos de endereços; Manutenção e actualização do Portal IDEIA; Organização da informação geográfica; Projecto Corine.

Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social

Programa 13 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
13 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
13.1 — Equipamentos de Apoio a Idosos	7 643 878	7 643 878	
13.2 — Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	3 509 481	3 509 481	
13.3 — Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1 619 609	1 619 609	
13.4 — Equipamentos de Apoio à Família, Comunidade e Serviços	11 739 860	9 739 860	2 000 000
13.5 — Igualdade de Oportunidades	1 065 690	1 065 690	

Programação Material

13.1 — Apoio a Idosos

13.1.1 — Construção de lar nos Arrifes

Construção de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário nos Arrifes, Ponta Delgada.

13.1.3 — Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória

Reconstrução quase total do edifício do antigo tribunal da Praia da Vitória para ampliação da capacidade de apoio a idosos em lar

13.1.4 — Criação de Lar de Idosos na Calheta

Criação de uma nova unidade de lar de idosos na Vila da Calheta, São Jorge.

13.1.7 — Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa

Cumprimento dos apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada na área de idosos.

13.1.8 — Projecto de Implementação da Rede de Cuidados Continuados dos Açores

Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) dos Açores.

13.1.9 — Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos

Realização de investimentos e atribuição de apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas na área do apoio aos idosos.

13.1.10 — Construção de lar de idosos no Pico da Pedra

Construção de novo edifício para lar de idosos no Pico da Pedra.

13.1.11 — Construção de lar de idosos e centro de dia em Rabo de Peixe

Construção de novos equipamentos sociais em Rabo de Peixe em terreno adquirido para o efeito.

13.1.12 — Criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu

Construção de novo edifício para criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu.

13.1.13 — Construção de lar de idosos em São Brás

Construção do novo edifício para instalação de lar de idosos em S. Brás, Praia da Vitória.

13.1.14 — Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras

Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras.

13.1.15 — Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo

Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo.

13.1.16 — Criação de centro de dia na Urzelina

Adaptação de edifício para instalação de centro dia na Urzelina, Velas.

13.2 — Apoio à Infância e Juventude

13.2.1 — Construção de edifício para creche em Vila Porto

Construção de edifício para criação de uma creche em Santa Maria.

13.2.2 — Construção de novo edifício para creche em Ponta Delgada

Construção de novo edifício para instalação da creche existente, que funciona em condições precárias, com aumento de capacidade.

13.2.3 — Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes

Construção de novo edifício para instalação de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes.

13.2.4 — Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas

Construção de novos edifícios, em terreno adquirido para o efeito.

13.2.9 — Construção de edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa

Construção de edifício para os equipamentos já existentes, em terreno adquirido há alguns anos.

13.2.13 — Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa

Apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada na área da infância e juventude.

13.2.15 — Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude

Realização de investimentos e atribuição de apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas na área do apoio à infância e juventude.

13.2.17 — Remodelação e ampliação de edifício para criação de novo equipamento de creche na Horta

Construção de edifício para creche na cidade da Horta.

13.2.18 — Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia

Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia.

13.3 — Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

13.3.3 — Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande

Recuperação total de edifício antigo e sua adaptação, para instalação do actual centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande.

13.3.5 — Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência

Realização de investimentos e atribuição de apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas na área do apoio aos públicos com necessidades especiais.

13.3.7 — Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada

Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada.

13.4 — Apoio à Família, Comunidades e Serviços

13.4.1 — Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores — PARESA

Comparticipação em investimentos de IPSS e equiparadas para alargamento da rede de equipamentos sociais nos Açores.

13.4.2 — COMPAMID

Complemento para aquisição de medicamentos para idosos.

13.4.3 — Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)

Obras de recuperação e melhoramento nos edifícios de serviços de Segurança Social e infra-estruturação de serviços.

13.4.4 — Construção de Edifício para Serviços de Segurança Social e Casa do Povo — Achadinha

Construção de Edifício para Serviços de Segurança Social e Casa do Povo na Achadinha, Nordeste.

13.4.8 — Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação

Realização, participação e colaboração em estudos, projectos, conferências, formação, bem como a participação em mecanismos de cooperação com outras instituições, nas áreas de actuação da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social.

13.4.10 — Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços de Segurança Social

Apoios pontuais a situações de necessidade urgente em vários tipos de apoio à comunidade e criação, melhoramento e apetrechamento dos Serviços de Segurança Social, nomeadamente da DRSSS e do SADEL.

13.4.12 — Promoção da qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais na RAA

Desenvolvimento do sistema de avaliação da qualidade dos serviços e equipamentos sociais da RAA e promoção da aplicação de boas práticas e mecanismos de auto-avaliação da qualidade da rede de serviços e equipamentos sociais através da atribuição de apoios

13.4.13 — Adequação Tecnológica dos Serviços da Segurança Social

Acções de adequação tecnológica dos serviços da Segurança Social, nomeadamente a aquisição de equipamentos tecnológicos e *software* informático para a DRSSS e SADEL.

13.4.14 — Fundo de Compensação Social

Reforço e criação de mecanismos de apoio às famílias açorianas, com o objectivo de minimizar alguns dos impactos das medidas a vigorar a nível nacional em 2011.

13.5 — Igualdade de Oportunidades

13.5.1 — Promoção do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos

Prosseguir a implementação e disseminação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades; Implementação do Programa Família, Escola e Comunidade — Berços da Cidadania e Igualdade de Oportunidades; Implementação e funcionamento do Conselho Regional para a Igualdade de Oportunidades; Apoio a Instituições para a manutenção dos Centros de Informação e Acompanhamento das Políticas de Igualdade e desenvolvimentos de acções; Promoção e apoio a Acções de sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de boas práticas no combate à discriminação e promoção da Igualdade de Oportunidades; Realização Estudos, Projectos, Conferências, Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica.

13.5.2 — Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional

Desenvolvimento, certificação e apoio a entidades privadas na Promoção de medidas e acções facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a profissional; Promoção e apoio a acções de sensibilização, formação, informação potenciadoras do mainstreaming da perspectiva de Género; Realização Estudos, Projectos, Conferências e Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica com o objectivo de implementar os Planos

da Igualdade na Administração Regional, Local e nas entidades privadas.

13.5.3 — Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias

Implementação e Acompanhamento do Plano Regional de Prevenção e Combate violência doméstica; Promoção e apoio a acções de Sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de Boas Práticas; Manutenção e alargamento de estruturas de apoio, prevenção e acolhimento para vítimas de violência (mulheres, crianças e idosos) e serviços de proximidade de atendimento às vítimas; Implementação do Serviço de Teleassistência a vítimas de violência; Criação de Programa de Reabilitação de Agressores Sexuais; Realização Estudos, Projectos, Conferências e Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica; Apoiar acções na área da Formação e emprego protegido e promoção de competências para a empregabilidade para vítimas de violência e mulheres em situação de risco; Manter e alargar Programa de Suporte Socioeconómico a vítimas de violência; Alargamento do Programa de Reabilitação de Agressores Conjugais — Contigo; Manutenção da Linha de Informação contra a discriminação e violência.

13.5.4 — Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis

Programa de Suporte Psicossocial e Socioeconómico a pessoas em grave situação de exclusão; Apoiar acções na área da Formação e promoção de competências para a empregabilidade; Apoio à criação ou melhoria de estruturas e acções facilitadoras do atendimento aos públicos mais vulneráveis.

13.5.5 — Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência

Implementar ou apoiar acções de sensibilização, formação, informação para os direitos e certificação de boas práticas; Realização de Estudos, Projectos, Conferências, Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica; Apoio à implementação de melhorias nas Edificações para promover a acessibilidades; Desenvolver e apoiar acções na área da Formação e emprego protegido e promoção de competências para a empregabilidade; Implementar ou apoiar acções, estruturas e equipamentos facilitadoras da promoção da Igualdade de Oportunidades e prevenção e combate à discriminação para pessoas com deficiência; desenvolver e Apoiar acções promotoras do acesso à Cultura, Desporto e Lazer; Programa Casa para Todos; Plano Regional de Acessibilidades.

13.5.6 — Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios, equipamentos e serviços da DRIO

Apoio a equipamentos e adequação tecnológica.

Programa 14 — Habitação

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
14 — Habitação	23 377 230	23 377 230	
14.1 — Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	4 394 330	4 394 330	
14.2 — Recuperação do Parque Habitacional	3 440 750	3 440 750	
14.3 — Promoção de Habitação para Realojamentos	14 885 880	14 885 880	
14.4 — Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	656 270	656 270	

Programação Material

14.1 — Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria

14.1.1 — Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para participação na construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo DLR n.º 59/2006/A, de 29 de Dezembro.

14.1.2 — Apoio à Aquisição de Habitação Própria

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para participação na aquisição de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo DLR n.º 59/2006/A, de 29 de Dezembro.

14.1.3 — Aquisição de Solos

Encargos com aquisição de solos urbanizáveis para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo DLR n.º 21/2005/A, de 3 de Agosto.

14.1.4 — Apoio ao Arrendamento a Famílias Carentes e Jovens

Subsídios ao arrendamento de prédios ou de fracções autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias carenciadas.

14.1.6 — Operações de Loteamento e Obras de Urbanização

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo DLR 21/2005/A, de 3 de Agosto.

14.1.7 — Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais

Reabilitação de infra-estruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de integração no domínio público Municipal.

14.1.8 — Contrato Programa com a SPRHI, S. A. — Sismo

Encargos decorrentes do contrato programa celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e SPRHI, SA, no âmbito do sismo de 1998 e celebração de novo contrato programa para conclusão das intervenções do sismo.

14.2 — Recuperação do Parque Habitacional

14.2.1 — Programa de Reabilitação Urbana

Apoios não reembolsáveis a atribuir às famílias, ao abrigo do regime da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas — DLR n.º 6/2002/A, de 11 de Março.

14.2.2 — Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico — Colaboração com Autarquias

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação, reabilitação e requalificação de habitações degradadas promovidas por autarquias.

14.2.3 — Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação e reabilitação do parque habitacional do domínio privado da Região Autónoma dos Açores

14.2.4 — Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Têrmitas

Subsídios não reembolsáveis em intervenções a levar a efeito em habitações, ao abrigo do regime jurídico da

concessão de apoios financeiros no combate à infestação por têrmitas — DLR 20/2005/A, de 22 de Julho.

14.2.5 — Reconstrução de Habitação — Administração Directa — Sismos

Apoios financeiros a conceder a agregados sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998, nas ilhas do Faial e do Pico, ao abrigo do DLR n.º 15-A/98/A, de 25 de Setembro, e Portaria n.º 11/2001, de 8 de Fevereiro.

14.2.6 — Programa de Requalificação Habitacional

Desenvolvimento de acções de apoio à requalificação de habitações.

14.3 — Promoção de Habitação para Realojamentos

14.3.1 — Acordos de Colaboração RAA/IHRU — PROHABITA

Encargos com a construção/aquisição de habitação para realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito do programa de financiamento para acesso à habitação — PROHABITA, instituído pelo Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março.

14.3.2 — Cooperação com Autarquias — Acordos Colaboração RAA/IHRU, I. P./Municípios

Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, ao abrigo dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

14.3.3 — Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco

Operações de realojamento de agregados familiares a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras.

14.3.4 — Acordos de Colaboração RAA/IHRU, I. P. — PROHABITA, em Rabo de Peixe

Realojamento de famílias da orla marítima de Rabo de Peixe, no âmbito do Acordo de Colaboração celebrado entre a RAA e o IHRH, ao abrigo dos Decretos -Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, 197/95, de 29 de Julho, 30/97, de 28 de Janeiro, e 157/02, de Julho

14.3.5 — Cooperação com Autarquias — Acordos RAA/IHRU/Município da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe

Realojamento de famílias no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre a RAA, o IHRU e o Município da Ribeira Grande, ao abrigo dos Decretos -Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, 197/95, de 29 de Julho, 30/97, de 28 de Janeiro.

14.3.7 — Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional

Aquisição, construção e arrendamento, para subarrendamento, de imóveis destinados à habitação para resolução de situações de grave carência habitacional, em regime de renda apoiada, cujo regime foi instituído pelo DLR n.º 23/2009/A de 16 de Dezembro.

14.3.8 — Cooperação com Autarquias — Contratos ARAAL

Cooperação com Autarquias — Contratos ARAAL

14.3.9 — Contratos Programa com a SPRHI, SA

Contratos Programa a celebrar com SPRHI SA, no âmbito de acções de realojamento e de requalificação do Bairro Habitacional da Terra Chã.

14.4 — Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação

14.4.1 — Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH

Obras de requalificação e adaptação de edifícios para os serviços da Direcção Regional de Habitação.

14.4.2 — Adequação Tecnológica dos Serviços

Actualização do equipamento informático, e respectivo *software*, para os serviços da DRH.

14.4.4 — Observatório Sócio-Habitacional dos Açores

Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar, criada pela Resolução n.º 69/2006, de 29 de Junho.

14.4.5 — Reabilitação de Equipamentos

Reabilitação de equipamentos, nomeadamente, das viaturas afectas à DRH.

Programa 15 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
15 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
15.1 — Construção de Novas Infra-Estruturas	8 317 591	8 317 591	
15.2 — Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	5 274 941	5 274 941	
15.3 — Apetrechamento e Modernização	1 313 875	1 313 875	
15.4 — Formação e Iniciativas em Saúde	14 478 662	14 478 662	
15.5 — Tecnologias de Informação na Saúde	490 140	490 140	

Programação Material

15.1 — Construção de Novas Infra-Estruturas

15.1.1 — Unidades de Saúde

Projectos e construção de infra-estruturas de apoio ao SRS.

15.1.2 — Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada

Projecto e construção do Novo Centro de Saúde de Ponta Delgada e construção dos Novos Centros de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e da Madalena do Pico.

15.1.3 — Centro de Rádio-Terapia dos Açores

Centro de Rádio-Terapia dos Açores.

15.2 — Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde

15.2.1 — Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde

Apoio geral das obras de remodelação e ampliação necessárias à constante adequação e evolução das instalações da rede de saúde da Região Autónoma dos Açores, com destaque para o Centro de Saúde de Vila do Porto e para a obra do Bloco C do Hospital da Horta.

15.2.2 — Beneficiação de Unidades de Saúde

Apoio geral a obras de beneficiação nas Unidades de Saúde do Serviço Regional.

15.3 — Apetrechamento e Modernização

15.3.1 — Equipamentos para Unidades de Saúde

Aquisição, substituição, actualização e reparação dos diversos tipos de equipamentos das Unidades de Saúde da Região.

15.3.3 — Emergência Médica

Empreitada do Heliporto da Calheta da Ilha de São Jorge. Programa Regional para a Utilização de DAE por Não Médicos e de Acesso Público à Desfibrilhação. Projectos no âmbito da Emergência Médica, Plescamac 2 e outros.

15.4 — Formação e Iniciativas em Saúde

15.4.1 — Actualização de Profissionais de Saúde

Atribuição e processamento de bolsas de estudo, execução do programa de formação para profissionais de saúde e comparticipação financeira na realização de encontros, seminários e jornadas de saúde e outras formas de actualização profissional.

15.4.2 — Plano Regional de Saúde

Projecto para a Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil na Região e Rastreo de Retinopatia Diabética. Operacionalização do Plano Regional de Saúde 2009-2012 e dos Programas Regionais respectivos. Assinalamento de dias comemorativos. Participação em eventos. Realização de campanhas.

15.4.3 — Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco

Implementação do plano regional contra as dependências, com a análise e estudo pelas equipas locais de intervenção e posterior actuação, comparticipação em projectos no âmbito da prevenção e tratamento, criação de projectos de intervenção específica em zonas de risco, realização de campanhas de prevenção em meio escolar e extra-escolar, programa de intervenção precoce, eventos de sensibilização à prevenção e tratamento, apoio à dissuasão, início da construção do Centro de Reabilitação em S. Miguel e conclusão do processo de criação de um Centro de Adictologia no Faial, programas de unidades móveis e programas de reinserção.

15.4.4 — Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos

Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados e Paliativos promovendo a diversificação e disponibilização de cuidados saúde domiciliários e a articulação com a rede de cuidados continuados integrados.

15.4.5 — Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS

Dinamizar e apoiar um programa de melhoria do acesso no âmbito do Serviço Regional de Saúde de modo a adequar-se às necessidades da população, nomeadamente

a recuperação das listas de espera e a cobertura assistencial a utentes sem médico de família. Dinamizar e apoiar programas e projectos de melhoria de acesso ao Serviço Regional de Saúde (Prestação de cuidados de saúde a estrangeiros; Enfermeiro de Família; Linha Saúde Açores; Cobertura assistencial; entre outros).

15.4.6 — Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade

Medidas de apoio à implementação de políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade.

15.4.7 — Parcerias

Apoio a instituições do SRS e a pessoas colectivas, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de projectos no domínio da saúde.

15.4.8 — Promoção da qualidade dos serviços e de capacitação e qualificação de profissionais de saúde

Prosseguir com a implementação de programas de qualidade, certificação e acreditação dos serviços de saúde com vista a introduzir melhorias de qualidade na prestação de cuidados de saúde, assim como proporcionar o aumento da qualificação dos profissionais que desempenham funções na área da qualidade.

15.4.9 — Vale Saúde

Dar continuidade ao projecto de implementação do Vale Saúde na RAA.

15.4.10 — Plano Regional de Vacinação

Prosseguir com o plano regional de vacinação.

15.4.11 — Planos de contingência — Saúde Pública

Iniciativas de contingência para manutenção da saúde pública.

15.4.12 — Deslocação de doentes

Apoio a doentes nas deslocações inter-ilhas e estrangeiro.

15.4.13 — Política do Medicamento

Desenvolvimento de processos de controlo de substâncias psicotrópicas/estupefacientes.

15.5 — Tecnologias de Informação na Saúde

15.5.1 — Sistemas de Informação da Saúde

Continuação do desenvolvimento, instalação e manutenção do projecto Sistema de Informação da Saúde — Açores Região Digital — SIS-ARD.

Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental

Programa 16 — Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
16 — Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	
16.1 — Ordenamento do Território	11 946 687	11 946 687	
16.2 — Recursos Hídricos	5 112 619	5 112 619	
16.3 — Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	211 180	211 180	
16.4 — Modernização dos Serviços	38 920	38 920	
16.5 — Conservação da Natureza	1 985 407	1 985 407	
16.6 — Património Mundial	583 890	583 890	
16.7 — Avaliação Ambiental	479 603	479 603	
16.8 — Resíduos	17 226 318	17 226 318	
16.9 — Promoção Ambiental	2 705 087	2 705 087	
16.10 — Utilização Racional de Energia	1 630 900	1 630 900	
16.11 — Serviço Público e Social	875 830	875 830	
16.12 — Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	194 630	194 630	
16.13 — Assuntos do Mar	291 940	291 940	

Programação Material

16.1 — Ordenamento do Território

16.1.1 — Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA

PSOTAE — Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Actividades Extractivas na RAA; EP@M — Sistemas de Estações da Paisagem da Macaronésia.

16.1.2 — Plano e Gestão de Zonas Costeiras

Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico; Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Faial; LITOMAC — Cooperação e Sinergias no Estabelecimento e Planeamento Sustentável das Zonas Litorais da Região da Macaronésia; Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores.

16.1.3 — Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas

POBHL São Miguel; POBHL Flores; Contrato-Programa SPRAçores para a aquisição de imóveis nas

Furnas; Contrato-Programa SPRAçores para a aquisição de imóveis nas Sete Cidades; POVT Fundo de Coesão do Ambiente — Requalificação das margens das Lagoas (SPRA); Proconvergencia Turismo — Requalificação das margens das Lagoas (SPRA).

16.1.5 — Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco

Reserva Ecológica Regional; Estratégia Regional de Alterações Climáticas; Definição e caracterização de perigos naturais; SOST-MAC — Actuações Sustentáveis nos Espaços Naturais da Macaronésia.

16.1.6 — Acções de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões

Emissão de pareceres, vistorias, licenciamentos e gestão urbanística (AIA, AAE, etc.).

16.1.7 — Requalificação e Protecção Costeira

Obras de protecção e requalificação das orlas costeiras; Contratos ARAAL; Contratos-Programa RAA-SPRAçores para a realização de empreitadas; Contrato-Programa APTGO.

16.2 — Recursos Hídricos

16.2.1 — Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água

Planos de Gestão de Recursos Hídricos; Domínio Público Marítimo.

16.2.2 — Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas

Estudo socioeconómico para a gestão da água; georreferenciação de nascentes e furo.

16.2.3 — Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática

Manutenção da rede do Grupo Oriental e aquisição do sistema para o Grupo Central e Oriental; Gestão da Rede Meteorológica.

16.2.4 — Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras

Contratos trianuais de monitorização das águas superficiais, costeiras e de transição.

16.2.5 — Monitorização da qualidade das águas balneares

Monitorização da qualidade das águas balneares da RAA; Perfis de praias; Projecto CARMAC.

16.2.6 — Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores

Laboratório de análises da DROTRH; monitorização da toxicidade de cianobactérias das lagoas e do fluxo de azoto para controlo da eutrofização da água das lagoas; Projecto Experimental da Lagoa de S. Brás.

16.2.7 — Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos

Estudos e cartas de avaliação de riscos de cheias e de deslizamentos, incluindo a monitorização de arribas em zonas balneares; instalação de sistemas de monitorização e alerta nas ribeiras do Dilúvio (Pico) e Funda (Faial).

16.2.8 — Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos

Projectos e empreitadas para a requalificação e protecção de recursos hídricos; acordos de colaboração com juntas de freguesia; contratos e serviços de desobstrução e limpeza de ribeiras.

16.3 — Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão

16.3.1 — Infra-estrutura informática e de comunicações

Equipamentos, licenças de *software*, comunicações de dados em projectos, Contrato de outsourcing para manutenção.

16.3.2 — Sistema regional de informação georreferenciada

Desenvolvimento de aplicações na área dos sistemas de informação geográfica, incluindo a construção de plataformas para a disponibilização de serviços a entidades e cidadãos.

16.4 — Modernização dos Serviços

16.4.1 — Formação e Modernização Serviços

Ações de Formação e Modernização Administrativa.

16.4.2 — Estratégia e Planeamento

Execução de diversas actividades no âmbito da implementação da estratégia e planeamento ambiental.

16.4.3 — Informação Geográfica

Sistema de informação geográfica e comunicação de dados. Aquisição de equipamento *hardware* e *software*.

16.5 — Conservação da Natureza

16.5.1 — Biodiversidade

Adaptação do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional à RAA. Implementação dos planos de gestão das áreas marinhas protegidas da rede OSPAR. Actividades de recuperação do habitat do priôlo na ZPE do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme.

16.5.2 — Erradicação de Organismos Invasores

Elaboração e implementação do plano de controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras e realização de acções de monitorização em todas as ilhas.

16.5.7 — Jardins Botânicos

Remodelação do edifício antigo do Jardim Botânico do Faial; construção de estufa; implementação de actividades relacionadas com o banco de sementes e herbário.

16.5.9 — Parque Natural dos Açores

Implementação dos parques naturais de ilha e elaboração dos respectivos planos de ordenamento. Implementação dos modelos de gestão dos centros de interpretação das áreas protegidas. Implementação dos planos de gestão da RN 2000. Criação do geoparque dos Açores e desenvolvimento de actividades no âmbito do GESPEA. Elaboração e implementação dos planos de acção das reservas da biosfera a integrar nos planos de ordenamento dos parques naturais de ilha.

16.6 — Património Mundial

16.6.1 — Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Empreitada e Conteúdos do Centro de Interpretação da Paisagem Protegida da Vinha do Pico; Acordos de cooperação técnica e financeira; Instalação de infra-estruturas eléctricas e telecomunicações na Paisagem Protegida da Vinha do Pico; Casa dos Vulcões.

16.6.2 — Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Regime de incentivos para a manutenção e reabilitação da vinha e correcção de dissonâncias arquitectónicas.

16.6.3 — Plano de Intervenção da Montanha do Pico

Conclusão da empreitada de instalação do Centro de Interpretação da Casa de Apoio à Montanha do Pico; Requalificação do trilho da Montanha do Pico; Projecto de Ampliação da Casa de Apoio à Montanha do Pico.

16.6.4 — Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico

Manutenção e funcionamento de estruturas de interpretação (Casa de Apoio à Gruta das Torres, Centro Ambiental das Terras, Lajes do Pico). Outras acções relacionadas com a implementação do Parque Natural do Pico.

16.7 — Avaliação Ambiental

16.7.1 — Relatório do Estado do Ambiente

Elaboração dos Relatórios do Estado do Ambiente.

16.7.2 — Regime Legal de Poluição Sonora

Implementação do Regime Legal da Poluição Sonora.

16.7.3 — Avaliação do Impacte Ambiental

Processos de Avaliação de Impacte Ambiental e realização de um workshop sobre avaliação ambiental estratégica.

16.7.4 — Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental

Manutenção da Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental (inclui aquisição de equipamento *hardware* e *software*). Manutenção da estação de monitorização da qualidade do ar. Construção de instalações de

apoio técnico e laboratorial (Horta); aquisição de estação de monitorização da qualidade do ar para Ponta Delgada.

16.7.7 — Monitorização de Áreas Ambientais

Implementação e execução de acções de monitorização de áreas ambientais protegidas. Inclui despesas relacionadas com aquisição e manutenção de equipamento e infra-estruturas de apoio às acções de monitorização.

16.8 — Resíduos

16.8.1 — Gestão de Resíduos

Operações de gestão de resíduos; implementação do Sistema Regional de Informação de Resíduos (SRIR).

16.8.2 — Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos

Projectos e empreitadas de construção de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem.

16.8.3 — Remoção de Passivos Ambientais

Operações de gestão de resíduos (compactação, contentorização, transporte marítimo e terrestre).

16.9 — Promoção Ambiental

16.9.1 — Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental

Programas de sensibilização e promoção ambiental; apoio às ONGA's na realização de actividades e programas de educação ambiental.

16.9.2 — Rede Regional de Ecotecas

Conclusão da empreitada do Centro de Interpretação e Ecoteca de Vila do Porto e desenvolvimento de actividades da rede regional de ecotecas.

16.9.3 — Centros de Interpretação Ambiental

Desenvolvimento dos Centros de Interpretação Ambiental.

16.9.4 — Jardins Históricos

Requalificação dos jardins históricos.

16.10 — Utilização Racional de Energia

16.10.1 — Agência Regional de Energia e Ambiente

Apoio à ARENA — Agência Regional de Energia e Ambiente para o desenvolvimento, de estudos e projectos com vista à promoção da eficiência energética e da utilização de recursos energéticos endógenos e renováveis.

16.10.2 — Estudos e Projectos

Contratação de serviços destinados à elaboração de estudos e projectos especializados para o sector energético. Contratação de serviços de fiscalização e licenciamento na área dos elevadores.

16.10.3 — PROENERGIA — Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis

Apoio às pequenas e médias empresas, Instituições Particulares de Solidariedade Social associações, sem fins lucrativos e particulares, com vista a fomentar a utiliza-

ção de recursos endógenos e renováveis na produção de energia, com particular destaque para a micro produção de electricidade, aquecimento de água através de painéis solares e utilização de bombas e recuperadores de calor.

16.10.4 — Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia

Promoção de um Sistema Sustentável de Energia, alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico, envolvendo a Universidade dos Açores e o Programa MIT — Portugal.

16.10.5 — Implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios — SCE

Aquisição e desenvolvimento de *software* e aplicações informáticas e de comunicações com vista à implementação do sistema de certificação energética dos edifícios e da qualidade do ar interior, resultante da transposição para a Região da Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

16.10.6 — Desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica dos Açores

Desenvolvimento de uma infra-estrutura piloto com vista à implementação da mobilidade eléctrica nos Açores.

16.10.7 — Apoio à Promoção da Substituição da Utilização de Gases Liquefeitos — Corvo

Criação de incentivos destinados a promover a substituição da utilização de gases de petróleo liquefeitos na produção de águas quentes sanitárias e no aquecimento do ar interior, em cumprimento do estabelecido no artigo 99.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009, de 13 de Outubro.

16.11 — Serviço Público Social

16.11.1 — Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais

Pagamento da iluminação pública das vias de comunicação terrestres regionais da RAA.

16.11.2 — Electrificação de Fajãs — S. Jorge

Electrificação das fajãs de S. João, Saramagueira, Cubres e Caldeira de Santo Cristo.

16.12 — Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia

16.12.1 — Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações

Aquisição de instalações e obras de adaptação.

16.13 — Assuntos do Mar

16.13.1 — Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores

Implementação de acções previstas no âmbito da Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores.

Programa 17 — Protecção Civil

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
17 — Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
17.1 — Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	629 164	629 164	
17.2 — Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	3 627 535	3 627 535	
17.3 — Formação e Informação	556 660	556 660	
17.4 — Serviço Regional de Protecção Civil	4 610 910	4 610 910	

Programação Material

- 17.1 — Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's
- 17.1.1 — Prontos-Socorros Médios
Aquisição de 1 auto-tanque pesado para substituição de outro em fim de vida.
- 17.1.2 — Ambulâncias de Socorro
Financiar a aquisição de 3 ambulâncias de socorro medicalizáveis para a Santa Cruz das Flores, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Financiar a aquisição de 3 ambulâncias de transporte para Santa Cruz da Graciosa, Velas e Povoação e 2 ambulância de transporte múltiplo para a Horta e Ponta Delgada.
- 17.1.3 — Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros
Apoiar as AHBV's da RAA para garantir a operacionalidade das viaturas, principalmente as de socorro.
- 17.1.4 — Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's
Apoiar as AHBV's da RAA na aquisição de equipamento diverso, fardamento e mobiliários para os CB's devido ao ingresso de novos elementos nos quadros de pessoal. Aquisição de equipamento de protecção individual para as equipas de combate a incêndios de matérias perigosas e hidrocarbonetos e busca e resgate em edifícios colapsados.
- 17.1.5 — Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento
Aquisição de 1 viatura de transporte de pessoal e equipamento com reboque e 1 viatura táctica todo-o-terreno.
- 17.2 — Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's
- 17.2.1 — Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's
Apoiar as AHBV's da RAA na beneficiação dos respectivos Quartéis.
- 17.2.2 — Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo
Continuação da obra iniciada em 2010.
- 17.2.3 — II Fase do Quartel da Ribeira Grande
Continuação da obra iniciada em 2010.
- 17.2.4 — Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico
Continuação da construção de um anexo com garagem e remodelação do Quartel (II fase).
- 17.2.5 — Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas
Início dos procedimentos, nomeadamente autorização das respectivas Câmaras Municipais, cedência de terrenos por parte das autarquias ou eventual aquisição, elaboração dos projectos de arquitectura, etc..
- 17.2.9 — Ampliação/remodelação do Quartel da AHBV's Sta Cruz das Flores
Obra iniciada em 2010 prevendo-se a conclusão em 2011.
- 17.2.11 — Centro de Formação de Protecção Civil
Continuação e conclusão do investimento em cenários de combate a incêndios de hidrocarbonetos, cenários de incêndios urbanos e industriais, cenários de desencarceramento e cenários de estruturas colapsadas, para que haja seguimento à formação adequada.
- 17.3 — Formação e Informação
- 17.3.1 — Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica

Cumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores.

17.3.2 — Apoios a Diversas Entidades

Cumprimentos dos Protocolos com a Unidade de Socorro da Cruz Vermelha, com a Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas, com a Associação dos Radioamadores; Apoio ao Sata Rally Açores; Apoio ao Rally Ilha Azul no Faial; Apoio ao Rally Sical ilha Lilás; Apoio à AHBV's da Ribeira Grande na deslocação da Equipa de Manobras ao campeonato nacional; realização do Exercício Açor com as Forças Armadas.

17.3.3 — Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco

Cumprimento do Protocolo com a universidade dos Açores, incluindo a assessoria técnico-científica para análise de riscos e vulnerabilidades.

17.3.4 — Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores

Protocolo com a Universidade dos Açores.

17.3.5 — Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil

Formação dos funcionários do SRPCBA, incluindo pessoal operacional.

17.3.6 — Informação, Formação e Sensibilização da População

De modo a reforçar a intervenção junto da população para fomentar e garantir o seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança é necessário alargar os cursos básicos de protecção civil e de suporte básico de vida à população da RAA. Continuação do Projecto para Idosos "Aprender a Socorrer"; implementação nas escolas dos Clubes de Protecção Civil para alunos do 3.º ciclo; divulgação de medidas de auto-protecção através de projectos de sensibilização a crianças do 1.º ciclo e a todas as forças activas da sociedade, nomeadamente, escuteiros, IPSS's, Clubes, fundações, Forças Armadas e Forças de segurança.

17.3.7 — Formação Profissional de Bombeiros

De modo a garantir a qualidade e a capacidade de intervenção bem como a qualificação crescente dos recursos humanos dos CB's é necessário realizar os seguintes cursos: TAS, Recertificações TAS, TAT's, Recertificações TAT's, Salvamento e Desencarceramento, Recertificações de SD, Salvamento em Grande Ângulo, Recertificações de SGA, cursos Condução em Emergência; PHTLS e DAE. Caso não se realizem estes cursos as manutenções das qualificações dos tripulantes de ambulância ficam em perigo.

17.4 — Serviço Regional de Protecção Civil

17.4.1 — Meios e Recursos

Aquisição de 1 compressor táctico de grande capacidade. Aquisição de equipamento e fardamento para o núcleo operacional do SRPCBA, nomeadamente EPI especializados (matérias perigosas).

17.4.2 — Radiocomunicações do SRPCBA

Continuação da aquisição de links de 2GHZ e spares de 13 GHZ; e reforço dos sistemas de comunicação do SRPCBA.

17.4.3 — Meios e Recursos do SRPCBA — Equipamentos para Socorro Imediato

Aquisição de 2 compressores médios para os CB's de Sta. Maria e Sta. Cruz das Flores, bem como 1 compressor

de grande capacidade para a ilha de S. Miguel destinados ao socorro imediato na catástrofe. Aquisição de tendas, contentores, material de escoramento e busca em edifícios colapsados e equipamento para matérias perigosas; aquisição de 2 tendas para operações e triagem em catástrofe.

17.4.4 — Transporte Terrestre de Emergência

Cumprimento dos Protocolos com as AHBV's para fazer face ao transporte terrestre de doentes em emergência.

17.4.5 — Projectos de Cooperação Transnacional — MAC 2007-2013

Promover a realização dos 3 Projectos aprovados no âmbito do PCT MAC Açores, Madeira, Canárias — Bombergis, Plescamac II e Emerne.

17.4.6 — Fundo de Emergência

Transporte de pessoal e equipamento em situação de emergência.

Programa 18 — Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
18 — Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
18.1 — Construção de Estradas Regionais	2 104 557	2 104 557	
18.2 — Reabilitação de Estradas Regionais	13 671 062	13 671 062	
18.3 — Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	1 156 092	1 156 092	
18.4 — SPRHI	589 840	589 840	
18.5 — Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	5 870 905	2 850 905	3 020 000
18.6 — Cooperação com Diversas Entidades	2 664 120	2 664 120	
18.7 — Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	5 145 885	5 145 885	
18.8 — Laboratório Regional de Engenharia Civil	274 270	274 270	
18.9 — Divulgação e Sensibilização	39 220	39 220	

Programação Material

18.1 — Construção de Estradas Regionais

18.1.1 — Variante à ER 1-1.ª, em Rabo de Peixe

Empreitada de construção da variante à ER na freguesia de Rabo de Peixe.

18.1.2 — Estradados Arrastadouros — Variante à ER 1-1.ª na Povoação

Empreitada de Construção de duas passagens hidráulicas na Estrada dos Arrastadouros — Povoação.

18.1.3 — Variante à Vila das Capelas

Elaboração do projecto de execução da Empreitada de Construção da Variante à Vila das Capelas.

18.1.5 — Construção de ligação entre a ER 3-2.ª e a ER 4-2.ª na Ilha Graciosa

Início da Construção da Ligação da ER 3-2.ª com a ER 4-2.ª e construção de uma rotunda junto ao novo arreamento de acesso ao novo Centro de Saúde na Ilha Graciosa.

18.1.6 — Variante à Cidade da Horta — 2.ª Fase

Elaboração do projecto de execução da empreitada de construção da Variante à Cidade da Horta — 2.ª Fase.

18.1.7 — Construção do Acesso à Escola de Agua de Pau — Lagoa

Início da Empreitada de Construção de construção de acesso à escola de Agua de Pau no concelho da Lagoa.

18.2 — Reabilitação de Estradas Regionais

18.2.1 — Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.2 — Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel

Reabilitação de viadutos e de diversos troços de estradas Regionais.

18.2.3 — Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel

Fecho financeiro de empreitadas, reabilitação de diversos troços, serviços de consultaria às SCUT e celebração de Contratos com Câmaras Municipais.

18.2.4 — Beneficiação e Pavimentação de ER na Terceira

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.5 — Pavimentação da ER 1-1.ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Bárbara (às Bombas)

Execução da empreitada de pavimentação da ER 1-1.ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Barbara (às Bombas).

18.2.6 — Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.7 — Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.8 — Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.9 — Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.10 — Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.11 — Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo

Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

18.2.12 — Requalificação Viária

Conservação da Rede Viária dos Açores.

18.2.13 — Requalificação do Parque de Máquinas da SRCTE

Manutenção e funcionamento do Parque de Máquinas da SRCTE.

18.2.14 — Calamidades nas Estradas Regionais da RAA
Conservação da Rede Viária dos Açores.

18.3 — Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer

18.3.1 — Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer

Construção e reabilitação de miradouros e zonas de lazer adjacentes à Rede Viária Regional.

18.3.2 — Integração paisagística da rede viária regional
Integração Paisagística da Rede Viária Regional.

18.4 — SPRHI

18.4.1 — Contratos Programas — Rede Viária
Reorganização financeira dos contratos programas de Estradas Regionais, celebrados com a SPRHI, SA.

18.4.2 — Aquisição de Terrenos de Obras a Cargo da SPRHI

Aquisição de terrenos destinados às obras em execução pela SPRHI, SA

18.5 — Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária

18.5.1 — Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores

Implementação de um serviço de transporte colectivo Regular de Passageiros.

18.5.2 — Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros

Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros na RAA em período de fim-de-semana e em horário nocturno.

18.5.3 — Actualização dos Equipamentos e Softwares de Viação e Trânsito

Actualização e aquisição de *software* destinado aos serviços de viação e trânsito.

18.5.4 — Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros

Introdução de tecnologia Híbrida nos Transportes de Passageiros.

18.5.5 — SIRIART

Apoio à renovação da frota adstrita ao transporte colectivo regular de passageiros.

18.5.6 — Sinalização da Rede Viária Regional

Sinalização Vertical e Horizontal na rede viária regional. Reparação e reposição de infra-estruturas na referida rede.

18.5.7 — Implementação de Tarifas Sociais

Implementação de Tarifas sociais e pagamento de compensações aos concessionários de transporte colectivo de passageiros

18.5.8 — Serviço de Transporte Colectivo na Ilha de Santa Maria

Implementação de um serviço de transporte colectivo de passageiros.

18.6 — Cooperação com Diversas Entidades

18.6.1 — Apoio a Diversas Entidades

Apoios financeiros a diversas entidades.

18.7 — Construção, Ampliação e Remodelação, de Edifícios Públicos

18.7.1 — Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE

Beneficiação e remodelação das Instalações da SRCTE.

18.7.2 — Beneficiações no Palácio da Conceição

Diversas Beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio da Conceição.

18.7.3 — Beneficiações no Palácio de Santana

Diversas Beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio de Santana.

18.7.4 — Palácio dos Capitães Gerais

Diversas Beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio dos Capitães Gerais.

18.7.5 — Jardim dos “Maroiços” na Madalena

Construção de um Jardim público na vila da Madalena.

18.7.6 — Diversas reparações em edifícios públicos

Diversas Reparções em edifícios públicos.

18.7.10 — Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

18.7.11 — Remodelação do edifício do antigo conservatório da Horta

Remodelação do Edifício do Antigo Conservatório da Horta para instalações da ALRAA.

18.7.12 — Edifício dos Paços da Junta Geral

Execução da Requalificação do Edifício dos Paços da Junta Geral em Angra do Heroísmo.

18.7.13 — Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos

Melhoria das acessibilidades em alguns edifícios públicos.

18.7.14 — Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DR Juventude

Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DRJ.

18.7.15 — Reconstrução de um edifício da ALRAA, em Angra do Heroísmo

Reconstrução de um edifício da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo.

18.8 — Laboratório Regional de Engenharia Civil

18.8.1 — Parede de Reacção do LREC

Avaliação do comportamento sísmico de edifícios com estruturas de alvenaria de pedra tradicional e elaboração de um manual de procedimentos técnicos no âmbito da reabilitação e reforço sísmico daqueles edifícios.

18.8.2 — Manutenção de Infra-estruturas e Equipamentos

Manutenção das Infra-estruturas e equipamentos afectos ao LREC.

18.8.3 — Aquisição de Equipamentos

Aquisição de equipamento para sondagens geotécnicas (2009), equipamento triaxial, copactador de provetes, moinho para rocha e compactador de solos. Aquisição de equipamento para a ULMC e ULM.

18.8.4 — Sistema de Qualidade

Implementação e desenvolvimento de um Sistema de Qualidade no LREC.

18.9 — Divulgação e Sensibilização

18.9.1 — Divulgação e Sensibilização

Diversas campanhas de sensibilização das populações.

Programa 19 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
19 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
19.1 — Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	21 622 960	10 076 460	11 546 500
19.2 — Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	42 595 666	4 726 008	37 869 658
19.3 — Dinamização dos Transportes Marítimos	389 258	389 258	

Programação Material

19.1 — Tráfego de Passageiros Inter — Ilhas

19.1.1 — Apoio ao transporte marítimo de passageiros

Apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as Ilhas da Região Autónoma dos Açores ao abrigo do contrato de interesse económico geral celebrado entre a RAA, a Atlânticoline e o FRACDE. Apoio ao transporte marítimo regular no Grupo Central ao abrigo das novas obrigações de serviço público. Aquisição de duas embarcações para o transporte marítimo no Grupo Central.

19.1.3 — Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo

Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo e reforço do enrocamento de protecção do Porto de Pipas.

19.2 — Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários

19.2.1 — Requalificação do Porto da Praia da Vitória

Reestruturação da oficina, construção do armazém e Portaria, código ISPS e rede de incêndios no Porto Praia Vitória.

19.2.2 — Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo

Conclusão financeira das obras de construção do Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo.

19.2.3 — Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta

Continuação das obras de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta — Terminal Norte, rebaixamento da cota de fundação do molhe cais norte do Porto da Horta e aumento da cota de coroamento do terminal de passageiros do porto da Horta.

19.2.4 — Requalificação do Porto da Calheta de S. Jorge

Parqueamento de apoio à gare de passageiros do porto da Calheta.

Núcleo de Recreio Náutico da Calheta de S. Jorge.

19.2.6 — Reordenamento do Porto da Madalena

Construção das Infra-estruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena. Novo Terminal de Passageiros e nova gare do Porto da Madalena. Projecto de Construção do sector de recreio náutico do Porto da Madalena.

19.2.7 — Reordenamento do Porto de S. Roque

Plano de Ordenamento do Porto de S. Roque.

19.2.8 — Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas

Construção do Edifício de Apoio ao Recreio Náutico das Velas de S. Jorge.

Prolongamento do molhe cais do Porto de Velas.

19.2.9 — Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária

Melhoria das condições e dos equipamentos necessários às operações portuárias em diversas infra-estruturas.

19.2.10 — Diversas obras nos portos

Intervenções em infra-estruturas portuárias, designadamente: Construção Oficinas e garagem para máquinas no Porto das Lajes das Flores; ampliação do sector de recreio náutico e sector de pescas da Horta; Reforço da Muralha de Suporte da Rua Gaspar Corte Real e do Cais da Alfândega de A.H.; Reparação/Requalificação do armazém polivalente do Porto da Praia da Graciosa; Projecto para melhoramento da agitação marítima na marina nascente de PDL; Beneficiação das tampas e caleiras do pipeline cais comercial de PDL; Construção de Novas Oficinas de Mecânica da APSM; e Construção de rampas ro-ro nos portos.

19.2.11 — Reordenamento Porto das Lajes das Flores

Reforço da Cabeça do Molhe do Porto das Lajes das Flores e prolongamento do Cais Comercial.

19.2.12 — Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra — II Fase

Apoio à segunda fase do reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo, nomeadamente à requalificação da marginal, do passeio marítimo, do clube náutico e ao arranjo paisagístico da Porta da Prata.

19.3 — Dinamização dos Transportes Marítimos

19.3.1 — Desenvolvimento de sistemas de apoio à monitorização nos portos dos Açores

Desenvolvimento do projecto para a instalação de um sistema GNSS de monitorização permanente nos portos Açores.

Despesas com o funcionamento da rede de bóias ondógrafo.

Apoio a acções, projectos, seminários e outros eventos que permitam a racionalização e a dinamização do sector marítimo e portuário da Região.

Programa 20 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
20 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
20.1 — Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	41 525 222	6 715 222	34 810 000
20.2 — Gestão dos Aeródromos Regionais	2 162 750	2 162 750	
20.3 — Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	22 610 610	22 610 610	
20.4 — Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	39 720	39 720	

Programação Material

20.1 — Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários

20.1.1 — Aeroporto da Ilha do Pico

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente os trabalhos de construção civil para a instalação do equipamento ILS/DME no Aeroporto do Pico e aquisição de terrenos.

20.1.2 — Aeródromo da Ilha de S. Jorge

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente a empreitada de ampliação e alargamento da pista do Aeródromo de S. Jorge.

20.1.3 — Aeródromo da Ilha do Corvo

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente a construção da torre de controlo e o início da construção da nova Aerogare do Aeródromo do Corvo.

20.1.4 — Aeródromo da Ilha da Graciosa

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente a construção do aquartelamento de bombeiros e tanque de abastecimento a viaturas, bem como a aquisição dos terrenos necessários à ampliação da pista do Aeródromo da Graciosa.

20.1.5 — Aerogare Civil das Lajes

Iniciar as empreitadas de “Ampliação e Reordenamento do Parque de Estacionamento das Partidas/Chegadas” e de “Construção do Terminal de Carga” e assegurar os serviços de manutenção e de gestão das infra-estruturas.

20.1.7 — Handlings das Escalas

Modernização dos equipamentos de apoio às assistências de aeronaves nas escalas.

20.1.8 — Espaços Comercializáveis

Modernização e renovação de lojas de vendas.

20.1.9 — Equipamentos da Frota

Renovação e substituição de equipamentos da frota.

20.1.10 — Infra-estruturas para Sistemas de Informação

Substituição e modernização dos meios informáticos.

20.1.11 — Renovação da frota

Compromisso financeiro inerente à aquisição das novas aeronaves da empresa pública regional SATA.

20.2 — Gestão dos Aeródromos Regionais

20.2.1 — Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Esta acção assegurará o contrato de concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.

20.3 — Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas

20.3.1 — Concessão das Rotas Inter-Ilhas

Cumprimento do contrato de obrigações de serviço público, resultantes do contrato de concessão iniciado em Outubro de 2009, por um período de 5 anos.

20.4 — Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos

20.4.1 — Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores

Apoio a acções e seminários com vista à divulgação e promoção do transporte aéreo nos Açores, bem como encargos inerentes aos serviços de aquisição e regularização de terrenos necessários aos investimentos previstos nos aeródromos regionais.

Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação

Programa 21 — Administração Pública, Planeamento e Finanças

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
21 — Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21.1 — Modernização Administrativa	735 962	735 962	
21.2 — Informação de Interesse Público ao Cidadão	3 192 470	2 092 470	1 100 000
21.3 — Serviços Sociais	238 500	238 500	
21.4 — Cooperação com as Autarquias Locais	791 730	791 730	
21.5 — Estatística	231 030	231 030	
21.6 — Planeamento e Finanças	17 053 783	12 453 783	4 600 000

Programação Material

21.1 — Modernização Administrativa

21.1.1 — Acções de Modernização Administrativa

Acções de modernização administrativa

21.1.2 — Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores

Conclusão do desenvolvimento da Fase 2 do SIGRHARA, relativo à Gestão da ADSE. Desenvolvimento do SI-SIADAPRA, aplicação informática para gestão do processo de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores, a disponibilizar a todos os serviços via browser e que se articulará com o SIGRHARA. Desenvolvimento de novas funcionalidades para a Fase 1 do SIGRHARA (módulo de processamento de trabalho extraordinário e motor de abonos).

21.1.3 — Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional

Auditorias externas ao Sistema de Gestão da Qualidade da DROAP, no âmbito da sua certificação segundo a NP EN ISO 9001:2008 e da obtenção do 1.º nível de excelência da EFQM. Execução do projecto “Avaliação dos Serviços”, do ProSiMA e Núcleos para a promoção da Qualidade.

21.1.4 — Reengenharia e desmaterialização de processos

Consolidar os sistemas de informação de suporte aos processos na VPGR, dinamizando a inclusão de novas funcionalidades e valências, tende por fundamento as potencialidades das tecnologias e metodologias das SI/TIC.

21.2 — Informação de Interesse Público ao Cidadão

21.2.1 — Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

Garantia da prestação de apoio aos cidadãos. Aprofundamento e ampliação da infra-estrutura tecnológica da RIAC.

21.3 — Serviços Sociais

21.3.1 — Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos

Apoio às duas associações de funcionários públicos da Região, AFARIT e COOPDELGA, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de Fevereiro. Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2009/A, de 20 de Maio.

21.4 — Cooperação com as Autarquias Locais

21.4.1 — Cooperação Técnica

Apoio técnico aos eleitos locais e funcionários das autarquias locais açorianas.

21.4.2 — Cooperação Financeira com os Municípios

Pagamento dos juros decorrentes dos empréstimos municipais contratados ao abrigo das linhas de crédito regional, para financiamento da parte do investimento municipal não coberta pela participação comunitária (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A). Pagamento de encargos de funcionamento dos Conselhos de Ilha.

21.4.3 — Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas para aquisição de mobiliário, equipamento e *software* informático, e para realização de pequenas obras de beneficiação das sedes das juntas. Participação de investimentos municipais de aquisição/ construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia. (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto).

21.5 — Estatística

21.5.1 — Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística

Realização de inquéritos e divulgação da informação estatística através de publicações e recolha da informação.

21.5.2 — Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac

Execução dos projectos aprovados: Metamac e Contrimac.

21.6 — Planeamento e Finanças

21.6.1 — Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais

Desenvolver as funções e as tarefas como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, do Organismo Inter-médio do POVT e da gestão do Programa de Cooperação Transnacional — MAC.

Implementação das acções de comunicação, publicidade e divulgação previstas nos regulamentos comunitários. Realização de acções de verificação e de acompanhamento.

Implementação da avaliação intercalar 2007-2010 do PROCONVERGENCIA.

Desenvolvimento dos sistemas de gestão, de acompanhamento e de controlo interno.

Encargos submetidos a comparticipação comunitária através das medidas de Assistência Técnica dos Programas.

21.6.2 — Património Regional

Aquisição, valorização e rentabilização do património regional.

21.6.3 — Bonificação de Juros à Economia Empresarial Privada

Assegurar a liquidação das bonificações de juros e comissões resultantes da operacionalização e gestão das Linhas de Crédito “Açores Investe”, “Açores Empresas”, “Açores Empresas II”, “Linha de Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária” e a criação de novos instrumentos de apoio financeiro às empresas açorianas.

21.6.4 — Reestruturação do Sector Público Empresarial

21.6.5 — Coesão Regional

No âmbito das “Ilhas de Coesão” realça-se a necessidade de dar continuidade à execução de diversos projectos de investimento que decorrem em várias ilhas.

Na ilha de Santa Maria prevê-se a conclusão do Projecto de Arquitectura do Campo de Golfe e a aquisição dos respectivos terrenos e ainda a elaboração do plano de ordenamento dos terrenos não afectos à actividade aeroportuária do aeroporto de Santa Maria.

Na ilha das Flores, em sequência à Reabilitação do Edifício da Fábrica da Baleia e sua adaptação a Museu, decorrerá a implementação das obrigações e especificações advenientes do projecto temático desenvolvido para o efeito.

Na ilha de São Jorge preconiza-se a finalização da empreitada de adaptação do Centro Pastoral da Calheta a Pousada da Juventude, bem como o início dos trabalhos de construção do Parque de Campismo na Caldeira do Santo Cristo.

Serão desenvolvidos novos projectos de investimento que resultem da análise no âmbito do Plano Estratégico da Coesão dos Açores, PECA.

Programa 22 — Cooperação Externa e Migrações

Programação Financeira

Euros

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
22 — Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	
22.1 — Cooperação Externa	651 640	651 640	
22.2 — Emigrado/Regressado	245 420	245 420	
22.3 — Identidade Cultural	964 020	964 020	
22.4 — Imigrado	295 520	295 520	

Programação Material

22.1 — Cooperação Externa

22.1.1 — Representação e Promoção Externa da Região
Dinamização e aprofundamento da relação com Estados, Entidades Territoriais, Instituições e Organismos Externos. Consolidação da Cooperação e intervenção externa da Região com particular incidência em territórios insulares, regiões ultraperiféricas, territórios com ligações históricas e culturais, bem como interesse económico e político estratégico para a Região, por meio da promoção externa da Região, do estabelecimento e aprofundamento de relações, actividades, protocolos e ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para aquele fim.

22.1.2 — Relações com Organismos de Cooperação Inter-Regional, Organizações e Associações Internacionais
Representação e participação da Região nas actividades de organismos e entidades de cooperação e ou representação inter-regional (por ex: Comité das Regiões, Assembleia das Regiões da Europa, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, Conferência dos Presidentes RUP, Rede NRG4SD, etc.), bem como relações com Organizações Internacionais, em particular com as instituições da União Europeia e com organizações e programas no âmbito das Nações Unidas, incluindo a promoção e apoio a estágios e formação junto dessas instituições. Desenvolvimento de protocolos, parcerias e iniciativas com Instituições, Organismos e ou entidades, nacionais ou estrangeiras que sejam relevantes no âmbito do trabalho desenvolvido pelos organismos de cooperação inter-regional e pelas Instituições comunitárias.

22.1.3 — Promoção e Divulgação de Questões Europeias
Promoção e divulgação na Região das actividades das entidades inter-regionais e organizações internacionais, em particular da União Europeia (ex: consultas públicas, comemorações dias europeus, etc), bem como promoção e divulgação da Região nestas entidades e nas respectivas actividades.

22.1.4 — Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia

Apoio especializado com vista ao fortalecimento da participação da Região nos processos de consulta pública, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União Europeia.

22.2 — Emigrado/Regressado

22.2.1 — Integração

Apoio técnico, documental, (in)formativo e cultural, aos emigrados e regressados.

22.2.2 — Protocolos de Cooperação

Protocolos de cooperação com entidades, instituições e organizações de índole social e de solidariedade, com o objectivo da integração plena nas sociedades de acolhimento.

22.2.4 — Encontros/Seminários

Encontros temáticos (com Organizações Serviço Social, Projecto Regressos, Rede Interinstitucional Açores — Comunidades, Encontro Saudades dos Açores, entre outros) com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e socialização dos emigrados.

22.2.5 — Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre os movimentos emigratórios e ou sobre regressos à RAA; Formação e informação com objectivo da integração emigrado/regressado.

22.3 — Identidade Cultural

22.3.1 — Açorianidade e Raízes

Ciclos de conferências no Canadá, Estados Unidos e Brasil, intercâmbios escolares entre os Açores e as Comunidades; Raízes e Juventude.

22.3.2 — Comunicação Açores/Comunidades

Apoio à divulgação de programas culturais e informativos — televisivos, radiofónicos e da imprensa com temática açoriana, nas comunidades emigradas; apoio à divulgação de programas nos OCS locais sobre as vivências dos emigrados e descendentes, na RAA.

22.3.3 — Preservação da Identidade Cultural

Apoio bibliográfico, áudio e videográfico, bem como instrumental, de temática histórica ou de cultura tradicional às entidades colaboradoras, aos movimentos associativos e agentes culturais.

22.3.4 — Encontro Intercomunitário

Encontros temáticos com debates, reflexão, apresentação de trabalhos e linhas orientadoras acerca de assuntos relevantes para as Comunidades e para os Açores, na perspectiva de maior cooperação e divulgação da nova imagem dos Açores nos Estados, Províncias e Regiões, em que as comunidades emigradas possam constituir pontes com as sociedades locais e poderes político e económico, de modo a acrescentar mais-valias à RAA.

22.3.5 — Divulgação Artística

Apoio à divulgação cultural e artística produzidas na RAA e nas Comunidades emigradas; apoio à distribuição de material bibliográfico, áudio e videográfico dos novos valores emergentes.

22.3.6 — Protocolos de Cooperação

Protocolos de Cooperação com Casas dos Açores, instituições sem fins lucrativos e associações várias no âmbito da identidade cultural.

22.3.7 — Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidaturas que visem a apresentação e divulgação da cultura açoriana, bem como de projectos informativos sobre a RAA e sobre as suas Comunidades dispersas pelo Mundo.

22.4 — Imigrado

22.4.1 — Integração

Apoio técnico, documental, (in)formativo e cultural, aos imigrados na RAA.

22.4.2 — Protocolos de Cooperação

Protocolos com entidades, instituições e associações de solidariedade, com o objectivo da inclusão social dos imigrados na RAA.

22.4.3 — Estudo sobre Imigração

Publicação de estudos efectuados; Novos estudos e apoios a pesquisas sobre a imigração nos Açores.

22.4.4 — Encontros/Seminários

Conferências e Encontros temáticos com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e socialização dos imigrados.

22.4.5 — Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidaturas que visem: estudos sobre movimentos imigratórios na RAA; formação e informação com o objectivo da integração do imigrado.

VI — Os Programas e Iniciativas Comunitárias Disponíveis para a Região

O Governo dos Açores delineou uma estratégia própria e diferenciada em matéria de afectação dos fundos comunitários, para o período de programação 2007-2013 da política europeia de coesão.

Com efeito, em primeira linha, foi decidido pela concentração dos meios financeiros em instrumentos de programação de âmbito regional, situação diversa da do anterior período, em que alguns apoios aos agentes regionais se encontravam em programas operacionais de âmbito sectorial/nacional. A única excepção prende-se com o Fundo de Coesão em que, por imperativo regulamentar, toda a intervenção no país fica consagrada num único programa, mas mesmo aí, as intervenções a participar na Região estarão concentradas num eixo específico e exclusivo. Em segunda linha, foi desenvolvida uma negociação que permitiu um acréscimo substancial dos fundos europeus em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

A reforma da política europeia de coesão e o novo quadro financeiro saído das perspectivas financeiras 2007-2013, originaram a redução do número de instrumentos financeiros, de cinco para três, deixando os fundos destinados ao desenvolvimento do mundo rural e das pescas de ser considerados como fundos estruturais, para serem considerados em linhas orçamentais específicas. Por outro lado, observa-se um acréscimo de programas operacionais, por via da nova regra sobre financiamento, um fundo por cada programa.

O quadro da intervenção da Região tem a seguinte configuração: um programa participado pelo FEDER, o PROCONVERGENCIA, um outro participado pelo fundo FSE, o PRO-EMPREGO, um eixo participado pelo Fundo de Coesão no programa temático nacional, com a designação de Programa Operacional de Valorização do Território — POVT, e ainda a participação da Região no

Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias. As intervenções comparticipadas pelo novo fundo comunitário para o mundo rural, o Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que substitui o anterior FEOGA, estão consubstanciadas num programa que tem a designação de PRORURAL. No caso das pescas, a componente regional recebeu a designação de PROPESCAS, é comparticipada pelo novo Fundo Europeu das Pescas (FEP), que substitui o anterior IFOP.

Em termos financeiros os valores disponíveis de financiamento comunitário para a Região para o período de 2007-2013 atinge os 1,6 milhões de euros para uma despesa pública de investimento de 1,9 mil milhões.

Programas Operacionais 2007-2013

	Unidade: euros		
	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Contribuição Regional
PROCONVERGENCIA	1 190 905 450	966 349 049	224 556 401
PRO-EMPREGO	223 529 413	190 000 000	33 529 413
POVT	100 000 000	70 000 000	30 000 000
PRORURAL	345 113 603	293 346 563	51 767 040
PROPESCA	39 437 713	33 522 057	5 915 656
PCT MAC	6 027 963	5 197 049	830 914
<i>Total</i>	<i>1 905 014 142</i>	<i>1 558 414 718</i>	<i>346 599 424</i>

A seguir apresenta-se uma sinopse das intervenções regionais de programação da política europeia de coesão.



O Programa Operacional dos Açores para a Convergência é um programa participado pelo fundo estrutural FEDER, adoptado pela Decisão da Comissão C (2007) 4625, de 5 de Outubro de 2007, CCI 2007 PT 161 PO 006 e abrange um leque diversificado de sectores e de beneficiários finais das comparticipações comunitárias.

A estratégia de desenvolvimento contida neste instrumento de programação encerra elementos de uma política de coesão económica e social, abarcando um conjunto de domínios estratégicos, com fortes ligações, interdependências e interactividades entre si, envolvendo factores associados à produção e aos mercados, outros relacionados com o factor humano, outros ainda com a dotação e funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio distribuídos pelo território regional.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a selecção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais irá incidir a concentração dos esforços do programa operacional:

i) Qualificação e robustecimento da economia, na perspectiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;

ii) Desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade de vida;

iii) Melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes;

iv) sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos;

v) compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artigo 11.º do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade;

vi) Assistência técnica.

No âmbito da afectação das dotações comunitárias inscritas no PROCONVERGENCIA, a 31 de Agosto de 2010, em termos acumulados desde o início da vigência do actual período de programação, a autoridade de gestão aprovou já 530 candidaturas com um montante de despesa pública associada de 645,2 milhões de euros, a que corresponde uma participação do fundo estrutural FEDER de cerca de 507,7 milhões de euros e representa uma taxa de compromisso (AP/PR) de 52,5% avaliada em termos de fundo.

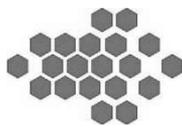
A execução financeira (despesa efectivamente paga) das operações aprovadas ascendeu, em termos acumulados, ao montante de 346,7 milhões de euros de despesa pública, com uma participação FEDER de 275,8 milhões de euros a que corresponde uma taxa de execução de 28,5%.

Execução Financeira por Eixo

31 de Agosto de 2010

	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo)%	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)
<i>Total</i>	1 190 905 450	966 349 049	645 230 275	507 675 859	346 661 979	275 772 777	52,54	28,54
EP I — Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	405 228 651	344 444 353	180 407 651	153 346 504	53 952 495	45 859 621	44,52	13,31
EP II — Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	275 037 039	233 781 483	131 252 441	111 533 296	86 502 624	73 527 230	47,71	31,45
EP III — Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	201 164 364	170 989 709	149 363 778	126 959 212	115 590 055	98 251 546	74,25	57,46
EP IV — Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	173 567 848	147 532 671	66 210 416	56 278 854	36 187 503	30 759 377	38,15	20,85
EP V — Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131 201 666	65 600 833	116 395 988	58 197 994	53 971 160	26 985 580	88,72	41,14
EP VI — Assistência Técnica	4 705 882	4 000 000	1 600 000	1 360 000	458 144	389 422	34,00	9,74

No âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), componente FEDER, reportado a 30 de Junho de 2010, o PROCONVERGENCIA lidera com uma taxa de execução financeira de 25,8%, sendo a média do QREN/FEDER de 12,1%.



PRO-EMPREGO

Este programa operacional assenta numa grande finalidade estratégica que consiste na colocação da intervenção FSE ao serviço de um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas para a RAA no qual a qualificação das pessoas, o papel do conhecimento, a inovação na valorização dos recursos endógenos regionais e a disseminação de uma cultura de empreendimento e de iniciativa assumem um estatuto de prioridade máxima. A percepção dos desafios que tal mudança coloca à coesão social e territorial dos Açores conduz coerentemente à valorização da problemática do desenvolvimento social, incluindo neste domínio uma nova importância ao combate à iliteracia.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PO organiza-se em torno de 6 domínios de intervenção:

Empregabilidade de jovens;

Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado;

Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;

Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;

Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;

Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Estes seis domínios de intervenção são organizados de modo não só a servir os objectivos estruturantes que justificam a sua existência, mas também a dar resposta diferenciada a algumas prioridades transversais de toda a programação FSE.

Assim, os seis domínios devem, na especificidade das suas tipologias de projecto, criar condições para a disseminação de novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos: como complemento fundamental

das políticas de empregabilidade e formação; empreendedorismo de oportunidade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social. Do mesmo modo, a promoção da igualdade de género associada à garantia de mais elevadas taxas de participação e emprego feminino e a valorização das TIC como instrumento de combate aos efeitos penalizadores do isolamento e da fragmentação territorial são também entendidas como prioridades horizontais, dando origem seja as sub-tipologias em determinadas tipologias de projectos dos seis domínios de intervenção seja a critérios de elegibilidade transversais à generalidade das tipologias. As tipologias e subtipologias de projecto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional, identificados no primeiro ponto do documento.

Empregabilidade de jovens

Formação profissional de qualificação inicial;
Transição para a vida activa.

Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado

Formação de activos;
Apoio à inserção das mulheres em meio laboral.

Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo

Fomento e disseminação do empreendedorismo;
Formação profissional intra-empresas.

Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D

Investigação em contexto empresarial;
Formação avançada;
Formação avançada de suporte a projectos de empreendedorismo de base tecnológica.

Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento

Apoio à formação generalizada e especializada em TIC;
Qualificação para a modernização de serviços de Administração Pública.

Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo

Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana;
Projectos-piloto de Formação — Acção para a Inclusão Social;

Apoio à consolidação de um mercado social de emprego;

Qualificação para a modernização das organizações do terceiro Sector.

Em termos financeiros ao PRO-EMPREGO está afecto um envelope financeiro de fundo estrutural FSE de 190 milhões de euros, a que se adiciona 33,5 milhões de contrapartida pública e mais 40 milhões de financiamento privado, podendo, na totalidade, atingir-se cerca de

264 milhões de euros a despesa afecta à execução deste programa operacional.

Até 31 de Agosto de 2010, foram apresentados 757 pedidos de co-financiamento tendo sido aprovados 458 com um montante global de despesa pública de 152.801.876 €, sendo 129.881.594 € do Fundo Comunitário.

Assim, em 31 de Agosto o Pro-Emprego verificava um compromisso de cerca de 68,35%.

Até aquela data, 78 projectos foram arquivados e 121 indeferidos.

Foram ainda efectuados pagamentos aos promotores no montante total de 50.175.032 €, sendo que 44.216.617 € corresponderam à componente Fundo Social Europeu e 5.958.415 € à componente orçamento da Segurança Social. Os referidos pagamentos respeitaram ao pagamento de adiantamentos, reembolsos e saldos finais.

Quanto à despesa validada pela autoridade de gestão, 31 de Agosto de 2010, a mesma ascendeu a 53.752.252 €, dos quais 45.468.693 € corresponderam ao fundo comunitário.

Os projectos aprovados previam a execução de 3.798 Acções de formação, repartidas por 2.221 Cursos e uma participação de 52.713 Formandos.

Acresce referir que em todas as Ilhas do Arquipélago, foi prevista a realização de formação.



REDES E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores no período de programação 2007-2013 estrutura-se e combina duas grandes linhas de orientação: corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projectos relevantes e complementares da intervenção operacional participada pelo fundo estrutural FEDER, designadamente nos eixos prioritários relativos às redes de infra-estruturas de acessibilidades e à valorização e qualificação do sistema ambiental.

Com estes pressupostos, e tendo em consideração que este instrumento financeiro tem o objectivo último de contribuir para o reforço da coesão económica e social, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para os Açores são fixados dois grandes objectivos estratégicos para a intervenção deste fundo:

Melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago, e

Aumentar os níveis de protecção ambiental, no domínio dos recursos hídricos e dos resíduos, e do desenvolvimento sustentável, pelo aproveitamento dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica.

O envelope financeiro deste eixo específico da Região no programa operacional Valorização do Território ascende a 70 milhões de participação comunitária, a que corresponde, para uma taxa média de financiamento de 70% a uma despesa de investimento de cerca de 100 milhões de euros.

Foram apresentadas em 2009 2 candidaturas ao POVT, ambas no domínio das infra-estruturas marítimas: Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Horta e Reordenamento do Porto da Madalena do Pico. A primeira candidatura foi aprovada, contratualizada e encontra-se em

execução, a segunda candidatura foi retirada pelo promotor, tendo sido reformulada e submetida já em 2010.

Em 2009 foi também aprovada uma candidatura que tinha sido submetida no último trimestre de 2008, relativa à Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades, intervenção no domínio do ambiente, que corporiza uma das tipologias de investimento prevista no regulamento específico do eixo.

À data de 31 de Agosto de 2010 o nível de compromisso das 2 candidaturas aprovadas correspondia a um montante total de Fundo de 45 M€, o que traduz uma taxa de compromisso (AP/PR) de 64 %.

A despesa efectivamente paga pelos beneficiários e apresentada em pedidos de pagamento validados ascendeu (em termos de Fundo) a 11,3 M€, o que representa uma taxa de execução (EX/PR) de 16,2 %.

Eixo IV — Redes e equipamentos estruturantes das RAA

Ponto de situação a 31 de Agosto de 2010

(Unidade: euro)

Código operação	Entidade	Designação do Projecto	Valores aprovados		Executado	
			Despesa Total Elegível/Montante de Decisão	Contribuição FC	Despesa elegível	Participação Fundo
POVT-04-0157-FCOES-000001	Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S. A.	Requalificação ambiental das bacias hidrográficas das lagoas das Furnas e Sete Cidades.	16 548 197,00	14 065 968,00	2 222 074,08	1 888 763,04
POVT-04-0157-FCOES-000002	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S. A.	Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta.	36 473 710,05	31 002 653,54	11 125 747,77	9 456 885,60
<i>Total</i>			53 021 907,05	45 068 621,54	13 347 821,85	11 345 648,64

PRORURAL

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

A estratégia de desenvolvimento rural definida para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região propondo-se respostas concretas das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

A estratégia escolhida para o PRORURAL desenvolveu-se em torno de três dimensões: económica, ambiental e social que se entrecruzam e complementam, sendo definido como grande objectivo estratégico global do desenvolvimento rural da Região: a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva e o concomitante desenvolvimento dos sectores agrícola, pecuário e florestal.

O PRORURAL estrutura-se em 5 objectivos estratégicos:

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;

Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;

Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;

Reforçar a coesão territorial e social;

Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

A operacionalização do PRORURAL assenta nos seguintes eixos de intervenção:

Eixo 1 — Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

Domínios Prioritários

Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal, promovendo a formação e qualificação das pessoas em actividade no sector, os serviços e as acções destinados à divulgação e actualização contínua de conhecimentos, assim como o rejuvenescimento da população agrícola e alterações estruturais significativas em explorações transferidas.

Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-florestal, através da promoção da cooperação e da organização para o mercado de todos os agentes que actuam nas diversas fileiras de produção; da criação de novos produtos, processos e tecnologias que valorizem as produções regionais, de investimentos materiais e imateriais destinados à modernização e reestruturação das empresas do sector e ao aumento da qualidade e do valor acrescentado da produção; do apoio à adaptação das explorações a normas mais exigentes; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais.

Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, através do desenvolvimento e requalificação da rede de caminhos agrícolas e rurais e das estruturas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica; de operações relacionadas com o ordenamento agrário e a estruturação fundiária, e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da actividade florestal.

Estas prioridades e respectivos domínios de actuação responderão ao objectivo estratégico de “Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal”.

O Eixo 1 concretiza-se através de 12 Medidas.

Eixo 2 — Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Domínios Prioritários

Da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas, através de apoios à manutenção da actividade agrícola em todo o território da região (zona desfavorecida).

Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas, através do incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, nomeadamente nas zonas Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; e do apoio a investimentos não produtivos com objectivos ambientais.

Promoção da gestão sustentável das terras florestais, através do apoio ao alargamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais, nomeadamente nas zonas Natura 2000, contribuindo para a protecção da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas florestais, a atenuação das alterações climáticas, o reforço do papel protector das florestas quanto aos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais no potencial silvícola.

O Eixo 2 concretiza-se através de 4 Medidas.

Eixo 3 — Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

Domínios Prioritários

Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural, através da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, da criação e desenvolvimento de microempresas e do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.

Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da criação e desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e população rurais e da promoção da conservação e valorização do património rural.

Desenvolvimento de competências ao nível local, através da promoção do potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local e da aquisição de competências com vista à animação e preparação e execução de estratégias locais de desenvolvimento.

O Eixo 3 concretiza-se através de 4 Medidas.

Eixo 4 — LEADER

Domínios Prioritários

A integração da Abordagem LEADER na programação, através da prossecução dos objectivos do Eixo 3, incluindo a execução de estratégias locais de desenvolvimento, a execução de projectos de cooperação, o funcionamento dos GAL e a aquisição de competências e a animação dos territórios.

Eixo 5 — Assistência técnica

Respeita às actividades de preparação, coordenação, informação, gestão controlo acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

As medidas abrangem a totalidade do território da Região Autónoma dos Açores e serão executadas no período compreendido entre 01/01/2007 e 31/12/2015.

Em termos financeiros o PRORURAL foi aprovado pelo valor global de despesa de 377,8 milhões de euros, a que corresponde 274,5 milhões de euros de comparticipação FEADER, 48,4 milhões de comparticipação do orçamento regional e uma contrapartida privada de 54,9 milhões de euros.

Em 2010 a comparticipação comunitária foi reforçada em 20 milhões de euros, a que corresponde um total de 403,8 milhões de despesa total.

Até esta data registaram-se aprovações no valor de 132 997 405,26€ e pagamentos no valor de 84.413.012,45 €, do montante inscrito no PRORURAL, de acordo com o quadro seguinte:

N.º de Pedidos de Apoio e Montantes Aprovados no âmbito do PRORURAL

Eixo	Medida	N.º de Pedidos de Apoio Aprovados	Despesa Pública Aprovada (FEADER+ORAA)
1	1.2 — Instalação de Jovens Agricultores	39	1 392 500,00
	1.3 — Reforma Antecipada	45	8 360 779,39
	1.5 — Modernização das Explorações Agrícolas	337	29 906 698,40
	1.6 — Melhoria do Valor Económico das florestas	43	2 062 298,73
	1.7 — Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	8	14 705 394,42
	1.11 — Melhoria e Desenvolvimento de Infra-Estruturas	30	11 721 11 90
	<i>Subtotal</i>	502	68 148 790 84
2	2.1 — Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	3 665	39 278 161,56
	2.2 — Pagamentos Agro-ambientais	1 417	30 337 538,68
	2.4 — Gestão do Espaço Florestal	1	3 636 799,91
<i>Subtotal</i>	5 083	73 252 500,42	
4	4.1 — Estratégias Locais de Desenvolvimento	43	1 482 116,71
	4.3 — Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação dos Territórios	11	3 581 786,80
	<i>Subtotal</i>	54	5 063 903,51
<i>Total</i>	5 639	146 465 194,77	



O Programa PROPESCAS assenta no apoio ao investimento no âmbito dos projectos co-financiados pelo Fundo Europeu das Pescas visando, numa abordagem sistémica, a criação das condições para a competitividade e sustentabilidade, a longo prazo, do sector pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente racionais; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização e o reforço da competitividade da actividade produtiva empresarial, com a diversificação, inovação, acréscimo de mais-valias e garantia da qualidade dos produtos da pesca.

O desenvolvimento sustentável do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores depende de uma visão estratégica comum, de uma política integrada, de um melhor conhecimento científico e técnico, da cooperação institucional entre os parceiros do sector, da valorização dos profissionais e da sua participação activa em sistemas de governação responsáveis e eficazes de forma, a que o sector das pescas se torne mais competitivo num quadro de globalização a nível mundial.

Importa realçar a discriminação positiva que, nos termos do artigo 299.º do Tratado, foi assegurada aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica.

Assim, as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupõem a inclusão no PROPESCAS, dos seguintes eixos prioritários:

Eixo Prioritário 1 — Adaptação da Frota de Pesca

Apoiar a modernização das embarcações de pesca, com vista à melhoria das condições de trabalho e operacionalidade das mesmas, nomeadamente quanto à segurança a bordo, condições de higiene, preservação da qualidade do pescado, selectividade das artes e das operações de pesca e racionalização dos custos energéticos. Os investimentos em selectividade podem visar substituição das artes de pesca, experimentação de novas medidas técnicas, a redução do impacto da pesca nas espécies sem valor comercial e a protecção das capturas e artes de pesca de predadores selvagens protegidos.

Eixo Prioritário 2 — Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e Aquicultura

Apoiar investimentos relativos à construção/modernização de estabelecimentos e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à introdução da actividade aquícola no arquipélago com boas perspectivas de absorção pelo mercado, incluindo em mar aberto. Apoiar a construção e modernização de unidades industriais visando a introdução de novas técnicas, novas tecnologias, a qualificação dos recursos humanos e a diversificação da produção, em ajuste à evolução do mercado, com vista ao aumento do valor acrescentado e à melhoria das condições de higiene, salubridade e qualidade dos produtos, contemplando, entre outras, a indústria conserveira regional; aquisição de equipamentos necessários ao processo produ-

tivo, mais eficientes e respeitadores do ambiente, nomeadamente em termos de rendimento energético, consumo de água e tratamento de resíduos; Apoiar investimentos que tenham por objectivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e da aquicultura; a dinamização dos circuitos de comercialização nos mercados externos e estimular a introdução de tecnologias inovadoras, através do apoio a projectos que incluam parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

Eixo Prioritário 3 — Medidas de Interesse Geral

Visa melhorar as condições infra-estruturais, técnicas e profissionais, organizativas e de conhecimento necessárias ao desenvolvimento sustentável das actividades do sector da pesca e aquicultura, com vista a um aproveitamento racional das potencialidades dos recursos naturais, materiais e humanos disponíveis. Apoiar o investimento público ou privado em áreas próprias e adjacentes dos portos e núcleos de pesca, locais de desembarque e abrigos, visando na sua globalidade a melhoria estrutural, operacional e funcional de toda a actividade desenvolvida na pesca, de forma a garantir a qualidade dos produtos, aumentar a competitividade e a produtividade das actividades desenvolvidas, designadamente através de infra-estruturas marítimas não pesadas, garantindo melhores condições de abrigo e operacionalidade a pessoas e embarcações; instalações e equipamentos de molde a criar boas condições para a movimentação de pescado, de trabalho e de segurança; instalações de manutenção ou reparação das embarcações de pesca; adequação e modernização das condições estruturais, técnico-funcionais e hígio-sanitárias nas áreas de venda, transformação e comercialização do pescado, bem como meios e equipamentos que permitam minimizar impactes ambientais. Apoiar a promoção e valorização dos produtos da pesca e da aquicultura, seja através do desenvolvimento de novos mercados, seja através da demonstração ao consumidor das virtualidades destes produtos, visando o aumento do seu valor acrescentado; realização de campanhas de promoção dos produtos da pesca e da aquicultura e em geral do sector da pesca; promoção de produtos obtidos por métodos pouco prejudiciais para o ambiente, bem como de produtos já certificados ou de apoio à certificação da qualidade; realização de missões de estudos ou comerciais e de estudos de mercado. Apoiar projectos-piloto com o objectivo de testar, experimentar e demonstrar, em condições próximas das condições reais do sector produtivo, a fiabilidade técnica e a viabilidade económica de uma tecnologia inovadora e divulgar conhecimentos e resultados obtidos, com acompanhamento técnico ou científico, dirigidos para as vertentes fabris e produtiva, técnicas e de gestão racional das pescas, da eficiência energética de equipamentos ou artes de pesca e do impacto ambiental; a transformação de embarcações de pesca, para fins de formação ou de investigação no sector das pescas ou outras actividades não ligadas à pesca mas que possam contribuir para a preservação do seu património cultural e tradições.

Eixo Prioritário 4 — Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca

Apoiar as comunidades piscatórias na criação de condições intrínsecas que conduzam a novas fontes sustentáveis de rendimento e de qualidade de vida, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno; visa potenciar as oportuni-

dades existentes nas zonas de pesca identificadas e apoiar a criação de condições adequadas que, ultrapassando os estrangulamentos existentes e potenciando a utilização dos recursos locais, promova o seu desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas respectivas comunidades, mediante o reforço da competitividade das zonas de pesca e valorização dos produtos, diversificação e reestruturação das actividades económicas e sociais, promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades e aquisição de competências individuais, colectivas e de cooperação.

Eixo Prioritário 5 — Assistência Técnica

A inclusão deste eixo é justificada pela necessidade de garantir as condições necessárias à implementação e funcionamento do sistema e estrutura de gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação do PROPES-CAS, visando o sucesso da estratégia de desenvolvimento definida para o sector.



O Programa de Cooperação Transnacional Açores — Madeira — Canárias, para o período de programação 2007-2013, constitui uma aposta na cooperação como elemento de valor para o desenvolvimento integrado das regiões envolvidas e destas com os países terceiros circunvizinhos.

O objectivo global que sustenta a estratégia adoptada no Programa consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visa o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

Os objectivos específicos que contribuirão para alcançar os eixos estratégicos do Programa, em coerência com o objectivo global são os seguintes:

Promover a I+D+i para superar o atraso das regiões do espaço em relação ao continente.

Aumentar o nível de protecção e melhorar a gestão das zonas costeiras e dos recursos marinhos.

Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos, da energia (especialmente renováveis) e dos resíduos.

Prevenir os riscos sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes naturais.

Favorecer o desenvolvimento dos países terceiros vizinhos.

Reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos das três regiões e dos países terceiros vizinhos.

Os Eixos Estratégicos definidos para a consecução dos objectivos globais e específicos do programa são os seguintes:

Eixo 1 — Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade de Informação;

Eixo 2 — Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos;

Eixo 3 — Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança;

Eixo 4 — Assistência Técnica

O Eixo 1 estabelece como prioridades o desenvolvimento de áreas de Investigação, Inovação e de Desenvolvimento Tecnológico com aplicação no tecido produtivo dos territórios do espaço, de redes transnacionais de cooperação e transferência tecnológica e científica, em áreas como os transportes, a biodiversidade, a saúde e a inovação em gestão turística e a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a redução da problemática relacionada com a fragmentação insular e o afastamento do espaço de cooperação, em áreas como a administração electrónica, a gestão urbanística e territorial, a educação, a informação socioeconómica e ambiental, entre outras.

No Eixo 2 são definidas como prioridades a prevenção de riscos naturais (sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes), a gestão sustentável dos recursos hídricos, a energia e os resíduos, a protecção e gestão de zonas costeiras e recursos marinhos e a segurança marítima e costeira.

Por último, no eixo 3 são definidos como objectivos o impulsionamento do desenvolvimento de um espaço comum de crescimento e integração económica, social e cultural entre as regiões ultraperiféricas da Macaronésia e os países terceiros vizinhos através de acções de cooperação com benefício mútuo, o favorecimento de estabelecimento de laços estáveis de cooperação institucional, o de servir como experiência piloto de cooperação territorial entre a União Europeia e os países terceiros através da implementação de fórmulas operativas de coordenação dos fundos FEDER e FED e o reforço do papel das regiões ultraperiféricas como plataforma para a cooperação territorial entre a União Europeia e os países vizinhos.

O Plano Financeiro Conjunto do Programa apresenta um custo total previsto que ascende a 65.169.525 euros e a comparticipação do FEDER a 55.394.099 euros, que corresponde a uma taxa máxima de ajuda comunitária de 85 % para a zona transnacional.

A percentagem de contrapartidas nacionais, que ascende a 15 %, resulta do nível de contrapartidas propostas por cada Estado-Membro. Este montante de recursos nacionais atinge os 9.775.426 Euros, procedentes do sector público.

A Região Autónoma dos Açores e da Madeira, neste conjunto, têm disponível, cada uma, a comparticipação FEDER de 5.197.049,50€. A Comunidade Autónoma de Canárias, por seu turno, dispõe de uma comparticipação FEDER de 45.000.000€.

A repartição do FEDER, para a Região Autónoma dos Açores, estrutura-se da seguinte forma:

PCT-MAC — Repartição por Eixo Prioritário

Unidade: euros	
Eixos Prioritários	FEDER
Eixo 1: Promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade da informação. . .	2 314 671
Eixo 2: Consolidação da gestão do meio ambiente e da prevenção de riscos	1 820 555

Unidade: euros	
Eixos Prioritários	FEDER
Eixo 3: Cooperação com países terceiros e articulação de grande vizinhança	750 000
Eixo 4: Assistência Técnica	311 823
<i>Total</i>	5 197 049

Em termos de aprovações de projectos, procedeu-se ao lançamento de 2 convocatórias, que deram origem à aprovação de 55 projectos com participação de parceiros açorianos.

No ano de 2008, procedeu-se ao lançamento da 1.ª Convocatória para a apresentação de projectos aos Eixos 1 e

2 do Programa, que decorreu de 1 de Setembro a 30 de Outubro. Em Maio de 2009, houve lugar à aprovação dos projectos apresentados, sendo que, com a participação de entidades dos Açores, foram aprovados 44 projectos com a atribuição de uma comparticipação FEDER de mais de 4 milhões de euros.

No final do ano de 2009, procedeu-se ao lançamento da 2.ª convocatória do Programa, dirigida exclusivamente para o Eixo 3 — Cooperação com Países Terceiros e Grande Vizinhança. Desta convocatória, resultou a aprovação, por parte do Comité de Gestão do Programa celebrado em Junho de 2010, de 11 projectos desenvolvidos por entidades açorianas.

Apresenta-se de seguida o ponto de situação actualizado a 31 de Agosto de 2010.

PCT-MAC — Ponto de situação a 31 de Agosto de 2010

Eixos	Proj. Aprovados	Programado		Aprovado		Executado	
		Despesa pública	FEDER	Despesa pública	FEDER	Despesa pública	FEDER
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
Eixo I	30	2 723 142	2 314 672	2 819 915	2 396 928	257 222	218 639
Eixo II	14	2 141 830	1 820 555	2 142 855	1 821 427	19 427	16 513
Eixo III	11	882 353	750 000	882 353	750 000		
<i>Total</i>	55	5 747 325	4 885 227	5 845 123	4 968 354	276 649	235 152

Investimento Público 2011

Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
Total		801 321 424	506 675 107	294 646 317
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos		188 722 886	101 159 386	87 563 500
1	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
1.1	Construções Escolares	36 903 517	36 903 517	
1 1 1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	1 734 000	1 734 000	
1 1 2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1.º Ciclo (DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto)	681 200	681 200	
1 1 3	Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	24 330	24 330	
1 1 5	Construção da Nova EB 2,3/S das Lajes do Pico	48 660	48 660	
1 1 7	Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau	7 110 780	7 110 780	
1 1 8	Construção da EBI Francisco F. Drumond — São Sebastião	291 951	291 951	
1 1 9	Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	6 829 589	6 829 589	
1 1 10	Assistência técnica e fecho financeiro	447 700	447 700	
1 1 12	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	7 788 829	7 788 829	
1 1 13	Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	48 658	48 658	
1 1 14	Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	97 300	97 300	
1 1 17	Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha — Pico	3 211 689	3 211 689	
1 1 18	Requalificação das instalações para os 2.º e 3.º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho — conjunto II	2 160 591	2 160 591	
1 1 19	Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto	24 330	24 330	
1 1 20	Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia	29 190	29 190	
1 1 21	Grande reparação da EBI da Horta	973 239	973 239	
1 1 22	Requalificação do bloco sul da ES Domingos Rebelo	1 459 860	1 459 860	
1 1 23	Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo	1 605 845	1 605 845	
1 1 24	Grande reparação da EBI de Arrifes	1 946 479	1 946 479	
1 1 25	Requalificação da Escola Profissional das Capelas	389 297	389 297	
1.2	Equipamentos Escolares	778 600	778 600	
1 2 1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	700 600	700 600	
1 2 2	Empréstimo de Manuais Escolares	78 000	78 000	
1.3	Formação Profissional	11 393 150	11 393 150	
1 3 1	Formação do Pessoal Docente e não Docente	245 750	245 750	
1 3 2	Apoio social	11 147 400	11 147 400	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
1.4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	5 129 045	5 129 045	
1 4 1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4 145 975	4 145 975	
1 4 2	Escola Profissional das Capelas	983 070	983 070	
1.5	Tecnologias da Informação e Comunicação	656 937	656 937	
1 5 1	Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	656 937	656 937	
1.7	Projectos Pedagógicos	364 962	364 962	
1 7 1	Avaliação do Sistema Educativo Regional	72 990	72 990	
1 7 3	Projectos de Inovação Pedagógica	291 972	291 972	
2	Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
2.1	Emprego e Formação Profissional	90 378 720	4 057 220	86 321 500
2 1 1	Formação Profissional	63 891 000	891 000	63 000 000
2 1 3	Programas de Estágios Profissionais	6 891 000	891 000	6 000 000
2 1 4	Programas de Emprego	18 680 000	1 980 000	16 700 000
2 1 5	Adequação Tecnológica dos Serviços	30 000	30 000	
2 1 6	Defesa do Consumidor	89 000	89 000	
2 1 7	Estudos, Projectos e Cooperação	178 650	34 650	144 000
2 1 8	Inspeção Regional do Trabalho	377 500		377 500
2 1 10	Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário	241 570	141 570	100 000
3	Juventude	5 419 457	5 419 457	
3.1	Juventude	5 419 457	5 419 457	
3 1 1	Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	973 240	973 240	
3 1 2	Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens	437 950	437 950	
3 1 3	Pousadas de Juventude dos Açores	291 970	291 970	
3 1 4	Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens	467 150	467 150	
3 1 5	Sistema de Informação ao Jovem dos Açores	210 220	210 220	
3 1 6	Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens	282 230	282 230	
3 1 7	Pousada de Juventude do Pico	63 250	63 250	
3 1 8	Pousada de Juventude de Santa Maria	1 482 749	1 482 749	
3 1 9	Cidadania e Incentivo ao Voluntariado	97 320	97 320	
3 1 10	Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens	194 650	194 650	
3 1 11	Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação	144 520	144 520	
3 1 12	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	131 390	131 390	
3 1 13	Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis	148 900	148 900	
3 1 14	Academias de Juventude	201 950	201 950	
3 1 16	Centro de Formação do Belo Jardim	291 968	291 968	
4	Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
4.1	Dinamização de Actividades Culturais	2 669 330	2 569 330	100 000
4 1 1	Escolas de Formação	97 325	97 325	
4 1 2	Edição de Obras de Cariz Cultural	97 325	97 325	
4 1 3	Rede de Leitura Pública	58 390	58 390	
4 1 4	Bolsas para Formação e Criação Artística	97 320	97 320	
4 1 5	Orquestra Regional dos Açores — (Lira Açoriana)	131 380	131 380	
4 1 6	Eventos de Iniciativa Governamental	700 730	700 730	
4 1 7	Arte Contemporânea dos Açores — ArTca	218 980	218 980	
4 1 8	Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	1 073 250	973 250	100 000
4 1 11	Centro Cultural e de Congressos — Miramar	116 780	116 780	
4 1 12	Apoio à Criação do Audiovisual	77 850	77 850	
4.2	Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	20 099 901	20 099 901	
4 2 1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	437 950	437 950	
4 2 2	Inventário do Património Artístico e Cultural	97 325	97 325	
4 2 3	Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	272 500	272 500	
4 2 4	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações	6 826 440	6 826 440	
4 2 5	Investigação Arqueológica	77 850	77 850	
4 2 6	Museus, Bibliotecas e Arquivos	1 576 650	1 576 650	
4 2 7	Museu do Pico — Museu dos Baleeiros	437 960	437 960	
4 2 8	Salvaguarda do Património Baleeiro	48 660	48 660	
4 2 9	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	116 780	116 780	
4 2 10	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	369 825	369 825	
4 2 12	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	243 300	243 300	
4 2 13	Recolhimento de Santa Bárbara — Museu Carlos Machado	38 930	38 930	
4 2 14	Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo	98 307	98 307	
4 2 15	Arquipélago — Centro de Arte Contemporânea	6 618 027	6 618 027	
4 2 17	Valorização e Restauro do Palácio de Santana	14 600	14 600	
4 2 19	Casa-Museu Manuel de Arriaga	875 920	875 920	
4 2 20	Antigo Hospital da Boa Nova	245 772	245 772	
4 2 21	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	875 915	875 915	
4 2 23	Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta	48 650	48 650	
4 2 24	Museu Francisco Lacerda	97 310	97 310	
4 2 25	Museu de Santa Maria	97 310	97 310	
4 2 26	Restauro de Bens Arquivísticos Públicos	194 650	194 650	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
4 2 27	Programa Museológico do Palácio da Conceição — Casa da Autonomia	145 970	145 970	
4 2 28	Convento de Santo André	243 300	243 300	
5	Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
5.1	Instalações e Equipamentos	1 953 615	1 813 615	140 000
5 1 1	Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	170 770	170 770	
5 1 2	Parque Desportivo de São Miguel	481 700	481 700	
5 1 3	Parque Desportivo da Ilha Terceira	270 340	270 340	
5 1 4	Parque Desportivo do Faial	250 680	250 680	
5 1 5	Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações	189 150	49 150	140 000
5 1 6	Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas	465 975	465 975	
5 1 7	Requalificação do Estádio de São Miguel	50 000	50 000	
5 1 8	Requalificação do Polidesportivo do Corvo	75 000	75 000	
5.2	Actividades Desportivas	6 865 800	6 689 800	176 000
5 2 1	Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores	176 950	176 950	
5 2 2	Desporto Escolar	375 570	315 570	60 000
5 2 3	Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão	265 430	265 430	
5 2 4	Actividade Física e Desportiva Adaptada	147 730	131 730	16 000
5 2 5	Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2 950 910	2 850 910	100 000
5 2 6	Apoio às actividades das associações desportivas	2 949 210	2 949 210	
5.3	Promoção e Formação	4 571 485	3 745 485	826 000
5 3 1	Congressos e Seminários, Estudos e Investigação	14 745	14 745	
5 3 2	Estrutura Técnica Associativa	540 670	540 670	
5 3 3	Eventos desportivos, promoção e formação na área do desporto	1 174 990	348 990	826 000
5 3 4	Jogos das Ilhas	294 920	294 920	
5 3 5	Escolinhas do Desporto	285 090	285 090	
5 3 6	Actividades de Treino e Competição	2 162 760	2 162 760	
5 3 7	Actividade Física e Desportiva dos Adultos	98 310	98 310	
6	Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
6.1	Apoio aos Media	1 395 827	1 395 827	
6 1 1	Promedia	589 840	589 840	
6 1 2	Promoção mediática dos Açores no exterior	589 842	589 842	
6 1 3	Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	88 475	88 475	
6 1 4	Portal do Governo	88 370	88 370	
6 1 5	Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	39 300	39 300	
6.2	Jornal Oficial	142 540	142 540	
6 2 2	Acesso à Base de Dados Jurídica	142 540	142 540	
	Promover o Crescimento Sustentado da Economia	294 198 089	182 061 430	112 136 659
7	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
7.1	Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	55 531 730	28 731 730	26 800 000
7 1 1	Reestruturação Fundiária	387 600	87 600	300 000
7 1 2	Abastecimento de Água	12 583 950	583 950	12 000 000
7 1 3	Caminhos Agrícolas	10 583 950	583 950	10 000 000
7 1 4	Electrificação Agrícola	5 083 950	583 950	4 500 000
7 1 5	Caminhos Rurais	5 352 820	5 352 820	
7 1 6	Infra-estruturas Florestais	262 770	262 770	
7 1 7	Infra-estruturas dos Serviços	291 970	291 970	
7 1 8	Infra-estruturas Fitossanitárias	598 140	598 140	
7 1 9	Infra-estruturas Veterinárias	10 635 286	10 635 286	
7 1 10	Infra-Estruturas de Abate	1 459 860	1 459 860	
7 1 11	Parques de Exposições Agro-Comerciais	6 998 254	6 998 254	
7 1 12	Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação	394 120	394 120	
7 1 13	Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	38 930	38 930	
7 1 14	Melhoramento das Infra-estruturas de Abate	860 130	860 130	
7.2	Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	36 722 067	19 827 454	16 894 613
7 2 1	Sanidade Animal	5 690 110	4 490 110	1 200 000
7 2 2	Sanidade Vegetal	788 330	788 330	
7 2 3	Melhoramento Animal	700 730	700 730	
7 2 4	Experimentação e Divulgação Agrária	1 508 520	1 508 520	
7 2 5	Valorização e Qualificação Profissional Agrária	654 039	654 039	
7 2 6	Vulgarização e Extensão Rural	1 388 690	1 388 690	
7 2 7	Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola	399 836	97 320	302 516
7 2 8	Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	17 258 544	5 831 580	11 426 964
7 2 9	Diversificação Agrícola	1 150 663	435 530	715 133
7 2 10	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	564 415	564 415	
7 2 11	Resgate da Quantidade de Referência	1 937 380	1 937 380	
7 2 12	Reforma Antecipada	3 691 930	441 930	3 250 000
7 2 13	Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	441 930	441 930	
7 2 14	Apoio às Organizações de Produtores	546 950	546 950	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
7.3	Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	39 827 187	17 160 520	22 666 667
7 3 1	Apoio à Indústria Agro-alimentar	24 613 147	1 946 480	22 666 667
7 3 2	Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3 333 890	3 333 890	
7 3 3	Regularização de Mercados	10 173 610	10 173 610	
7 3 4	Qualidade e Certificação	632 600	632 600	
7 3 5	Promoção de Produtos Açorianos	1 073 940	1 073 940	
8	Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
8.1	Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	9 392 749	2 242 370	7 150 379
8 1 1	Diversificação da Economia Rural	3 190 607	583 940	2 606 667
8 1 2	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	5 324 092	780 380	4 543 712
8 1 3	Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	878 050	878 050	
8.2	Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	25 695 722	5 695 722	20 000 000
8 2 1	Manutenção da actividade agrícola	11 734 310	1 734 310	10 000 000
8 2 2	Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	11 744 530	1 744 530	10 000 000
8 2 3	Uso Múltiplo da Floresta	1 857 952	1 857 952	
8 2 4	Formação e Informação Florestal	358 930	358 930	
9	Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
9.1	Inspecção e Gestão	1 032 230	1 032 230	
9 1 1	Fiscalização e Inspecção	88 480	88 480	
9 1 2	Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	796 290	796 290	
9 1 3	Congressos e Exposições	49 150	49 150	
9 1 5	Sistema de Acompanhamento Electrónico	98 310	98 310	
9.2	Infra-Estruturas Portuárias	9 580 200	7 580 200	2 000 000
9 2 1	Portos da Região	114 960	114 960	
9 2 2	Programa de apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas	2 850 903	2 850 903	
9 2 3	Protocolos com Associações do Sector	245 770	245 770	
9 2 4	Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	88 476	88 476	
9 2 5	Cooperação com a Direcção de Faróis	60 130	60 130	
9 2 6	Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	5 482 659	3 482 659	2 000 000
9 2 7	Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Rabo de Peixe e Zonas Envolventes	737 302	737 302	
9.3	Frota	8 008 090	8 008 090	
9 3 1	Plano Regional de Renovação da FROTA de PESCA	5 398 420	5 398 420	
9 3 2	FUNDOPESCA	294 920	294 920	
9 3 3	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	45 220	45 220	
9 3 4	Regime de apoio à redução dos custos na actividade da pesca	1 769 530	1 769 530	
9 3 5	Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo da frota de pesca	500 000	500 000	
9.4	Produtos da Pesca	2 460 140	2 460 140	
9 4 1	Cooperação Externa	19 660	19 660	
9 4 2	Mercados e Comercialização	353 910	353 910	
9 4 3	Transformação e Aquicultura	1 769 530	1 769 530	
9 4 4	Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	66 360	66 360	
9 4 5	Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Sta. Maria, Pico, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo	250 680	250 680	
9.5	Formação Profissional	435 150	435 150	
9 5 1	Divulgação	24 580	24 580	
9 5 2	Formação	371 250	371 250	
9 5 3	Estruturas e Equipamentos	39 320	39 320	
9.6	Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	7 982 080	982 080	7 000 000
9 6 1	Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	7 982 080	982 080	7 000 000
10	Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
10.1	Promoção Turística	22 144 564	22 144 564	
10 1 1	Estudos e Concertação da Política de Turismo	48 662	48 662	
10 1 2	Informação Turística	97 320	97 320	
10 1 3	Eventos Promocionais	177 160	177 160	
10 1 4	Viagens Educacionais	221 408	221 408	
10 1 5	Materiais de Promoção	291 972	291 972	
10 1 6	Campanhas Publicitárias	21 308 042	21 308 042	
10.2	Oferta e Animação Turística	486 617	486 617	
10 2 1	Estruturas físicas de apoio	194 650	194 650	
10 2 2	Animação Turística	97 320	97 320	
10 2 3	Qualificação dos Percursos Pedestres e de Outros Produtos Turísticos	194 647	194 647	

		Euros		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
10.3	Investimentos Estratégicos	9 167 130	9 167 130	
10 3 1	Iniciativas Diversas	7 714 560	7 714 560	
10 3 2	Centro Cultural e de Congressos	884 760	884 760	
10 3 3	Desenvolvimento dos Recursos Termais	245 770	245 770	
10 3 5	Termas do Varadouro	73 730	73 730	
10 3 6	Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente	198 310	198 310	
10 3 7	Requalificação da Baía João Câncio	50 000	50 000	
11	Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
11.1	Sistemas de Incentivos	30 855 675	30 855 675	
11 1 1	Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores	29 203 420	29 203 420	
11 1 2	Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo — Empreende Jovem	491 535	491 535	
11 1 3	Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos	983 770	983 770	
11 1 4	Sistema de Incentivos ao Artesanato	176 950	176 950	
11.2	Apoio ao Empreendedorismo	68 820	68 820	
11 2 1	Dinamização do Espírito Empreendedor	68 820	68 820	
11.3	Qualidade e Inovação Tecnológica	270 340	270 340	
11 3 1	Dinamização do Sistema Tecnológico	73 730	73 730	
11 3 2	Promoção da Qualidade	196 610	196 610	
11.4	Apoio à Actividade Empresarial	19 744 929	10 119 929	9 625 000
11 4 1	Valorização dos Recursos Geológicos	98 310	98 310	
11 4 2	Divulgação das Potencialidades Económicas	294 920	294 920	
11 4 3	Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento	1 235 719	1 235 719	
11 4 4	Informações ao Investidor	97 310	97 310	
11 4 5	Apoio ao Cooperativismo	24 580	24 580	
11 4 6	Estudos e Projectos	89 370	89 370	
11 4 7	Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica	17 904 720	8 279 720	9 625 000
11.5	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	519 060	519 060	
11 5 1	Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	34 410	34 410	
11 5 2	Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios	466 960	466 960	
11 5 3	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	17 690	17 690	
11.6	Microcrédito	113 050	113 050	
11 6 1	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	113 050	113 050	
11.7	Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39 720	39 720	
11 7 1	Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39 720	39 720	
12	Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
12.1	Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	12 453 487	12 453 487	
12 1 1	Apoio a instituições de investigação científica	1 001 341	1 001 341	
12 1 2	Projectos de Investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores	383 577	383 577	
12 1 3	Apoio à Formação Avançada	1 459 859	1 459 859	
12 1 4	Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica	486 620	486 620	
12 1 5	Iniciativas de I&D de contexto empresarial	3 362 937	3 362 937	
12 1 6	Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	4 953 800	4 953 800	
12 1 7	Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento	245 003	245 003	
12 1 8	Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	442 380	442 380	
12 1 9	Construções Universitárias da Terceira e da Horta	117 970	117 970	
12.2	Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	788 320	788 320	
12 2 1	Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	262 770	262 770	
12 2 2	Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE	525 550	525 550	
12.3	Comunicações	353 010	353 010	
12 3 1	Promoção/Divulgação/Cooperação	87 580	87 580	
12 3 2	Estação de Rastreo de Satélites, Estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico	265 430	265 430	
12.4	Cartografia	526 022	526 022	
12 4 1	Geodesia e Cartografia	262 770	262 770	
12 4 2	Cadastro Predial	97 320	97 320	
12 4 3	RAEGE	29 190	29 190	
12 4 4	Projectos Comunitários Transnacionais	87 592	87 592	
12 4 5	Informação Geográfica	49 150	49 150	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
	Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	78 830 957	76 830 957	2 000 000
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
13.1	Apoio a Idosos	7 643 878	7 643 878	
13 1 1	Construção de lar nos Arrifês	48 660	48 660	
13 1 3	Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória	725 148	725 148	
13 1 4	Criação de Lar de Idosos na Calheta	2 064 447	2 064 447	
13 1 7	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	262 780	262 780	
13 1 8	Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	973 240	973 240	
13 1 9	Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	97 320	97 320	
13 1 10	Construção de Lar de Idosos no Pico da Pedra	393 228	393 228	
13 1 11	Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe	1 966 140	1 966 140	
13 1 12	Criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu	147 460	147 460	
13 1 13	Construção de lar de idosos em São Brás	565 265	565 265	
13 1 14	Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras	19 470	19 470	
13 1 15	Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo	283 400	283 400	
13 1 16	Criação de centro de dia na Urzelina	97 320	97 320	
13.2	Apoio à Infância e Juventude	3 509 481	3 509 481	
13 2 1	Construção de edifício para creche em Vila Porto	393 232	393 232	
13 2 2	Construção novo edifício para creche em Ponta Delgada	884 759	884 759	
13 2 3	Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifês	1 005 120	1 005 120	
13 2 4	Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	884 763	884 763	
13 2 9	Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa	98 307	98 307	
13 2 13	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	48 660	48 660	
13 2 15	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	97 320	97 320	
13 2 17	Remodelação e ampliação de edifício para criação de novo equipamento de creche na Horta	48 660	48 660	
13 2 18	Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia	48 660	48 660	
13.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1 619 609	1 619 609	
13 3 3	Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande	1 376 299	1 376 299	
13 3 5	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	145 990	145 990	
13 3 7	Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada	97 320	97 320	
13.4	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	11 739 860	9 739 860	2 000 000
13 4 1	Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores — PARESA	2 078 650	78 650	2 000 000
13 4 2	COMPAMID	2 296 800	2 296 800	
13 4 3	Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)	174 650	174 650	
13 4 4	Construção de edifício para serviços de Segurança Social e Casa do Povo — Achadinha	9 730	9 730	
13 4 8	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	9 730	9 730	
13 4 10	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade dos Serviços de Segurança Social	97 310	97 310	
13 4 12	Promoção da qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais na RAA	48 660	48 660	
13 4 13	Adequação tecnológica dos serviços da Segurança Social	24 330	24 330	
13 4 14	Fundo de Compensação Social	7 000 000	7 000 000	
13.5	Igualdade de Oportunidades	1 065 690	1 065 690	
13 5 1	Promoção do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos	242 460	242 460	
13 5 2	Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional	43 800	43 800	
13 5 3	Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias	486 620	486 620	
13 5 4	Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis	175 180	175 180	
13 5 5	Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência	98 170	98 170	
13 5 6	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios, equipamentos e serviços da DRIO	19 460	19 460	
14	Habitação	23 377 230	23 377 230	
14.1	Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	4 394 330	4 394 330	
14 1 1	Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria	442 380	442 380	
14 1 2	Apoio à Aquisição de Habitação Própria	786 460	786 460	
14 1 3	Aquisição de Solos	68 820	68 820	
14 1 4	Apoio ao Arrendamento a Famílias Carenciadas e Jovens	589 840	589 840	
14 1 6	Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	344 080	344 080	
14 1 7	Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	196 610	196 610	
14 1 8	Contrato Programa com a SPRHI, SA — Sismo	1 966 140	1 966 140	
14.2	Recuperação do Parque Habitacional	3 440 750	3 440 750	
14 2 1	Programa de Reabilitação Urbana	1 278 000	1 278 000	
14 2 2	Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico — Colaboração com Autarquias	491 530	491 530	
14 2 3	Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	519 840	519 840	
14 2 4	Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas	491 540	491 540	
14 2 5	Reconstrução de Habitação — Administração Directa — Sismos	442 380	442 380	
14 2 6	Programa de Requalificação Habitacional	217 460	217 460	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
14.3	Promoção de Habitação para Realojamentos	14 885 880	14 885 880	
14 3 1	Acordos de Colaboração RAA/IHRU — PROHABITA	4 915 350	4 915 350	
14 3 2	Cooperação com Autarquias — Acordos Colaboração RAA/IHRU,I.P./Municípios	1 376 300	1 376 300	
14 3 3	Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco	294 920	294 920	
14 3 4	Acordos de Colaboração RAA/IHRU,I.P — PROHABITA em Rabo de Peixe	1 474 600	1 474 600	
14 3 5	Cooperação com Autarquias — Acordos RAA/IHRU,I.P./Município da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe	589 840	589 840	
14 3 7	Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional	445 500	445 500	
14 3 8	Cooperação com Autarquias — Contratos ARAAL	874 020	874 020	
14 3 9	Contratos Programa com a SPRHI, S. A.	4 915 350	4 915 350	
14.4	Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	656 270	656 270	
14 4 1	Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH	98 310	98 310	
14 4 2	Adequação Tecnológica dos Serviços	49 150	49 150	
14 4 4	Observatório Sócio-Habitacional dos Açores	287 620	287 620	
14 4 5	Reabilitação de Equipamentos	221 190	221 190	
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
15.1	Construção de Novas Infra-Estruturas	8 317 591	8 317 591	
15 1 1	Unidades de Saúde	121 890	121 890	
15 1 2	Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	8 190 781	8 190 781	
15 1 3	Centro de Radioterapia dos Açores	4 920	4 920	
15.2	Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	5 274 941	5 274 941	
15 2 1	Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	5 128 971	5 128 971	
15 2 2	Beneficiação de Unidades de Saúde	145 970	145 970	
15.3	Apetrechamento e Modernização	1 313 875	1 313 875	
15 3 1	Equipamentos para Unidades de Saúde	875 918	875 918	
15 3 3	Emergência Médica	437 957	437 957	
15.4	Formação e Iniciativas em Saúde	14 478 662	14 478 662	
15 4 1	Actualização de Profissionais de Saúde	875 830	875 830	
15 4 2	Plano Regional de Saúde	294 920	294 920	
15 4 3	Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	2 555 982	2 555 982	
15 4 4	Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	1 181 080	1 181 080	
15 4 5	Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	1 671 220	1 671 220	
15 4 6	Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade	393 230	393 230	
15 4 7	Parcerias	19 660	19 660	
15 4 8	Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde	19 660	19 660	
15 4 9	Vale Saúde	344 080	344 080	
15 4 10	Plano Regional de Vacinação	1 179 690	1 179 690	
15 4 11	Planos de Contingência — Saúde Pública	9 830	9 830	
15 4 12	Deslocação de Doentes	5 921 190	5 921 190	
15 4 13	Política do Medicamento	12 290	12 290	
15.5	Tecnologias de Informação na Saúde	490 140	490 140	
15 5 1	Sistemas de Informação da Saúde	490 140	490 140	
	Gerir Com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	215 169 417	127 923 259	87 246 158
16	Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	
16.1	Ordenamento do Território	11 946 687	11 946 687	
16 1 1	Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA	126 521	126 521	
16 1 2	Plano e Gestão de Zonas Costeiras	218 979	218 979	
16 1 3	Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	5 110 602	5 110 602	
16 1 5	Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco	145 985	145 985	
16 1 6	Ações de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões	29 190	29 190	
16 1 7	Requalificação e Protecção Costeira	6 315 410	6 315 410	
16.2	Recursos Hídricos	5 112 619	5 112 619	
16 2 1	Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água	194 630	194 630	
16 2 2	Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas	85 930	85 930	
16 2 3	Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática	338 941	338 941	
16 2 4	Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras	369 831	369 831	
16 2 5	Monitorização da Qualidade das Águas Balneares	68 127	68 127	
16 2 6	Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores	243 309	243 309	
16 2 7	Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos	147 660	147 660	
16 2 8	Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos	3 664 191	3 664 191	
16.3	Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	211 180	211 180	
16 3 1	Infra-estrutura informática e de comunicações	97 310	97 310	
16 3 2	Sistema regional de informação georreferenciada	113 870	113 870	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
16.4	Modernização dos Serviços	38 920	38 920	
16 4 1	Formação e Modernização dos Serviços	19 460	19 460	
16 4 2	Estratégia e Planeamento	9 730	9 730	
16 4 3	Informação Geográfica	9 730	9 730	
16.5	Conservação da Natureza	1 985 407	1 985 407	
16 5 1	Biodiversidade	330 901	330 901	
16 5 2	Erradicação de Organismos Invasores	291 972	291 972	
16 5 7	Jardins Botânicos	583 944	583 944	
16 5 9	Parque Natural dos Açores	778 590	778 590	
16.6	Património Mundial	583 890	583 890	
16 6 1	Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	116 780	116 780	
16 6 2	Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	398 990	398 990	
16 6 3	Plano de Intervenção da Montanha do Pico	48 660	48 660	
16 6 4	Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico	19 460	19 460	
16.7	Avaliação Ambiental	479 603	479 603	
16 7 1	Relatório do Estado do Ambiente	19 460	19 460	
16 7 2	Regime Legal de Poluição Sonora	7 590	7 590	
16 7 3	Avaliação do Impacte Ambiental	14 600	14 600	
16 7 4	Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	389 296	389 296	
16 7 7	Monitorização de Áreas Ambientais	48 657	48 657	
16.8	Resíduos	17 226 318	17 226 318	
16 8 1	Gestão de Resíduos	145 970	145 970	
16 8 2	Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	17 031 688	17 031 688	
16 8 3	Remoção de Passivos Ambientais	48 660	48 660	
16.9	Promoção Ambiental	2 705 087	2 705 087	
16 9 1	Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	291 942	291 942	
16 9 2	Rede Regional de Ecotecas	517 274	517 274	
16 9 3	Centros de Interpretação Ambiental	1 411 197	1 411 197	
16 9 4	Jardins Históricos	484 674	484 674	
16.10	Utilização Racional de Energia	1 630 900	1 630 900	
16 10 1	Agência Regional de Energia e Ambiente	70 010	70 010	
16 10 2	Estudos e Projectos	140 100	140 100	
16 10 3	PROENERGIA — Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis	389 260	389 260	
16 10 4	Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia	194 630	194 630	
16 10 5	Implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios — SCE	175 160	175 160	
16 10 6	Desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica dos Açores	175 170	175 170	
16 10 7	Apoio à Promoção da substituição da Utilização de Gases Liquefeitos — Corvo	486 570	486 570	
16.11	Serviço Público e Social	875 830	875 830	
16 11 1	Pagamento da iluminação Pública das Vias Regionais	486 570	486 570	
16 11 2	Electrificação de Fajãs — S. Jorge	389 260	389 260	
16.12	Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	194 630	194 630	
16 12 1	Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações	194 630	194 630	
16.13	Assuntos do Mar	291 940	291 940	
16 13 1	Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores	291 940	291 940	
17	Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
17.1	Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	629 164	629 164	
17 1 1	Prontos-Socorros-Médios	147 460	147 460	
17 1 2	Ambulâncias de Socorro	344 074	344 074	
17 1 3	Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	44 240	44 240	
17 1 4	Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	44 240	44 240	
17 1 5	Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	49 150	49 150	
17.2	Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	3 627 535	3 627 535	
17 2 1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	98 310	98 310	
17 2 2	Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	1 769 527	1 769 527	
17 2 3	II Fase do Quartel da Ribeira Grande	1 081 380	1 081 380	
17 2 4	Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico	388 316	388 316	
17 2 5	Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas	49 150	49 150	
17 2 9	Ampliação/Remodelação do Quartel da AHBV's de Santa Cruz das Flores	196 612	196 612	
17 2 11	Centro de Formação de Protecção Civil	44 240	44 240	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
17.3	Formação e Informação	556 660	556 660	
17 3 1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	121 650	121 650	
17 3 2	Apoios a Diversas Entidades	48 660	48 660	
17 3 3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	70 070	70 070	
17 3 4	Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	175 180	175 180	
17 3 5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	19 460	19 460	
17 3 6	Informação, Formação e Sensibilização da População	43 790	43 790	
17 3 7	Formação Profissional de Bombeiros	77 850	77 850	
17.4	Serviço Regional de Protecção Civil	4 610 910	4 610 910	
17 4 1	Meios e Recursos	14 750	14 750	
17 4 2	Radiocomunicações do SRPCBA	796 290	796 290	
17 4 3	Meios e Recursos do SRPCBA — Equipamentos para Socorro Imediato	88 480	88 480	
17 4 4	Transporte Terrestre de Emergência	3 686 510	3 686 510	
17 4 5	Projecto de Cooperação Transnacional — MAC 2007-2013	19 960	19 960	
17 4 6	Fundo de Emergência	4 920	4 920	
18	Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
18.1	Construção de Estradas Regionais	2 104 557	2 104 557	
18 1 1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	1 600 000	1 600 000	
18 1 2	Estrada dos Arrastadouros — Variante à ER 1-1ª na Povoação	334 247	334 247	
18 1 3	Variante à Vila das Capelas	48 660	48 660	
18 1 5	Construção da Ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª, na Ilha da Graciosa	24 330	24 330	
18 1 6	Variante à Cidade da Horta — 2ª Fase	48 660	48 660	
18 1 7	Construção do Acesso à Escola de Água de Pau — Lagoa	48 660	48 660	
18.2	Reabilitação de Estradas Regionais	13 671 062	13 671 062	
18 2 1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	319 494	319 494	
18 2 2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	2 359 368	2 359 368	
18 2 3	Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel	786 460	786 460	
18 2 4	Beneficiação e pavimentação de ER na Terceira	221 191	221 191	
18 2 5	Pav. ER 1-1ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Barbara (às Bombas)	245 767	245 767	
18 2 6	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	835 608	835 608	
18 2 7	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	1 007 650	1 007 650	
18 2 8	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	221 190	221 190	
18 2 9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	98 310	98 310	
18 2 10	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	3 539 052	3 539 052	
18 2 11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	393 228	393 228	
18 2 12	Requalificação Viária	1 300 600	1 300 600	
18 2 13	Qualificação do Parque de Máquinas da SRCTE	794 810	794 810	
18 2 14	Calamidades nas Estradas Regionais da RAA	1 548 334	1 548 334	
18.3	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	1 156 092	1 156 092	
18 3 1	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	192 682	192 682	
18 3 2	Integração Paisagística da Rede viária Regional	963 410	963 410	
18.4	SPRHI	589 840	589 840	
18 4 1	Contratos Programas — Rede Viária	491 540	491 540	
18 4 2	Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	98 300	98 300	
18.5	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	5 870 905	2 850 905	3 020 000
18 5 1	Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores	500 000		500 000
18 5 2	Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros	1 769 530	1 769 530	
18 5 3	Actualização dos Equipamentos e Softwares de Viação e Trânsito	98 300	98 300	
18 5 4	Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros	491 535	491 535	
18 5 5	SIRIART	1 520 000		1 520 000
18 5 6	Sinalização da Rede Viária Regional	800 000		800 000
18 5 7	Implementação de Tarifas Sociais	491 540	491 540	
18 5 8	Serviço de Transporte Colectivo na ilha de Santa Maria	200 000		200 000
18.6	Cooperação com Diversas Entidades	2 664 120	2 664 120	
18 6 1	Apoios a diversas entidades	2 664 120	2 664 120	
18.7	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	5 145 885	5 145 885	
18 7 1	Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE	507 520	507 520	
18 7 2	Beneficiações no Palácio da Conceição	466 960	466 960	
18 7 3	Beneficiações no Palácio de Santana	933 920	933 920	
18 7 4	Palácio dos Capitães Gerais	466 960	466 960	
18 7 5	Jardim dos “Maroiços” na Madalena	326 870	326 870	
18 7 6	Diversas reparações em edifícios públicos	46 690	46 690	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
18 7 10	Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	326 870	326 870	
18 7 11	Remodelação do Edifício do Antigo Conservatório da Horta	280 175	280 175	
18 7 12	Edifício dos Paços da Junta Geral	933 920	933 920	
18 7 13	Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos	192 920	192 920	
18 7 14	Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DR Juventude	569 690	569 690	
18 7 15	Reconstrução de um edifício da ALRAA, em Angra do Heroísmo	93 390	93 390	
18.8	Laboratório Regional de Engenharia Civil	274 270	274 270	
18 8 1	Parede de Reação do LREC	41 290	41 290	
18 8 2	Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos	26 540	26 540	
18 8 3	Aquisição de Equipamentos	186 780	186 780	
18 8 4	Sistema de Qualidade	19 660	19 660	
18.9	Divulgação e Sensibilização	39 220	39 220	
18 9 1	Divulgação e Sensibilização	39 220	39 220	
19	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
19.1	Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	21 622 960	10 076 460	11 546 500
19 1 1	Apoio ao transporte marítimo de passageiros	20 634 000	9 929 000	10 705 000
19 1 3	Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo	988 960	147 460	841 500
19.2	Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	42 595 666	4 726 008	37 869 658
19 2 1	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	869 180	102 480	766 700
19 2 2	Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo	194 638	194 638	
19 2 3	Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	12 787 890	1 167 890	11 620 000
19 2 4	Requalificação do Porto da Calheta de S.Jorge	259 694	32 770	226 924
19 2 6	Reordenamento do Porto da Madalena	10 103 140	973 140	9 130 000
19 2 7	Reordenamento do Porto de S.Roque	9 730	9 730	
19 2 8	Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas	657 310	97 310	560 000
19 2 9	Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária	4 915 330	715 330	4 200 000
19 2 10	Diversas obras nos portos	10 629 054	763 020	9 866 034
19 2 11	Reordenamento do Porto das Lajes das Flores	1 772 500	272 500	1 500 000
19 2 12	Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra — II Fase	397 200	397 200	
19.3	Dinamização dos Transportes Marítimos	389 258	389 258	
19 3 1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	389 258	389 258	
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
20.1	Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	41 525 222	6 715 222	34 810 000
20 1 1	Aeroporto da Ilha do Pico	981 570	486 570	495 000
20 1 2	Aeródromo da Ilha de São Jorge	5 300 746	2 627 746	2 673 000
20 1 3	Aeródromo da Ilha do Corvo	588 942	291 942	297 000
20 1 4	Aeródromo da Ilha da Graciosa	981 570	486 570	495 000
20 1 5	Aerogare Civil das Lajes	2 822 394	2 822 394	
20 1 7	Handlings das Escalas	750 000		750 000
20 1 8	Espaços Comercializáveis	250 000		250 000
20 1 9	Equipamentos da Frota	11 500 000		11 500 000
20 1 10	Infra-estruturas para Sistemas de Informação	850 000		850 000
20 1 11	Renovação da Frota	17 500 000		17 500 000
20.2	Gestão dos Aeródromos Regionais	2 162 750	2 162 750	
20 2 1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2 162 750	2 162 750	
20.3	Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	22 610 610	22 610 610	
20 3 1	Concessão das Rotas Inter-Ilhas	22 610 610	22 610 610	
20.4	Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	39 720	39 720	
20 4 1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	39 720	39 720	
	Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	24 400 075	18 700 075	5 700 000
21	Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21.1	Modernização Administrativa	735 962	735 962	
21 1 1	Acções de Modernização Administrativa	71 150	71 150	
21 1 2	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores	271 570	271 570	
21 1 3	Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	58 400	58 400	
21 1 4	Reengenharia e Desmaterialização de Processos	334 842	334 842	
21.2	Informação de Interesse Público ao Cidadão	3 192 470	2 092 470	1 100 000
21 2 1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	3 192 470	2 092 470	1 100 000

		Euros		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
21.3	Serviços Sociais	238 500	238 500	
21 3 1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	238 500	238 500	
21.4	Cooperação com as Autarquias Locais	791 730	791 730	
21 4 1	Cooperação Técnica	32 600	32 600	
21 4 2	Cooperação Financeira com os Municípios	77 860	77 860	
21 4 3	Cooperação Financeira com as Freguesias	681 270	681 270	
21.5	Estatística	231 030	231 030	
21 5 1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	181 870	181 870	
21 5 2	Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac	49 160	49 160	
21.6	Planeamento e Finanças	17 053 783	12 453 783	4 600 000
21 6 1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	737 307	737 307	
21 6 2	Património Regional	1 927 000	1 927 000	
21 6 3	Bonificação de Juros à Economia Empresarial Privada	3 359 376	3 359 376	
21 6 4	Reestruturação do Sector Público Empresarial	983 100	983 100	
21 6 5	Coesão Regional	10 047 000	5 447 000	4 600 000
22	Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	
22.1	Cooperação Externa	651 640	651 640	
22 1 1	Representação e Promoção Externa da Região	202 620	202 620	
22 1 2	Relações com Organismos de Cooperação Interregional, Organizações e Associações Internacionais	201 950	201 950	
22 1 3	Promoção e Divulgação de Questões Europeias	149 770	149 770	
22 1 4	Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia	97 300	97 300	
22.2	Emigrado/Regressado	245 420	245 420	
22 2 1	Integração	37 750	37 750	
22 2 2	Protocolos de Cooperação	132 170	132 170	
22 2 4	Encontros/Seminários	66 070	66 070	
22 2 5	Projectos/Candidaturas	9 430	9 430	
22.3	Identidade Cultural	964 020	964 020	
22 3 1	Açorianidade e Raízes	44 600	44 600	
22 3 2	Comunicação Açores/Comunidades	94 400	94 400	
22 3 3	Preservação da Identidade Cultural	188 800	188 800	
22 3 4	Encontro Intercomunitário	191 790	191 790	
22 3 5	Divulgação Artística	76 230	76 230	
22 3 6	Protocolos de Cooperação	188 900	188 900	
22 3 7	Projectos/Candidaturas	179 300	179 300	
22.4	Imigrado	295 520	295 520	
22 4 1	Integração	69 860	69 860	
22 4 2	Protocolos de Cooperação	84 000	84 000	
22 4 3	Estudos sobre Imigração	14 160	14 160	
22 4 4	Encontros/Seminários	118 000	118 000	
22 4 5	Projectos/Candidaturas	9 500	9 500	

Desagregação por Entidade Proponente

				Euros
Entidade	Investimento	Plano	Outros Fundos	
<i>Total</i>	801 321 424	506 675 107	294 646 317	
Presidência	31 883 655	31 783 655	100 000	
Vice-Presidência	22 243 475	16 543 475	5 700 000	
SREF	68 617 111	67 475 111	1 142 000	
SRCTE	55 061 059	52 041 059	3 020 000	
SRE	214 356 091	120 504 933	93 851 158	
SRTSS	139 334 468	51 012 968	88 321 500	
SRES	29 875 209	29 875 209		
SRAF	167 169 455	73 657 796	93 511 659	
SRAM	72 780 901	63 780 901	9 000 000	

Desagregação por Entidade Proponente

		Euros		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
Total		801 321 424	506 675 107	294 646 317
Presidência		31 883 655	31 783 655	100 000
3	Juventude	5 419 457	5 419 457	
3.1	Juventude	5 419 457	5 419 457	
3 1 1	Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	973 240	973 240	
3 1 2	Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens	437 950	437 950	
3 1 3	Pousadas de Juventude dos Açores	291 970	291 970	
3 1 4	Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens	467 150	467 150	
3 1 5	Sistema de Informação ao Jovem dos Açores	210 220	210 220	
3 1 6	Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens	282 230	282 230	
3 1 7	Pousada de Juventude do Pico	63 250	63 250	
3 1 8	Pousada de Juventude de Santa Maria	1 482 749	1 482 749	
3 1 9	Cidadania e Incentivo ao Voluntariado	97 320	97 320	
3 1 10	Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens	194 650	194 650	
3 1 11	Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação	144 520	144 520	
3 1 12	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	131 390	131 390	
3 1 13	Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis	148 900	148 900	
3 1 14	Academias de Juventude	201 950	201 950	
3 1 16	Centro de Formação do Belo Jardim	291 968	291 968	
4	Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
4.1	Dinamização de Actividades Culturais	2 669 330	2 569 330	100 000
4 1 1	Escolas de Formação	97 325	97 325	
4 1 2	Edição de Obras de Cariz Cultural	97 325	97 325	
4 1 3	Rede de Leitura Pública	58 390	58 390	
4 1 4	Bolsas para Formação e Criação Artística	97 320	97 320	
4 1 5	Orquestra Regional dos Açores — (Lira Açoriana)	131 380	131 380	
4 1 6	Eventos de Iniciativa Governamental	700 730	700 730	
4 1 7	Arte Contemporânea dos Açores — ArTca	218 980	218 980	
4 1 8	Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	1 073 250	973 250	100 000
4 1 11	Centro Cultural e de Congressos — Miramar	116 780	116 780	
4 1 12	Apoio à Criação do Audiovisual	77 850	77 850	
4.2	Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	20 099 901	20 099 901	
4 2 1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	437 950	437 950	
4 2 2	Inventário do Património Artístico e Cultural	97 325	97 325	
4 2 3	Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	272 500	272 500	
4 2 4	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações	6 826 440	6 826 440	
4 2 5	Investigação Arqueológica	77 850	77 850	
4 2 6	Museus, Bibliotecas e Arquivos	1 576 650	1 576 650	
4 2 7	Museu do Pico — Museu dos Baleeiros	437 960	437 960	
4 2 8	Salvaguarda do Património Baleeiro	48 660	48 660	
4 2 9	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	116 780	116 780	
4 2 10	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	369 825	369 825	
4 2 12	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	243 300	243 300	
4 2 13	Recolhimento de Santa Bárbara — Museu Carlos Machado	38 930	38 930	
4 2 14	Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo	98 307	98 307	
4 2 15	Arquipélago — Centro de Arte Contemporânea	6 618 027	6 618 027	
4 2 17	Valorização e Restauro do Palácio de Santana	14 600	14 600	
4 2 19	Casa-Museu Manuel de Arriaga	875 920	875 920	
4 2 20	Antigo Hospital da Boa Nova	245 772	245 772	
4 2 21	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	875 915	875 915	
4 2 23	Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta	48 650	48 650	
4 2 24	Museu Francisco Lacerda	97 310	97 310	
4 2 25	Museu de Santa Maria	97 310	97 310	
4 2 26	Restauro de Bens Arquivísticos Públicos	194 650	194 650	
4 2 27	Programa Museológico do Palácio da Conceição — Casa da Autonomia	145 970	145 970	
4 2 28	Convento de Santo André	243 300	243 300	
6	Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
6.1	Apoio aos Media	1 395 827	1 395 827	
6 1 1	Promedia	589840	589840	
6 1 2	Promoção mediática dos Açores no exterior	589842	589842	
6 1 3	Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	88475	88475	
6 1 4	Portal do Governo	88370	88370	
6 1 5	Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	39300	39300	
6.2	Jornal Oficial	142 540	142 540	
6 2 2	Acesso à Base de Dados Jurídica	142 540	142 540	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
22	Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	
22.1	Cooperação Externa	651 640	651 640	
22 1 1	Representação e Promoção Externa da Região	202 620	202 620	
22 1 2	Relações com Organismos de Cooperação Interregional, Organizações e Associações Internacionais	201 950	201 950	
22 1 3	Promoção e Divulgação de Questões Europeias	149 770	149 770	
22 1 4	Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia	97 300	97 300	
22.2	Emigrado/Regressado	245 420	245 420	
22 2 1	Integração	37 750	37 750	
22 2 2	Protocolos de Cooperação	132 170	132 170	
22 2 4	Encontros/Seminários	66 070	66 070	
22 2 5	Projectos/Candidaturas	9 430	9 430	
22.3	Identidade Cultural	964 020	964 020	
22 3 1	Açorianidade e Raízes	44 600	44 600	
22 3 2	Comunicação Açores/Comunidades	94 400	94 400	
22 3 3	Preservação da Identidade Cultural	188 800	188 800	
22 3 4	Encontro Intercomunitário	191 790	191 790	
22 3 5	Divulgação Artística	76 230	76 230	
22 3 6	Protocolos de Cooperação	188 900	188 900	
22 3 7	Projectos/Candidaturas	179 300	179 300	
22.4	Imigrado	295 520	295 520	
22 4 1	Integração	69 860	69 860	
22 4 2	Protocolos de Cooperação	84 000	84 000	
22 4 3	Estudos sobre Imigração	14 160	14 160	
22 4 4	Encontros/Seminários	118 000	118 000	
22 4 5	Projectos/Candidaturas	9 500	9 500	
	Vice-presidência	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21	Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21.1	Modernização Administrativa	735 962	735 962	
21 1 1	Ações de Modernização Administrativa	71 150	71 150	
21 1 2	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores	271 570	271 570	
21 1 3	Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	58 400	58 400	
21 1 4	Reengenharia e Desmaterialização de Processos	334 842	334 842	
21.2	Informação de Interesse Público ao Cidadão	3 192 470	2 092 470	1 100 000
21 2 1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	3 192 470	2 092 470	1 100 000
21.3	Serviços Sociais	238 500	238 500	
21 3 1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	238 500	238 500	
21.4	Cooperação com as Autarquias Locais	791 730	791 730	
21 4 1	Cooperação Técnica	32 600	32 600	
21 4 2	Cooperação Financeira com os Municípios	77 860	77 860	
21 4 3	Cooperação Financeira com as Freguesias	681 270	681 270	
21.5	Estatística	231 030	231 030	
21 5 1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	181 870	181 870	
21 5 2	Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac	49 160	49 160	
21.6	Planeamento e Finanças	17 053 783	12 453 783	4 600 000
21 6 1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	737 307	737 307	
21 6 2	Património Regional	1 927 000	1 927 000	
21 6 3	Bonificação de Juros	3 359 376	3 359 376	
21 6 4	Reestruturação do Sector Público Empresarial	983 100	983 100	
21 6 5	Coesão Regional	10 047 000	5 447 000	4 600 000
	SREF	68 617 111	67 475 111	1 142 000
1	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
1.1	Construções Escolares	36 903 517	36 903 517	
1 1 1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	1 734 000	1 734 000	
1 1 2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	681 200	681 200	
1 1 3	Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	24 330	24 330	
1 1 5	Construção da Nova EB 2,3/S das Lajes do Pico	48 660	48 660	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
1 1 7	Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau	7 110 780	7 110 780	
1 1 8	Construção da EBI Francisco F. Drumond — São Sebastião	291 951	291 951	
1 1 9	Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	6 829 589	6 829 589	
1 1 10	Assistência técnica e fecho financeiro	447 700	447 700	
1 1 12	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	7 788 829	7 788 829	
1 1 13	Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	48 658	48 658	
1 1 14	Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	97 300	97 300	
1 1 17	Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha — Pico	3 211 689	3 211 689	
1 1 18	Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho — conjunto II	2 160 591	2 160 591	
1 1 19	Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto	24 330	24 330	
1 1 20	Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia	29 190	29 190	
1 1 21	Grande reparação da EBI da Horta	973 239	973 239	
1 1 22	Requalificação do bloco sul da ES Domingos Rebelo	1 459 860	1 459 860	
1 1 23	Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo	1 605 845	1 605 845	
1 1 24	Grande reparação da EBI de Arrifes	1 946 479	1 946 479	
1 1 25	Requalificação da Escola Profissional das Capelas	389 297	389 297	
1.2	Equipamentos Escolares	778 600	778 600	
1 2 1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	700 600	700 600	
1 2 2	Empréstimo de Manuais Escolares	78 000	78 000	
1.3	Formação Profissional	11 393 150	11 393 150	
1 3 1	Formação do Pessoal Docente e não Docente	245 750	245 750	
1 3 2	Apoio social	11 147 400	11 147 400	
1.4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	5 129 045	5 129 045	
1 4 1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4 145 975	4 145 975	
1 4 2	Escola Profissional das Capelas	983 070	983 070	
1.5	Tecnologias da Informação e Comunicação	656 937	656 937	
1 5 1	Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	656 937	656 937	
1.7	Projectos Pedagógicos	364 962	364 962	
1 7 1	Avaliação do Sistema Educativo Regional	72 990	72 990	
1 7 3	Projectos de Inovação Pedagógica	291 972	291 972	
5	Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
5.1	Instalações e Equipamentos	1 953 615	1 813 615	140 000
5 1 1	Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	170 770	170 770	
5 1 2	Parque Desportivo de São Miguel	481 700	481 700	
5 1 3	Parque Desportivo da Ilha Terceira	270 340	270 340	
5 1 4	Parque Desportivo do Faial	250 680	250 680	
5 1 5	Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações	189 150	49 150	140 000
5 1 6	Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas	465 975	465 975	
5 1 7	Requalificação do Estádio de São Miguel	50 000	50 000	
5 1 8	Requalificação do Polidesportivo do Corvo	75 000	75 000	
5.2	Actividades Desportivas	6 865 800	6 689 800	176 000
5 2 1	Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores	176 950	176 950	
5 2 2	Desporto Escolar	375 570	315 570	60 000
5 2 3	Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão	265 430	265 430	
5 2 4	Actividade Física e Desportiva Adaptada	147 730	131 730	16 000
5 2 5	Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2 950 910	2 850 910	100 000
5 2 6	Apoio às actividades das associações desportivas	2 949 210	2 949 210	
5.3	Promoção e Formação	4 571 485	3 745 485	826 000
5 3 1	Congressos e Seminários, Estudos e Investigação	14 745	14 745	
5 3 2	Estrutura Técnica Associativa	540 670	540 670	
5 3 3	Eventos desportivos, promoção e formação na área do desporto	1 174 990	348 990	826 000
5 3 4	Jogos das Ilhas	294 920	294 920	
5 3 5	Escolinhas do Desporto	285 090	285 090	
5 3 6	Actividades de Treino e Competição	2 162 760	2 162 760	
5 3 7	Actividade Física e Desportiva dos Adultos	98 310	98 310	
	SRCTE	55 061 059	52 041 059	3 020 000
12	Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
12.1	Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	12 453 487	12 453 487	
12 1 1	Apoio a instituições de investigação científica	1 001 341	1 001 341	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
12 1 2	Projectos de Investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores	383 577	383 577	
12 1 3	Apoio à Formação Avançada	1 459 859	1 459 859	
12 1 4	Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica	486 620	486 620	
12 1 5	Iniciativas de I&D de contexto empresarial	3 362 937	3 362 937	
12 1 6	Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	4 953 800	4 953 800	
12 1 7	Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento	245 003	245 003	
12 1 8	Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	442 380	442 380	
12 1 9	Construções Universitárias da Terceira e da Horta	117 970	117 970	
12.2	Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	788 320	788 320	
12 2 1	Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	262 770	262 770	
12 2 2	Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE	525 550	525 550	
12.3	Comunicações	353 010	353 010	
12 3 1	Promoção/Divulgação/Cooperação	87 580	87 580	
12 3 2	Estação de Rastreamento de Satélites, Estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico	265 430	265 430	
12.4	Cartografia	526 022	526 022	
12 4 1	Geodesia e Cartografia	262 770	262 770	
12 4 2	Cadastro Predial	97 320	97 320	
12 4 3	RAEGE	29 190	29 190	
12 4 4	Projectos Comunitários Transnacionais	87 592	87 592	
12 4 5	Informação Geográfica	49 150	49 150	
17	Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
17.1	Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	629 164	629 164	
17 1 1	Prontos-Socorros-Médios	147 460	147 460	
17 1 2	Ambulâncias de Socorro	344 074	344 074	
17 1 3	Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	44 240	44 240	
17 1 4	Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	44 240	44 240	
17 1 5	Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	49 150	49 150	
17.2	Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	3 627 535	3 627 535	
17 2 1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	98 310	98 310	
17 2 2	Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	1 769 527	1 769 527	
17 2 3	II Fase do Quartel da Ribeira Grande	1 081 380	1 081 380	
17 2 4	Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico	388 316	388 316	
17 2 5	Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas	49 150	49 150	
17 2 9	Ampliação/Remodelação do Quartel da AHBV's de Santa Cruz das Flores	196 612	196 612	
17 2 11	Centro de Formação de Protecção Civil	44 240	44 240	
17.3	Formação e Informação	556 660	556 660	
17 3 1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	121 650	121 650	
17 3 2	Apoios a Diversas Entidades	48 660	48 660	
17 3 3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	70 070	70 070	
17 3 4	Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	175 180	175 180	
17 3 5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	19 460	19 460	
17 3 6	Informação, Formação e Sensibilização da População	43 790	43 790	
17 3 7	Formação Profissional de Bombeiros	77 850	77 850	
17.4	Serviço Regional de Protecção Civil	4 610 910	4 610 910	
17 4 1	Meios e Recursos	14 750	14 750	
17 4 2	Radiocomunicações do SRPCBA	796 290	796 290	
17 4 3	Meios e Recursos do SRPCBA — Equipamentos para Socorro Imediato	88 480	88 480	
17 4 4	Transporte Terrestre de Emergência	3 686 510	3 686 510	
17 4 5	Projecto de Cooperação Transnacional — MAC 2007-2013	19 960	19 960	
17 4 6	Fundo de Emergência	4 920	4 920	
18	Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
18.1	Construção de Estradas Regionais	2 104 557	2 104 557	
18 1 1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	1 600 000	1 600 000	
18 1 2	Estrada dos Arrastadouros — Variante à ER 1-1ª na Povoação	334 247	334 247	
18 1 3	Variante à Vila das Capelas	48 660	48 660	
18 1 5	Construção da Ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª, na Ilha da Graciosa	24 330	24 330	
18 1 6	Variante à Cidade da Horta — 2ª Fase	48 660	48 660	
18 1 7	Construção do Acesso à Escola de Água de Pau — Lagoa	48 660	48 660	
18.2	Reabilitação de Estradas Regionais	13 671 062	13 671 062	
18 2 1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	319 494	319 494	
18 2 2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	2 359 368	2 359 368	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
18 2 3	Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel	786 460	786 460	
18 2 4	Beneficiação e pavimentação de ER na Terceira	221 191	221 191	
18 2 5	Pav. ER 1-1ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Barbara (às Bombas)	245 767	245 767	
18 2 6	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	835 608	835 608	
18 2 7	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	1 007 650	1 007 650	
18 2 8	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	221 190	221 190	
18 2 9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	98 310	98 310	
18 2 10	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	3 539 052	3 539 052	
18 2 11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	393 228	393 228	
18 2 12	Requalificação Viária	1 300 600	1 300 600	
18 2 13	Qualificação do Parque de Máquinas da SRCTE	794 810	794 810	
18 2 14	Calamidades nas Estradas Regionais da RAA	1 548 334	1 548 334	
18.3	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	1 156 092	1 156 092	
18 3 1	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	192 682	192 682	
18 3 2	Integração Paisagística da Rede viária Regional	963 410	963 410	
18.4	SPRHI	589 840	589 840	
18 4 1	Contratos Programas — Rede Viária	491 540	491 540	
18 4 2	Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	98 300	98 300	
18.5	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	5 870 905	2 850 905	3 020 000
18 5 1	Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores	500 000		500 000
18 5 2	Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros	1 769 530	1 769 530	
18 5 3	Actualização dos Equipamentos e Softwares de Viação e Trânsito	98 300	98 300	
18 5 4	Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros	491 535	491 535	
18 5 5	SIRIART	1 520 000		1 520 000
18 5 6	Sinalização da Rede Viária Regional	800 000		800 000
18 5 7	Implementação de Tarifas Sociais	491 540	491 540	
18 5 8	Serviço de Transporte Colectivo na ilha de Santa Maria	200 000		200 000
18.6	Cooperação com Diversas Entidades	2 664 120	2 664 120	
18 6 1	Apoios a diversas entidades	2 664 120	2 664 120	
18.7	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	5 145 885	5 145 885	
18 7 1	Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE	507 520	507 520	
18 7 2	Beneficiações no Palácio da Conceição	466 960	466 960	
18 7 3	Beneficiações no Palácio de Santana	933 920	933 920	
18 7 4	Palácio dos Capitães Generais	466 960	466 960	
18 7 5	Jardim dos “Maroiços” na Madalena	326 870	326 870	
18 7 6	Diversas reparações em edifícios públicos	46 690	46 690	
18 7 10	Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	326 870	326 870	
18 7 11	Remodelação do Edifício do Antigo Conservatório da Horta	280 175	280 175	
18 7 12	Edifício dos Paços da Junta Geral	933 920	933 920	
18 7 13	Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos	192 920	192 920	
18 7 14	Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DR Juventude	569 690	569 690	
18 7 15	Reconstrução de um edifício da ALRAA, em Angra do Heroísmo	93 390	93 390	
18.8	Laboratório Regional de Engenharia Civil	274 270	274 270	
18 8 1	Parede de Reação do LREC	41 290	41 290	
18 8 2	Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos	26 540	26 540	
18 8 3	Aquisição de Equipamentos	186 780	186 780	
18 8 4	Sistema de Qualidade	19 660	19 660	
18.9	Divulgação e Sensibilização	39 220	39 220	
18 9 1	Divulgação e Sensibilização	39 220	39 220	
	SRE	214 356 091	120 504 933	93 851 158
10	Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
10.1	Promoção Turística	22 144 564	22 144 564	
10 1 1	Estudos e Concertação da Política de Turismo	48 662	48 662	
10 1 2	Informação Turística	97 320	97 320	
10 1 3	Eventos Promocionais	177 160	177 160	
10 1 4	Viagens Educacionais	221 408	221 408	
10 1 5	Materiais de Promoção	291 972	291 972	
10 1 6	Campanhas Publicitárias	21 308 042	21 308 042	
10.2	Oferta e Animação Turística	486 617	486 617	
10 2 1	Estruturas físicas de apoio	194 650	194 650	
10 2 2	Animação Turística	97 320	97 320	
10 2 3	Qualificação dos Percursos Pedestres e de Outros Produtos Turísticos	194 647	194 647	

		Euros		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
10.3	Investimentos Estratégicos	9 167 130	9 167 130	
10 3 1	Iniciativas Diversas	7 714 560	7 714 560	
10 3 2	Centro Cultural e de Congressos	884 760	884 760	
10 3 3	Desenvolvimento dos Recursos Termais	245 770	245 770	
10 3 5	Termas do Varadouro	73 730	73 730	
10 3 6	Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente	198 310	198 310	
10 3 7	Requalificação da Baía João Câncio	50 000	50 000	
11	Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
11.1	Sistemas de Incentivos	30 855 675	30 855 675	
11 1 1	Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores	29 203 420	29 203 420	
11 1 2	Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo — Empreende Jovem	491 535	491 535	
11 1 3	Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos	983 770	983 770	
11 1 4	Sistema de Incentivos ao Artesanato	176 950	176 950	
11.2	Apoio ao Empreendedorismo	68 820	68 820	
11 2 1	Dinamização do Espírito Empreendedor	68 820	68 820	
11.3	Qualidade e Inovação Tecnológica	270 340	270 340	
11 3 1	Dinamização do Sistema Tecnológico	73 730	73 730	
11 3 2	Promoção da Qualidade	196 610	196 610	
11.4	Apoio à Actividade Empresarial	19 744 929	10 119 929	9 625 000
11 4 1	Valorização dos Recursos Geológicos	98 310	98 310	
11 4 2	Divulgação das Potencialidades Económicas	294 920	294 920	
11 4 3	Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento	1 235 719	1 235 719	
11 4 4	Informações ao Investidor	97 310	97 310	
11 4 5	Apoio ao Cooperativismo	24 580	24 580	
11 4 6	Estudos e Projectos	89 370	89 370	
11 4 7	Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica	17 904 720	8 279 720	9 625 000
11.5	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	519 060	519 060	
11 5 1	Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	34 410	34 410	
11 5 2	Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios	466 960	466 960	
11 5 3	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	17 690	17 690	
11.6	Microcrédito	113 050	113 050	
11 6 1	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	113 050	113 050	
11.7	Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39 720	39 720	
11 7 1	Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39 720	39 720	
19	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
19.1	Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	21 622 960	10 076 460	11 546 500
19 1 1	Apoio ao transporte marítimo de passageiros	20 634 000	9 929 000	10 705 000
19 1 3	Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo	988 960	147 460	841 500
19.2	Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	42 595 666	4 726 008	37 869 658
19 2 1	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	869 180	102 480	766 700
19 2 2	Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo	194 638	194 638	
19 2 3	Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	12 787 890	1 167 890	11 620 000
19 2 4	Requalificação do Porto da Calheta de S. Jorge	259 694	32 770	226 924
19 2 6	Reordenamento do Porto da Madalena	10 103 140	973 140	9 130 000
19 2 7	Reordenamento do Porto de S. Roque	9 730	9 730	
19 2 8	Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas	657 310	97 310	560 000
19 2 9	Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária	4 915 330	715 330	4 200 000
19 2 10	Diversas obras nos portos	10 629 054	763 020	9 866 034
19 2 11	Reordenamento do Porto das Lajes das Flores	1 772 500	272 500	1 500 000
19 2 12	Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra — II Fase	397 200	397 200	
19.3	Dinamização dos Transportes Marítimos	389 258	389 258	
19 3 1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	389 258	389 258	
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
20.1	Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	41 525 222	6 715 222	34 810 000
20 1 1	Aeroporto da Ilha do Pico	981 570	486 570	495 000
20 1 2	Aeródromo da Ilha de São Jorge	5 300 746	2 627 746	2 673 000
20 1 3	Aeródromo da Ilha do Corvo	588 942	291 942	297 000
20 1 4	Aeródromo da Ilha da Graciosa	981 570	486 570	495 000

		Euros		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
20 1 5	Aerogare Civil das Lajes	2 822 394	2 822 394	
20 1 7	Handlings das Escalas	750 000		750 000
20 1 8	Espaços Comercializáveis	250 000		250 000
20 1 9	Equipamentos da Frota	11 500 000		11 500 000
20 1 10	Infra-estruturas para Sistemas de Informação	850 000		850 000
20 1 11	Renovação da Frota	17 500 000		17 500 000
20.2	Gestão dos Aeródromos Regionais	2 162 750	2 162 750	
20 2 1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2 162 750	2 162 750	
20.3	Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	22 610 610	22 610 610	
20 3 1	Concessão das Rotas Inter-Ilhas	22 610 610	22 610 610	
20.4	Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	39 720	39 720	
20 4 1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	39 720	39 720	
	SRTSS	139 334 468	51 012 968	88 321 500
2	Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
2.1	Emprego e Formação Profissional	90 378 720	4 057 220	86 321 500
2 1 1	Formação Profissional	63 891 000	891 000	63 000 000
2 1 3	Programas de Estágios Profissionais	6 891 000	891 000	6 000 000
2 1 4	Programas de Emprego	18 680 000	1 980 000	16 700 000
2 1 5	Adequação Tecnológica dos Serviços	30 000	30 000	
2 1 6	Defesa do Consumidor	89 000	89 000	
2 1 7	Estudos, Projectos e Cooperação	178 650	34 650	144 000
2 1 8	Inspeção Regional do Trabalho	377 500		377 500
2 1 10	Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário	241 570	141 570	100 000
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
13.1	Apoio a Idosos	7 643 878	7 643 878	
13 1 1	Construção de lar nos Arrifes	48 660	48 660	
13 1 3	Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória	725 148	725 148	
13 1 4	Criação de Lar de Idosos na Calheta	2 064 447	2 064 447	
13 1 7	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	262 780	262 780	
13 1 8	Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	973 240	973 240	
13 1 9	Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	97 320	97 320	
13 1 10	Construção de Lar de Idosos no Pico da Pedra	393 228	393 228	
13 1 11	Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe	1 966 140	1 966 140	
13 1 12	Criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu	147 460	147 460	
13 1 13	Construção de lar de idosos em São Brás	565 265	565 265	
13 1 14	Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras	19 470	19 470	
13 1 15	Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo	283 400	283 400	
13 1 16	Criação de centro de dia na Urzelina	97 320	97 320	
13.2	Apoio à Infância e Juventude	3 509 481	3 509 481	
13 2 1	Construção de edifício para creche em Vila Porto	393 232	393 232	
13 2 2	Construção novo edifício para creche em Ponta Delgada	884 759	884 759	
13 2 3	Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes	1 005 120	1 005 120	
13 2 4	Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	884 763	884 763	
13 2 9	Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa	98 307	98 307	
13 2 13	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	48 660	48 660	
13 2 15	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	97 320	97 320	
13 2 17	Remodelação e ampliação de edifício para criação de novo equipamento de creche na Horta	48 660	48 660	
13 2 18	Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia	48 660	48 660	
13.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1 619 609	1 619 609	
13 3 3	Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande	1 376 299	1 376 299	
13 3 5	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	145 990	145 990	
13 3 7	Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada	97 320	97 320	
13.4	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	11 739 860	9 739 860	2 000 000
13 4 1	Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores — PARESA	2 078 650	78 650	2 000 000
13 4 2	COMPAMID	2 296 800	2 296 800	
13 4 3	Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)	174 650	174 650	
13 4 4	Construção de edifício para serviços de Segurança Social e Casa do Povo — Achadinha	9 730	9 730	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
13 4 8	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	9 730	9 730	
13 4 10	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços de Segurança Social	97 310	97 310	
13 4 12	Promoção da qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais na RAA	48 660	48 660	
13 4 13	Adequação tecnológica dos serviços da Segurança Social	24 330	24 330	
13 4 14	Fundo de Compensação Social	7 000 000	7 000 000	
13.5	Igualdade de Oportunidades	1 065 690	1 065 690	
13 5 1	Promoção do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos	242 460	242 460	
13 5 2	Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional	43 800	43 800	
13 5 3	Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias	486 620	486 620	
13 5 4	Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis	175 180	175 180	
13 5 5	Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência	98 170	98 170	
13 5 6	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios, equipamentos e serviços da DRIO	19 460	19 460	
14	Habitação	23 377 230	23 377 230	
14.1	Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	4 394 330	4 394 330	
14 1 1	Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria	442 380	442 380	
14 1 2	Apoio à Aquisição de Habitação Própria	786 460	786 460	
14 1 3	Aquisição de Solos	68 820	68 820	
14 1 4	Apoio ao Arrendamento a Famílias Carenciadas e Jovens	589 840	589 840	
14 1 6	Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	344 080	344 080	
14 1 7	Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	196 610	196 610	
14 1 8	Contrato Programa com a SPRHI, SA — Sismo	1 966 140	1 966 140	
14.2	Recuperação do Parque Habitacional	3 440 750	3 440 750	
14 2 1	Programa de Reabilitação Urbana	1 278 000	1 278 000	
14 2 2	Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico — Colaboração com Autarquias	491 530	491 530	
14 2 3	Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	519 840	519 840	
14 2 4	Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Têrmitas	491 540	491 540	
14 2 5	Reconstrução de Habitação — Administração Directa — Sismos	442 380	442 380	
14 2 6	Programa de Requalificação Habitacional	217 460	217 460	
14.3	Promoção de Habitação para Realojamentos	14 885 880	14 885 880	
14 3 1	Acordos de Colaboração RAA/IHRU — PROHABITA	4 915 350	4 915 350	
14 3 2	Cooperação com Autarquias — Acordos Colaboração RAA/IHRU,I.P./Municípios	1 376 300	1 376 300	
14 3 3	Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco	294 920	294 920	
14 3 4	Acordos de Colaboração RAA/IHRU,I.P — PROHABITA em Rabo de Peixe	1 474 600	1 474 600	
14 3 5	Cooperação com Autarquias — Acordos RAA/IHRU,I.P./Município da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe	589 840	589 840	
14 3 7	Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional	445 500	445 500	
14 3 8	Cooperação com Autarquias — Contratos ARAAL	874 020	874 020	
14 3 9	Contratos Programa com a SPRHI, S. A.	4 915 350	4 915 350	
14.4	Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	656 270	656 270	
14 4 1	Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH	98 310	98 310	
14 4 2	Adequação Tecnológica dos Serviços	49 150	49 150	
14 4 4	Observatório Sócio-Habitacional dos Açores	287 620	287 620	
14 4 5	Reabilitação de Equipamentos	221 190	221 190	
	SRES	29 875 209	29 875 209	
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
15.1	Construção de Novas Infra-Estruturas	8 317 591	8 317 591	
15 1 1	Unidades de Saúde	121 890	121 890	
15 1 2	Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	8 190 781	8 190 781	
15 1 3	Centro de Radioterapia dos Açores	4 920	4 920	
15.2	Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	5 274 941	5 274 941	
15 2 1	Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	5 128 971	5 128 971	
15 2 2	Beneficiação de Unidades de Saúde	145 970	145 970	
15.3	Apetrechamento e Modernização	1 313 875	1 313 875	
15 3 1	Equipamentos para Unidades de Saúde	875 918	875 918	
15 3 3	Emergência Médica	437 957	437 957	
15.4	Formação e Iniciativas em Saúde	14 478 662	14 478 662	
15 4 1	Actualização de Profissionais de Saúde	875 830	875 830	
15 4 2	Plano Regional de Saúde	294 920	294 920	

		Euros		
	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
15 4 3	Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	2 555 982	2 555 982	
15 4 4	Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	1 181 080	1 181 080	
15 4 5	Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	1 671 220	1 671 220	
15 4 6	Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade	393 230	393 230	
15 4 7	Parcerias	19 660	19 660	
15 4 8	Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde	19 660	19 660	
15 4 9	Vale Saúde	344 080	344 080	
15 4 10	Plano Regional de Vacinação	1 179 690	1 179 690	
15 4 11	Planos de Contingência — Saúde Pública	9 830	9 830	
15 4 12	Deslocação de Doentes	5 921 190	5 921 190	
15 4 13	Política do Medicamento	12 290	12 290	
15.5	Tecnologias de Informação na Saúde	490 140	490 140	
15 5 1	Sistemas de Informação da Saúde	490 140	490 140	
	SRAF	167 169 455	73 657 796	93 511 659
7	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
7.1	Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	55 531 730	28 731 730	26 800 000
7 1 1	Reestruturação Fundiária	387 600	87 600	300 000
7 1 2	Abastecimento de Água	12 583 950	583 950	12 000 000
7 1 3	Caminhos Agrícolas	10 583 950	583 950	10 000 000
7 1 4	Electrificação Agrícola	5 083 950	583 950	4 500 000
7 1 5	Caminhos Rurais	5 352 820	5 352 820	
7 1 6	Infra-estruturas Florestais	262 770	262 770	
7 1 7	Infra-estruturas dos Serviços	291 970	291 970	
7 1 8	Infra-estruturas Fitossanitárias	598 140	598 140	
7 1 9	Infra-estruturas Veterinárias	10 635 286	10 635 286	
7 1 10	Infra-Estruturas de Abate	1 459 860	1 459 860	
7 1 11	Parques de Exposições Agro-Comerciais	6 998 254	6 998 254	
7 1 12	Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação	394 120	394 120	
7 1 13	Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	38 930	38 930	
7 1 14	Melhoramento das Infra-estruturas de Abate	860 130	860 130	
7.2	Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	36 722 067	19 827 454	16 894 613
7 2 1	Sanidade Animal	5 690 110	4 490 110	1 200 000
7 2 2	Sanidade Vegetal	788 330	788 330	
7 2 3	Melhoramento Animal	700 730	700 730	
7 2 4	Experimentação e Divulgação Agrária	1 508 520	1 508 520	
7 2 5	Valorização e Qualificação Profissional Agrária	654 039	654 039	
7 2 6	Vulgarização e Extensão Rural	1 388 690	1 388 690	
7 2 7	Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola	399 836	97 320	302 516
7 2 8	Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	17 258 544	5 831 580	11 426 964
7 2 9	Diversificação Agrícola	1 150 663	435 530	715 133
7 2 10	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	564 415	564 415	
7 2 11	Resgate da Quantidade de Referência	1 937 380	1 937 380	
7 2 12	Reforma Antecipada	3 691 930	441 930	3 250 000
7 2 13	Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	441 930	441 930	
7 2 14	Apoio às Organizações de Produtores	546 950	546 950	
7.3	Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	39 827 187	17 160 520	22 666 667
7 3 1	Apoio à Indústria Agro-alimentar	24 613 147	1 946 480	22 666 667
7 3 2	Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3 333 890	3 333 890	
7 3 3	Regularização de Mercados	10 173 610	10 173 610	
7 3 4	Qualidade e Certificação	632 600	632 600	
7 3 5	Promoção de Produtos Açorianos	1 073 940	1 073 940	
8	Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
8.1	Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	9 392 749	2 242 370	7 150 379
8 1 1	Diversificação da Economia Rural	3 190 607	583 940	2 606 667
8 1 2	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	5 324 092	780 380	4 543 712
8 1 3	Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	878 050	878 050	
8.2	Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	25 695 722	5 695 722	20 000 000
8 2 1	Manutenção da actividade agrícola	11 734 310	1 734 310	10 000 000
8 2 2	Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	11 744 530	1 744 530	10 000 000
8 2 3	Uso Múltiplo da Floresta	1 857 952	1 857 952	
8 2 4	Formação e Informação Florestal	358 930	358 930	

		Euros		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
	SRAM	72 780 901	63 780 901	9 000 000
9	Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
9.1	Inspecção e Gestão	1 032 230	1 032 230	
9 1 1	Fiscalização e Inspecção	88 480	88 480	
9 1 2	Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	796 290	796 290	
9 1 3	Congressos e Exposições	49 150	49 150	
9 1 5	Sistema de Acompanhamento Electrónico	98 310	98 310	
9.2	Infra-Estruturas Portuárias	9 580 200	7 580 200	2 000 000
9 2 1	Portos da Região	114 960	114 960	
9 2 2	Programa de apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas	2 850 903	2 850 903	
9 2 3	Protocolos com Associações do Sector	245 770	245 770	
9 2 4	Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	88 476	88 476	
9 2 5	Cooperação com a Direcção de Faróis	60 130	60 130	
9 2 6	Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	5 482 659	3 482 659	2 000 000
9 2 7	Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Rabo de Peixe e Zonas Envolventes	737 302	737 302	
9.3	Frota	8 008 090	8 008 090	
9 3 1	Plano Regional de Renovação da FROTA de PESCA	5 398 420	5 398 420	
9 3 2	FUNDOPESCA	294 920	294 920	
9 3 3	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	45 220	45 220	
9 3 4	Regime de apoio à redução dos custos na actividade da pesca	1 769 530	1 769 530	
9 3 5	Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo da frota de pesca	500 000	500 000	
9.4	Produtos da Pesca	2 460 140	2 460 140	
9 4 1	Cooperação Externa	19 660	19 660	
9 4 2	Mercados e Comercialização	353 910	353 910	
9 4 3	Transformação e Aquicultura	1 769 530	1 769 530	
9 4 4	Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	66 360	66 360	
9 4 5	Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Sta. Maria, Pico, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo	250 680	250 680	
9.5	Formação Profissional	435 150	435 150	
9 5 1	Divulgação	24 580	24 580	
9 5 2	Formação	371 250	371 250	
9 5 3	Estruturas e Equipamentos	39 320	39 320	
9.6	Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	7 982 080	982 080	7 000 000
9 6 1	Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	7 982 080	982 080	7 000 000
16	Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	
16.1	Ordenamento do Território	11 946 687	11 946 687	
16 1 1	Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA	126 521	126 521	
16 1 2	Plano e Gestão de Zonas Costeiras	218 979	218 979	
16 1 3	Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	5 110 602	5 110 602	
16 1 5	Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco	145 985	145 985	
16 1 6	Ações de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões	29 190	29 190	
16 1 7	Requalificação e Protecção Costeira	6 315 410	6 315 410	
16.2	Recursos Hídricos	5 112 619	5 112 619	
16 2 1	Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água	194 630	194 630	
16 2 2	Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas	85 930	85 930	
16 2 3	Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática	338 941	338 941	
16 2 4	Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras	369 831	369 831	
16 2 5	Monitorização da Qualidade das Águas Balneares	68 127	68 127	
16 2 6	Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores	243 309	243 309	
16 2 7	Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos	147 660	147 660	
16 2 8	Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos	3 664 191	3 664 191	
16.3	Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	211 180	211 180	
16 3 1	Infra-estrutura informática e de comunicações	97 310	97 310	
16 3 2	Sistema regional de informação georeferenciada	113 870	113 870	
16.4	Modernização dos Serviços	38 920	38 920	
16 4 1	Formação e Modernização dos Serviços	19 460	19 460	
16 4 2	Estratégia e Planeamento	9 730	9 730	
16 4 3	Informação Geográfica	9 730	9 730	

Euros

	Objectivo/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
16.5	Conservação da Natureza	1 985 407	1 985 407	
16 5 1	Biodiversidade	330 901	330 901	
16 5 2	Erradicação de Organismos Invasores	291 972	291 972	
16 5 7	Jardins Botânicos	583 944	583 944	
16 5 9	Parque Natural dos Açores	778 590	778 590	
16.6	Património Mundial	583 890	583 890	
16 6 1	Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	116 780	116 780	
16 6 2	Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	398 990	398 990	
16 6 3	Plano de Intervenção da Montanha do Pico	48 660	48 660	
16 6 4	Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico	19 460	19 460	
16.7	Avaliação Ambiental	479 603	479 603	
16 7 1	Relatório do Estado do Ambiente	19 460	19 460	
16 7 2	Regime Legal de Poluição Sonora	7 590	7 590	
16 7 3	Avaliação do Impacte Ambiental	14 600	14 600	
16 7 4	Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	389 296	389 296	
16 7 7	Monitorização de Áreas Ambientais	48 657	48 657	
16.8	Resíduos	17 226 318	17 226 318	
16 8 1	Gestão de Resíduos	145 970	145 970	
16 8 2	Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	17 031 688	17 031 688	
16 8 3	Remoção de Passivos Ambientais	48 660	48 660	
16.9	Promoção Ambiental	2 705 087	2 705 087	
16 9 1	Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	291 942	291 942	
16 9 2	Rede Regional de Ecotecas	517 274	517 274	
16 9 3	Centros de Interpretação Ambiental	1 411 197	1 411 197	
16 9 4	Jardins Históricos	484 674	484 674	
16.10	Utilização Racional de Energia	1 630 900	1 630 900	
16 10 1	Agência Regional de Energia e Ambiente	70 010	70 010	
16 10 2	Estudos e Projectos	140 100	140 100	
16 10 3	PROENERGIA — Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis	389 260	389 260	
16 10 4	Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia	194 630	194 630	
16 10 5	Implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios — SCE	175 160	175 160	
16 10 6	Desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica dos Açores	175 170	175 170	
16 10 7	Apoio à Promoção da substituição da Utilização de Gases Liquefeitos — Corvo	486 570	486 570	
16.11	Serviço Público e Social	875 830	875 830	
16 11 1	Pagamento da iluminação Pública das Vias Regionais	486 570	486 570	
16 11 2	Electrificação de Fajãs — S. Jorge	389 260	389 260	
16.12	Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	194 630	194 630	
16 12 1	Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações	194 630	194 630	
16.13	Assuntos do Mar	291 940	291 940	
16 13 1	Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores	291 940	291 940	

Desagregação Espacial

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
Total	34 803 660	238 103 186	158 509 458	33 877 560	54 025 545	66 187 071	67 943 547	32 522 203	6 425 421	108 923 775	801 321 424
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	8 547 704	67 381 338	41 345 311	6 816 685	16 222 306	14 409 383	13 036 845	7 671 726	1 250 077	12 041 510	188 722 886
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	540 751	29 597 422	6 993 351	712 416	7 716 365	4 250 824	2 237 633	1 014 568	19 972	2 142 909	55 226 211
1.1 Construções Escolares	92 444	21 566 171	2 768 748	14 109	6 903 059	3 429 813	1 270 682	165 414	6 568	686 509	36 903 517
1.2 Equipamentos Escolares		196 616	393 232							188 752	778 600
1.3 Formação Profissional	350 000	4 400 000	2 750 000	600 000	715 000	740 400	790 000	800 000	2 000	245 750	11 393 150
1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	98 306	3 434 636	1 081 371	98 306	98 306	80 611	176 952	49 153	11 404		5 129 045
1.5 Tecnologias da Informação e Comunicação										656 937	656 937
1.7 Projectos Pedagógicos										364 962	364 962
2 Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	5 622 185	24 633 397	22 365 030	5 770 068	7 943 398	7 997 603	8 065 361	5 714 286	1 034 822	1 232 570	90 378 720
2.1 Emprego e Formação Profissional	5 622 185	24 633 397	22 365 030	5 770 068	7 943 398	7 997 603	8 065 361	5 714 286	1 034 822	1 232 570	90 378 720
3 Juventude	1 551 563	1 384 253	900 484	21 627	38 339	139 929	96 340	16 712	8 356	1 261 854	5 419 457
3.1 Juventude	1 551 563	1 384 253	900 484	21 627	38 339	139 929	96 340	16 712	8 356	1 261 854	5 419 457
4 Património e Actividades Culturais	396 214	8 806 481	8 652 404	183 903	347 901	1 072 291	1 778 088	527 863	98 307	905 779	22 769 231
4.1 Dinamização de Actividades Culturais	82 631	1 075 438	562 796	62 987	85 615	105 266	153 460	48 224		492 913	2 669 330
4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	313 583	7 731 043	8 089 609	120 916	262 286	967 025	1 624 628	479 639	98 307	412 866	20 099 901
5 Desenvolvimento Desportivo	436 991	2 959 785	2 434 043	128 671	176 303	948 735	859 423	398 298	88 619	4 960 032	13 390 900
5.1 Instalações e Equipamentos	65 384	650 860	613 133				271 379		75 000	277 859	1 953 615
5.2 Actividades Desportivas	166 883	1 084 456	992 297	48 591	74 523	613 847	290 544	19 087	13 619	3 561 953	6 865 800
5.3 Promoção e Formação	204 724	1 224 469	828 614	80 080	101 780	334 888	297 500	379 211		1 120 220	4 571 485
6 Informação e Comunicação										1 538 367	1 538 367
6.1 Apoio aos Media										1 395 827	1 395 827
6.2 Jornal Oficial										142 540	142 540
Promover o Crescimento Sustentado da Economia	9 869 672	86 724 113	77 990 600	11 414 517	15 341 140	16 223 486	14 669 516	9 811 145	1 852 295	50 301 605	294 198 089
7 Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	3 934 206	41 680 203	45 234 467	5 016 240	6 911 912	6 160 158	5 035 606	4 349 567	898 974	12 859 650	132 080 984
7.1 Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	2 434 981	15 120 205	23 058 757	2 552 577	3 381 781	2 092 297	1 791 575	2 108 558	374 023	2 616 976	55 531 730
7.2 Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	1 207 588	11 303 038	12 768 683	1 309 964	2 472 884	1 418 080	1 148 120	1 062 496	169 249	3 861 965	36 722 067
7.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	291 637	15 256 960	9 407 027	1 153 699	1 057 247	2 649 782	2 095 911	1 178 513	355 702	6 380 709	39 827 187
8 Valorização do Mundo Rural	1 363 325	8 915 332	6 263 989	1 427 003	2 447 288	4 149 013	2 165 837	1 475 936	330 146	6 550 601	35 088 471
8.1 Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	170 648	1 659 945	1 073 396	177 953	184 618	241 276	239 545	83 531	20 934	5 540 903	9 392 749
8.2 Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	1 192 678	7 255 387	5 190 593	1 249 050	2 262 670	3 907 737	1 926 292	1 392 405	309 212	1 009 698	25 695 722
9 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	486 542	4 031 950	1 979 853	279 456	769 354	1 132 506	1 050 234	275 589	81 739	19 410 667	29 497 890
9.1 Inspeção e Gestão										1 032 230	1 032 230
9.2 Infra-Estruturas Portuárias	43 064	889 896	116 860	5 908	10 873	67 971	10 873	35 153	5 908	8 393 692	9 580 200

Objectivo/Programa/Projecto		SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
9.3	Frota	346 401	2 292 362	1 491 423	202 082	208 680	736 863	769 678	182 022	9 049	1 769 530	8 008 090
9.4	Produtos da Pesca	78 656	791 968	343 118	53 017	537 753	302 119	226 447	50 136	57 266	19 660	2 460 140
9.5	Formação Profissional	18 421	57 724	28 452	18 448	12 048	25 553	43 235	8 279	9 515	213 475	435 150
9.6	Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas										7 982 080	7 982 080
10	Desenvolvimento do Turismo	999 301	12 763 542	10 385 410	1 090 535	1 190 440	1 271 015	2 792 860	978 215	326 995		31 798 311
10.1	Promoção Turística	813 397	8 180 034	7 069 124	804 622	1 004 679	1 017 940	2 051 935	901 448	301 385		22 144 564
10.2	Oferta e Animação Turística	10 721	335 835	68 734	5 977	6 948	14 687	38 381	4 357	977		486 617
10.3	Investimentos Estratégicos	175 182	4 247 673	3 247 552	279 935	178 812	238 388	702 544	72 410	24 633		9 167 130
11	Fomento da Competitividade	3 086 299	15 431 471	13 143 811	3 601 283	4 022 145	3 510 793	3 398 874	2 731 838	214 442	2 470 637	51 611 594
11.1	Sistemas de Incentivos	1 583 537	12 095 751	10 070 962	1 583 930	1 487 520	1 486 489	1 386 784	950 580	210 122		30 855 675
11.2	Apoio ao Empreendedorismo										68 820	68 820
11.3	Qualidade e Inovação Tecnológica	6 554	29 492	19 661	6 554	9 831	22 938	19 661	9 831		145 820	270 340
11.4	Apoio à Actividade Empresarial	1 486 874	3 072 873	2 973 748	1 982 499	2 478 124	1 982 499	1 982 499	1 734 686		2 051 127	19 744 929
11.5	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	9 334	233 356	79 440	28 301	46 671	18 867	9 930	36 741	4 320	52 100	519 060
11.6	Micro Crédito										113 050	113 050
11.7	Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia										39 720	39 720
12	Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações		3 901 615	983 070				226 105			9 010 049	14 120 839
12.1	Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores		3 901 615	983 070				226 105			7 342 697	12 453 487
12.2	Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE										788 320	788 320
12.3	Comunicações										353 010	353 010
12.4	Cartografia										526 022	526 022
	Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	1 912 746	32 134 175	12 081 289	6 709 126	4 563 293	5 313 836	10 083 029	1 824 321	227 714	3 981 428	78 830 957
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	797 287	12 012 269	4 846 803	652 556	3 138 675	960 961	1 409 655	386 923	200 157	1 173 233	25 578 518
13.1	Apoio a Idosos	2 458	3 217 394	1 846 422	4 915	2 307 753	7 373	252 649	2 458	2 458		7 643 878
13.2	Apoio à Infância e Juventude	395 690	2 861 640	70 778	103 222	7 373	7 373	58 490	2 458	2 458		3 509 481
13.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3 318	1 539 978	29 862	6 636	9 954	9 954	13 272	3 318	3 318		1 619 609
13.4	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	368 296	4 011 930	2 740 156	514 680	786 069	868 666	1 031 864	351 164	191 924	875 110	11 739 860
13.5	Igualdade de Oportunidades	27 526	381 327	159 585	23 102	27 526	67 595	53 379	27 526		298 123	1 065 690
14	Habituação	374 613	12 222 519	4 906 458	660 254	471 172	2 250 730	1 992 626	446 730	2 979	49 150	23 377 230
14.1	Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	121 146	1 341 847	449 083	110 472	100 789	812 522	1 289 162	166 329	2 979		4 394 330
14.2	Recuperação do Parque Habitacional	116 929	1 433 950	471 322	388 419	211 503	311 153	383 222	124 251			3 440 750
14.3	Promoção de Habitação para Realojamentos	124 125	8 958 513	3 941 367	148 950	148 950	1 117 125	297 900	148 950			14 885 880
14.4	Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	12 412	488 209	44 685	12 412	9 930	9 930	22 342	7 199		49 150	656 270
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	740 846	7 899 387	2 328 028	5 396 317	953 446	2 102 146	6 680 748	990 668	24 578	2 759 046	29 875 209
15.1	Construção de Novas Infra-Estruturas	49 248	1 672 413	24 624	4 881 925		1 636 443				52 937	8 317 591
15.2	Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	294 921	49 148	69 260			4 463	4 834 050			23 100	5 274 941
15.3	Apetrechamento e Modernização		170 660	85 579	39 225	419 770	33 121	449 025	71 764		44 730	1 313 875
15.4	Formação e Iniciativas em Saúde	388 566	5 677 114	2 066 757	468 820	519 571	406 962	1 375 810	912 909	23 873	2 638 279	14 478 662
15.5	Tecnologias de Informação na Saúde	8 110	330 051	81 808	6 347	14 105	21 157	21 862	5 995	705		490 140

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	12 132 275	51 779 588	26 989 403	6 934 836	14 103 219	30 240 366	30 154 158	11 511 479	2 891 110	28 432 983	215 169 417
16 Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	7 494 978	8 552 215	2 350 368	1 855 768	1 661 707	7 380 252	3 852 678	2 077 319	1 498 275	6 559 451	43 283 011
16.1 Ordenamento do Território	3 375 271	6 486 304			369 588	384 503	109 751	277 994		943 277	11 946 687
16.2 Recursos Hídricos	206 445	613 632	1 898 357					68 815		2 325 370	5 112 619
16.3 Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão										211 180	211 180
16.4 Modernização dos Serviços										38 920	38 920
16.5 Conservação da Natureza	40 011	213 818	236 920	29 590	216 275	9 929	893 611	49 252	45 811	250 191	1 985 407
16.6 Património Mundial						583 890					583 890
16.7 Avaliação Ambiental		137 630	137 630							204 343	479 603
16.8 Resíduos	3 775 501	48 660		1 551 120	614 726	6 324 469	1 905 006	1 551 120	941 317	514 398	17 226 318
16.9 Promoção Ambiental	97 751	857 542	77 461	275 058	71 857	77 461	698 569	130 139		24 577	2 705 087
16.10 Utilização Racional de Energia									486 570	1 144 330	1 630 900
16.11 Serviço Público e Social					389 260					486 570	875 830
16.12 Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia		194 630									194 630
16.13 Assuntos do Mar							245 741			46 199	291 940
17 Protecção Civil		1 305 794	1 769 527	44 685	44 685	388 316	29 790	246 262		5 595 210	9 424 269
17.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's		175 264		44 685	44 685		29 790	49 650		285 090	629 164
17.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's		1 130 530	1 769 527			388 316		196 612		142 550	3 627 535
17.3 Formação e Informação										556 660	556 660
17.4 Serviço Regional de Protecção Civil										4 610 910	4 610 910
18 Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	793 764	8 071 988	2 367 613	859 938	1 007 650	994 910	1 151 215	4 039 052	393 228	11 836 594	31 515 951
18.1 Construção de Estradas Regionais		2 031 567		24 330			48 660				2 104 557
18.2 Reabilitação de Estradas Regionais	319 494	3 443 728	873 343	835 608	1 007 650	668 040	495 510	3 539 052	393 228	2 095 410	13 671 062
18.3 Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer		192 682								963 410	1 156 092
18.4 SPRHI										589 840	589 840
18.5 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	200 000							500 000		5 170 905	5 870 905
18.6 Cooperação com Diversas Entidades										2 664 120	2 664 120
18.7 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos		2 404 011	1 494 270			326 870	607 045			313 689	5 145 885
18.8 Laboratório Regional de Engenharia Civil	274 270										274 270
18.9 Divulgação e Sensibilização										39 220	39 220
19 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	1 666 923	8 577 697	5 891 796	1 701 655	4 283 051	18 500 569	19 537 276	3 851 295	208 365	389 258	64 607 884
19.1 Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	1 666 923	3 125 480	3 799 866	520 914	1 236 015	5 634 856	5 117 993	312 548	208 365		21 622 960
19.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários		5 452 217	2 091 929	1 180 741	3 047 037	12 865 713	14 419 282	3 538 748			42 595 666
19.3 Dinamização dos Transportes Marítimos										389 258	389 258
20 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	2 176 610	25 271 894	14 610 100	2 472 790	7 106 126	2 976 320	5 583 200	1 297 550	791 242	4 052 470	66 338 302
20.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	1 412 000	13 852 394	8 950 000	1 936 570	6 450 746	2 231 570	3 200 000	950 000	691 942	1 850 000	41 525 222
20.2 Gestão dos Aeródromos Regionais										2 162 750	2 162 750
20.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	764 610	11 419 500	5 660 100	536 220	655 380	744 750	2 383 200	347 550	99 300		22 610 610
20.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos										39 720	39 720
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	2 341 261	83 972	102 855	2 002 396	3 795 587			1 703 531	204 224	14 166 248	24 400 075
21 Administração Pública, Planeamento e Finanças	2 341 261	83 972	102 855	2 002 396	3 795 587			1 703 531	204 224	12 009 648	22 243 475
21.1 Modernização Administrativa										735 962	735 962

Objectivo/Programa/Projecto		SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
21.2	Informação de Interesse Público ao Cidadão.....										3 192 470	3 192 470
21.3	Serviços Sociais.....		83 972	102 855							51 673	238 500
21.4	Cooperação com as Autarquias Locais.....										791 730	791 730
21.5	Estatística.....										231 030	231 030
21.6	Planeamento e Finanças.....	2 341 261			2 002 396	3 795 587			1 703 531	204 224	7 006 783	17 053 783
22	Cooperação Externa e Migrações.....										2 156 600	2 156 600
22.1	Cooperação Externa.....										651 640	651 640
22.2	Emigrado/Regressado.....										245 420	245 420
22.3	Identidade Cultural.....										964 020	964 020
22.4	Imigrado.....										295 520	295 520